

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

THIAGO PINTO DE ANDRADE

**JORNALISMO NÔMADE: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA
NAS REDES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL
APÓS JUNHO DE 2013**

CAMPO GRANDE-MS
2016

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

THIAGO PINTO DE ANDRADE

**JORNALISMO NÔMADE: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA
NAS REDES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL
APÓS JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência para obtenção do título de mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof.^o Dr.^o Marcos Paulo da Silva.

CAMPO GRANDE-MS
2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dra. Katarini Girolodo Miguel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Fabio Luiz Malini de Lima
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Prof.^o Dr.^o Marcos Paulo da Silva que me concedeu a honra de ser o seu primeiro orientando e garantiu a liberdade – preenchida de inquietações – para que este estudo fosse realizado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de mestrado que permitiu maior envolvimento ao trabalho de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS. Cada disciplina cursada contribuiu para a expansão das reflexões aqui presentes.

Ao coordenador e aos professores ligados ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica. O período na Escola de Artes e Comunicação da Universidade de São Paulo foi essencial para estabelecer os caminhos que viriam a ser tomados nessa dissertação.

Aos professores que aceitaram o convite para participar da banca de avaliação deste trabalho: Prof.^a Dr.^a Katarini Giroldo Miguel e Prof.^o Dr.^o Fabio Luiz Malini de Lima.

À ativista e documentarista Iara Lee, que mostrou que a resistência ainda é possível. Seu trabalho com a ONG Cultures of Resistance inquietou meu espírito e me fez buscar entender o que significa resistir.

Agradeço, finalmente, a Thais Barros de Andrade, que me apoiou com carinho e cumplicidade, estando ao meu lado em boa parte desse percurso acadêmico.

Este trabalho é fruto de uma multiplicidade de encontros. Se ele se apresenta como algo único, isso se dá de acordo com a fórmula de Deleuze e Guattari, para quem o uno deve ser subtraído do múltiplo: $n-1$. Sempre faltará espaço para agradecer a todos que, de alguma maneira, contribuíram à realização dessas páginas.

RESUMO

ANDRADE, Thiago Pinto de. **Jornalismo nômade: espaços de resistência nas redes de comunicação digital após junho de 2013**. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2016.

Com o objetivo de compreender práticas de resistência no campo jornalístico, esta pesquisa propõe uma reflexão que se baseia no pensamento de Deleuze e Guattari – não apenas, mas principalmente – para designar o impacto de ações disruptivas por meio da análise de três veículos na internet: Ponte Jornalismo, Jornalistas Livres e Fluxo: Estúdio de Jornalismo. Ao fazer circular palavras de ordem, os veículos de comunicação determinam modos de produção da subjetividade, que podem estar de acordo ou não com os modelos hegemônicos de poder. Em um ímpeto filosófico, apresenta-se o conceito de “jornalismo nômade” para estabelecer as potencialidades do fenômeno em relação com o campo sociopolítico. O jornalismo é tido como um espaço estriado por códigos deontológicos e padrões estético-expressivos configurados de acordo com poderes econômicos, políticos e simbólicos. No entanto, ele é disputado por agentes micropolíticos, moleculares, que se constituem como máquinas de guerra nomádicas – ou seja, uma outra maneira de ocupar, preencher o espaço-tempo, definida por movimentos criativos, revolucionários. Uma apreensão nômade do jornalismo significa um desvio em direção aos processos de singularização. A dissertação se divide em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o conceito de resistência, seus componentes e seus desdobramentos históricos. Em seguida, o foco se dá sobre a mídia, suas relações com os poderes e os modos pelos quais o jornalismo se torna uma máquina de guerra. Finalmente, no terceiro capítulo, é analisada a concretude de um possível jornalismo de resistência, a partir da observação dos veículos citados.

Palavras-chave: Resistência. Poder. Palavras de Ordem. Nomadologia. Jornalismo.

ABSTRACT

ANDRADE, Thiago Pinto de. **Nomadic journalism: resistance spaces in the digital communication networks after 2013**. 2016. 172f. Dissertation (Master in Communication). Post-Graduation Program in Communication. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2016.

In order to understand practices of resistance in the journalistic field, this research offers an analysis based on Gilles Deleuze and Félix Guattari's thoughts – not only, but especially – to describe the impact of disruptive actions by the analysis of three media outlets on the internet: *Ponte Jornalismo*, *Jornalistas Livres e Fluxo: Estúdio de Jornalismo*. By making circulate order-words, communication media outlets determine the subjectivity production methods, which may be in agreement or not with the hegemonic models of power. In a philosophical impetus, this study proposes the concept of "nomadic journalism" to establish the potentialities of the phenomenon in the sociopolitical field. Journalism can be defined as a space striated by codes of conduct and aesthetic-expressive patterns according to economic, political and symbolic powers. However, there will be constantly disputes conducted by molecular micropolitical agents that are nomadic war machines – that is, a different way to occupy, fill the space-time, defined by creative, revolutionary movements. A nomadic seizure of journalism means a shift toward singularization processes. The dissertation is divided into three chapters. In the first, it presents the concept of resistance, its components and its historical developments. Then, the focus is on the media, its relations with the powers and the ways in which journalism becomes a war machine. Finally, the third chapter analyzes the concreteness of a possible journalism of resistance, from the observation of the mentioned media outlets.

Keywords : Resistance. Power. Order words. Nomadology. Journalism.

Aussi, appelons-nous toujours à « une véritable insurrection pacifique contre les moyens de communication de masse qui ne proposent comme horizon pour notre jeunesse que la consommation de masse, le mépris des plus faibles et de la culture, l'amnésie généralisée et la compétition à outrance de tous contre tous ».

À ceux et celles qui feront le XXI^e siècle, nous disons avec notre affection :

*« CRÉER, C'EST RÉSISTER.
RÉSISTER, C'EST CRÉER »*

Stéphane Hessel, « Indignez-vous ! »¹

¹ Chamamos sempre à “uma verdadeira insurreição pacífica contra os meios de comunicação de massa que não oferecem como horizonte para nossa juventude senão o consumo de massa, o desprezo dos mais fracos e da cultura, a amnésia generalizada e a competição sem piedade de todos contra todos”. Para aqueles e aquelas que construirão o século XXI, nós dizemos com afeto: “Criar é resistir. Resistir é criar” (tradução nossa).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. RESISTÊNCIA: PROPOSIÇÕES ACERCA DE UM CONCEITO	20
1.1. PODERES EM JOGO: RESISTÊNCIA E CONTROLE	22
1.2. DISPUTAS: LINGUAGEM E MINORIAS	36
1.3. MICROPOLÍTICAS: DAS LINHAS DE FUGA ÀS MÁQUINAS DE GUERRA	48
1.4. O QUE SIGNIFICA, AFINAL, RESISTIR?	55
2. POR UM JORNALISMO NÔMADE	65
2.1. LINGUAGENS JORNALÍSTICAS E PALAVRA DE ORDEM	68
2.2. MÍDIAS QUE RESISTEM E CONTRACOMUNICAÇÃO	82
2.3. JORNALISMO NÔMADE COMO MÁQUINA DE GUERRA	97
3. AS SINGULARIDADES DA RESISTÊNCIA	111
3.1. JUNHO DE 2013 E A URGÊNCIA DE NOVAS MÍDIAS	114
3.2. <i>PONTE JORNALISMO</i>	125
3.3. <i>JORNALISTAS LIVRES</i>	136
3.4. <i>FLUXO: ESTÚDIO DE JORNALISMO</i>	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	164

INTRODUÇÃO

Häftling: aprendi que sou um Häftling. Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço esquerdo.

A operação foi pouco dolorosa e extraordinariamente rápida: colocaram-nos numa fila e, um por um, conforme a ordem alfabética dos nossos nomes, passamos por um hábil funcionário, munido de uma espécie de punção com uma agulha minúscula. Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só “mostrando o número” recebe-se o pão e a sopa.

Primo Levi, “É isto um homem?”

A cifra, o número, a senha. Bilhões de homens povoam a superfície terrestre. Ter um número significa existir para os sistemas que controlam as idas e vindas, o direito à alimentação, à moradia. Nada exclui mais que o número. Sem ele, não se existe. Primo Levi sobreviveu a Auschwitz, mas carregou o número no braço esquerdo, aquele que lhe serviu de nome durante os onze meses de sobrevivência no campo de concentração nazista, até a morte decorrente da queda do terceiro andar do prédio em que vivia. Suicídio? Especula-se ainda. Do número empregado pelo totalitarismo nazista às cifras da sociedade de controle, universalmente capitalista, o que mudou? As estratégias de controle e os mecanismos de disciplinas se pulverizaram. Tornaram-se mais sutis que os socos e bofetadas necessárias para que Levi entendesse a importância de mostrar seu número na hora de receber o pão e a sopa. A violência ainda existe, mas o poder não se centraliza mais ao seu redor. Ele se espalha por uma rede, na qual formam-se nós de resistência que contêm em si a potência de fazê-lo se inverter. A resistência se torna mais potente de acordo com os grupos que a ela aderem e, nessa dinâmica, a trama do poder é reconstituída infinitamente.

Não é sem motivo que a sociedade de controle e do capitalismo cognitivo (NEGRI, 2001) produziu por muito tempo indivíduos, sujeitos, mais nucleares e menos comunitários². São vozes solitárias. Mesmo que façam parte de uma maioria, é

² O individualismo se tornou uma das principais bandeiras do neoliberalismo, sobretudo nos anos 1980 (RAMOS, 2014). Este “concebe a comunidade como uma associação composta por indivíduos que possuem suas próprias e independentes concepções em relação a um bem comum que, eventualmente, a comunidade poderia professar como essencial para o viver humano” (RAMOS, 2014, p. 62). Neste período também surgem movimentos de resistência, como o comunitarista, que pretendem corrigir os desvios da filosofia liberal. No entanto, ainda é evidente a força da “moderna concepção de liberdade, marcada pelo individualismo, pelo gozo pacífico da independência privada” (RAMOS, 2014,

preciso esforço para que se façam escutar. Deleuze (2013a) percebeu essa característica contemporânea, em que a rivalidade é alçada a motor propulsor da economia, como uma estratégia para tornar dóceis os homens: uma modulação, não um molde como acontecia na sociedade disciplinar, afirma o autor, ressaltando uma inversão fundamental. Eis um exemplo ilustrativo: “A fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo para os salários; mas numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, a empresa é uma alma, um gás” (DELEUZE, 2013a, p. 225). Na contemporaneidade, a rivalidade é inexpiável. Na fábrica, corpo de indivíduos, a vigilância era mais fácil, mas a organização de resistências também.

O preâmbulo serve a esta questão: o que significa resistir no estágio contemporâneo do desenvolvimento social, econômico e político? Para localizá-la no campo da comunicação, também importa entender quais funções têm os meios de comunicação enquanto espaços de resistência. A sociedade de controle também se produz por meio da linguagem e a mídia é uma de suas articuladoras. As opiniões se segmentam na esfera pública, mas dificilmente se afastam dos lugares-comuns construídos por uma cultura de consumo fragmentada. Nesse espaço de discursos, o jornalismo é um objeto de análise privilegiado. Ele condensa e divulga informações, pensamentos, ideias, notícias. Contudo, de acordo com as reflexões de Deleuze e Guattari (2011a), primeiramente, o que se faz é propagar palavras de ordem. Resistir em jornalismo é, portanto, subverter esses padrões estético-expressivos para que outros se anunciem como possíveis e colocar em circulação outras palavras de ordem, de modo a expandir os debates públicos. Cabe ao jornalismo de resistência garantir a pluralidade e permitir que novos discursos penetrem as esferas sociais.

Este estudo se baseia na reflexão sobre o emaranhado de poderes que disputam a produção de subjetividades para demonstrar a possibilidade de um fora, de uma heterotopia – um espaço-outro³. Sua porta de entrada é o jornalismo, com

p. 71), que vigora em slogans de grandes símbolos do capitalismo cognitivo: basta lembrar da propaganda do refrigerante ou tênis da moda.

³ Foucault (2003) conclama a noção de utopia, um espaço sem lugar real, com o conceito de heterotopia – um espaço real e efetivo, delineados na própria instituição da sociedade, que se apresentam como contraposicionamento que contestam e invertem posicionamentos reais que se podem perceber no interior da cultura. Enquanto a utopia é esse lugar essencialmente irreal, as heterotopias são

destaque ao que vem sendo produzido na internet. Para que seja bem-sucedido, é preciso se munir de uma rede de conceitos que permitam a aproximação da realidade e dos fenômenos que se agitam em sua superfície cognoscível. Nesse sentido, propõe-se uma aproximação à filosofia, como entendida por Deleuze e Guattari (2013), ou seja, um campo criativo de produção conceitual. É a partir dele que serão construídos os enunciados capazes de oferecer uma análise ao problema central desta pesquisa: a possibilidade de um jornalismo nômade, que resista às estruturas tradicionais – dos códigos deontológicos, dos padrões estéticos, dos modelos econômicos – da produção de notícias.

“Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução”, explicam Deleuze e Guattari (2013, p. 24). São construções intelectivas e, embora não sejam abstratas, são incorpóreas ao lidar com questões pertinentes ao universo de cada filósofo. Assim, os autores deslocam o estatuto da filosofia e afirmam não se tratar de uma disciplina reflexiva. Ela é, antes de tudo, criativa e criadora – assim como o é a arte. Em um esforço semelhante ao do artista, o filósofo povoa o mundo com coisas que não existem. O esforço criativo é o do pensamento, que abre espaço para novos conceitos, ou seja, um componente formado a partir de ideias e um plano de imanência que visa a resolução de problemas específicos. “Os conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, e isso faz com que a filosofia esteja em estado de aliança com os outros domínios” (MACHADO, 2009, p. 14). Mas por outro lado, Machado também esclarece a existência da especificidade dos saberes, “no sentido em que cada um responde às suas próprias questões ou procura resolver por contra própria e com seus próprios meios problemas semelhantes aos colocados pelos outros saberes” (MACHADO, 2009, p. 14).

Conceitos remetem à concretude passageira de acontecimentos. Eles são singularidades, assim como todas as criações. “O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados” (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 13). Como apontam Deleuze e Guattari, o conceito de um pássaro não está em seu gênero ou em sua espécie, mas em sua singularidade, ou seja, em suas cores, na organização de suas penas, etc. Todavia, o conceito se constrói a partir do múltiplo. Ele pode ser duplo, triplo e se define pela cifra de seus

componentes. Também não existe conceito puro, pois todos são definidos por seu contorno irregular, pelo agrupamento de diversas particularidades. Segundo Machado (2009), eles são totalidades fragmentárias, articulando elementos e componentes conceituais, heterogêneos, mas inseparáveis.

Noções caras ao desenvolvimento histórico da filosofia como a *Ideia*, de Platão; a *Duração*, de Bergson; a *Diferença*, de Deleuze; ou o conceito de resistência que surge com John Locke e será central a esta pesquisa; são criações que carregam a marca de seus criadores, suas assinaturas, por assim dizer. Este desenvolvimento, no entanto, é afetado por todas as criações que o antecederam. Sob quais condições um conceito é primeiro em relação a outro? A pergunta é necessária para a compreensão das forças históricas que permeiam a criação conceitual. Em outras palavras, é impossível se desconectar do tempo social.

Evidentemente todo conceito tem uma história. (...) Numa palavra, dizemos de qualquer conceito sempre tem uma história, embora a história se desdobre em ziguezague, embora cruze talvez outros problemas ou outros planos diferentes. Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 26).

Para Machado (2009), isso significa que os conceitos não se criam do nada. Eles são preparados por conceitos anteriores ou por alguns componentes vindos de conceitos de outros filósofos – mesmo que ao final se perceba algo de original. O processo de criação de um conceito não é simples e, obviamente, não é natural ou involuntário. Cria-se a partir de algo, sempre. Seja em resposta a um problema de natureza epistemológica, ontológica ou fenomenológica, seja para compor uma rede conceitual, as possibilidades são vastas. Dito isso, pretende-se pontuar que esse trabalho é motivado por esse esforço, o de oferecer um conceito capaz de condensar a noção de resistência na contemporaneidade e o jornalismo. É um empenho filosófico que visa a expansão do campo jornalístico. O conceito que se defende aqui é o de *jornalismo nômade*. De maneira resumida, é um modo de atuar dentro do campo jornalístico de maneira a “trair” as estruturas rígidas constituídas em torno da atividade pelos poderes ao longo dos séculos. Assim, a análise de veículos jornalísticos que oferecem algum tipo de resistência aos modelos tradicionais serve a captar a concretude conceitual que se pretende neste trabalho. Cada veículo ao seu modo, se empreende com o objetivo de transformação do campo simbólico e social – por

consequência, se configuram como as tais heterotopias de Foucault (2003) – e embora se mantenham dentro das fronteiras do jornalismo, são agentes de disputa, vetores de desterritorialização que servem a pensar outros modos de existir.

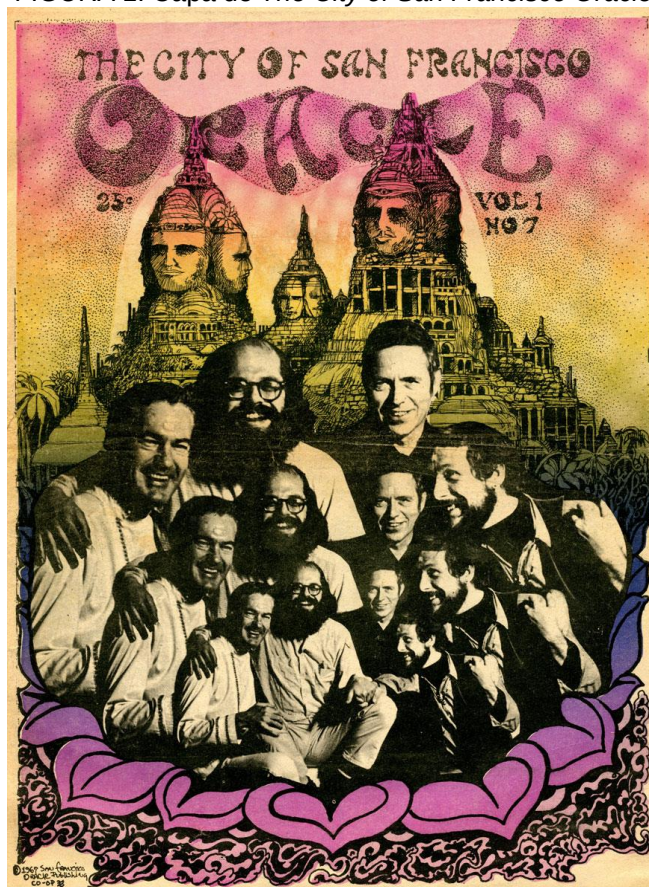
O caminho traçado ao desenvolvimento desse conceito exige que se dê um passo atrás. Antes da análise das práticas jornalísticas, é necessário estabelecer o olhar para a sociedade sob determinado prisma teórico. É um esforço para compreender os discursos, sobretudo os consensos em torno de *verdades* que sustentam o senso comum como sistema cultural hegemônico, como define Geertz (2007). Por sua vez, Deleuze e Guattari (2012b, p. 47) afirmam que “o senso comum, a unidade de todas as faculdades como centro do Cogito, é o consenso de Estado levado ao absoluto”. Desnudar as engrenagens desse sistema é uma maneira de entender a relação existente entre discursos e poder. A partir desse entendimento, cabe refletir sobre como se produz controle e de que maneira redes de resistência se posicionam contra ele. A fundamentação teórica deste trabalho é tão relevante quanto a análise dos objetos propostos, pois tem-se nela um esforço para a elaboração de um conceito que permita ao jornalismo escapar aos seus limites deontológicos.

No campo jornalístico, não se pode ignorar, existem poderes constituídos, padrões estético-expressivos de estruturação do texto, um *pathos* que sujeita os participantes do jogo. As regras são claras e podem ser encontradas em qualquer manual de redação. O jornalismo faz parte das grandes estruturas molares da sociedade capitalista, inserido em uma lógica de produção industrial para o consumo de notícias e informação. Aprisionar o texto em fórmulas é controle, significa podar o horizonte criativo de quem produz e limitar, ao máximo, as potencialidades estéticas da criação textual. O trabalho de Adelmo Genro Filho (2012) apontou para essa direção, ao perceber que era preciso repensar a estrutura do texto jornalístico. Ao reavaliar o espaço das singularidades e das particularidades em uma técnica que cada vez mais se deixa levar pela universalidade, o autor conduziu um estudo significativo sobre a possibilidade de um jornalismo diverso.

A resistência jamais é estanque. Pelo contrário, se organiza de acordo com as necessidades que se impõem. Sempre há níveis de resistência. No jornalismo, não é diferente: a escolha da pauta, a seleção das fontes, o espaço dado a cada entrevistado, as palavras que irão compor o texto, a possibilidade de humanizar ou não determinado personagem, todas as escolhas abrem espaço para a manutenção

ou a transformação do *status quo*. O repórter, o editor, o fotógrafo ou mesmo o revisor podem ser elementos ativos ao reocupar seu papel enquanto *máquinas desejantes*, criativas. A cada etapa, por que não se colocar a pergunta proposta por Traquina: “O jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social?” (TRAQUINA, 2005, p. 25). Pesquisas como a de John Downing (2004) parecem indicar que, na contemporaneidade, é preciso resistir quando se quer privilegiar a segunda proposição. Embora possa haver resistência mesmo no mais tradicional dos veículos de comunicação, o papel de protagonista nesse sentido cabe à mídia alternativa e, por vezes, radical.

Esse modo de produzir e fazer circular informações contém particularidades por emergir de setores sociais descontentes com a mídia tradicional. Exemplos não faltam. Pode-se citar o jornal *The City of San Francisco Oracle*, ligado aos movimentos de contracultura norte-americanos como os beats e a psicodelia, criado em 1966 por Allan Cohen e Michael Bowen. No Brasil, a lista de periódicos de resistência – geralmente ligados aos movimentos de esquerda – também é grande. A imprensa combativa floresceu, sobretudo, nos anos de luta contra a ditadura. Um dos grandes exemplos é *O Pasquim*, criado em 1969, reunindo figuras da intelectualidade brasileira. Mas é possível citar outros trabalhos como *O Jornal do Subiroff*, de 1920, que flertava com o marxismo, ou a *Klaxon*, revista mensal editada pelos artistas ligados ao modernismo no país (CARVALHO, 2011). A lista é enorme. Entre os exemplos mais contemporâneos têm-se um dos precursores das disputas da comunicação na internet com o *Independent Media Center*, fundado durante os protestos em Seattle em 1999. Dele, grande parte dos veículos de comunicação de resistência são herdeiros. O que se percebe em comum entre todos os exemplos citados é que a ambição de reinventar o jornalismo nunca cessa. Logo, como pontuaram Deleuze e Guattari, são sempre as minorias que resistem e, por isso, somente elas têm a capacidade de inverter o jogo.

FIGURA 1: Capa de *The City of San Francisco Oracle*

Fonte: <<http://www.tumblr.com/>>

Apesar da variedade de exemplos que serão citados no decorrer das páginas deste trabalho, o foco de análise se centrará sobre os veículos *Ponte Jornalismo*, *Jornalistas Livres* e *Fluxo: Estúdio de Jornalismo*. Busca-se neles dados empíricos para uma melhor compreensão do que é defendido aqui, ou seja, a possibilidade de existência de *jornalismos* que diluam as fronteiras da imprensa tradicional. Cada um destes se alinham à ideia proposta pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro durante palestra realizada em 2014 no colóquio *Os Mil Nomes de Gaia – Do Antropoceno à Idade da Terra*⁴. “Em uma situação de instabilidade como a presente, no sistema mundial capitalista, *pequenas mobilizações sociais podem ter grandes*

⁴ O colóquio internacional foi realizado no Rio de Janeiro entre 15 e 19 de setembro de 2014, por meio de uma parceria entre o Departamento de Filosofia da PUC/RIO e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. No encontro acadêmico, diversos palestrantes discutiram temas ligados a emergência do conceito de *Antropoceno*, que diz respeito a uma nova experiência de temporalidade na qual as diferenças entre a escala histórica humana e as escalas cronológicas da biologia e das ciências geofísicas diminuíram de maneira dramática. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, em sua palestra, trata da necessidade de uma revisão revolucionária das relações entre o capitalismo, o desenvolvimento e o planeta. O título da conferência vem de um texto do intelectual francês Guy Debord intitulado “La planète malade”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CjbU1jO6rmE>>. Acessado em 16/02/2016.

efeitos, o que nos faz retomar a dimensão da liberdade contra o determinismo econômico”, afirmou o intelectual durante sua fala, intitulada “A revolução faz o bom tempo”. Os veículos elegidos como objeto de análise para este trabalho tem profunda relação com as mobilizações sociais. Todos surgiram após as manifestações de junho de 2013. Naquele momento, pode-se observar o agravamento da crise no modelo tradicional do jornalismo brasileiro. Cunhou-se o neologismo *passaralho* para definir o momento no qual centenas de profissionais foram demitidos das redações de veículos como a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico*, além de redações menores como *Brasil Econômico* e *Caros Amigos*. De acordo com a reportagem “A revoada dos passaralhos” da *Agência Pública*⁵, assinada pelos jornalistas Bruno Fonseca, Camila Rodrigues, Luiza Bodenmüller e Natalia Viana, cerca de 280 jornalistas de São Paulo foram demitidos entre janeiro e abril de 2013, o que representou um aumento de 37,9% em relação ao ano anterior.

No período, uma carta aberta escrita pelo jornalista Bruno Torturra ganhou fama. “O Ficaralho”⁶, como foi intitulado o texto, falava sobre o pesadelo que havia se tornado continuar em redações depois que dezenas ou centenas de colegas eram demitidos. Segundo Torturra, as mudanças trazidas pelas redes digitais e suas *social networks*, o hiperfluxo de informação, o *streaming*, entre outros, tornaram o jornal dispensável. Lá estava uma de suas profecias: “A rede vai matar o jornal para salvar o jornalismo”. O texto antecedeu o lançamento da Mídia Ninja, acrônimo de “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”. O veículo jornalístico passou a ser visto como um canal de informação alternativo por oferecer cobertura em tempo real das manifestações e ao confrontar a mídia convencional ou revelar fatos que ela não cobriu (PERUZZO, 2013). A ascendência foi rápida, meses depois os articuladores do coletivo – Torturra e Pablo Capilé – foram entrevistados no programa Roda Viva, da *TV Cultura*. Três anos depois, o veículo perdeu muito de sua força, mas gerou frutos como os canais de comunicação que serão analisados. Inclusive, o *Fluxo: Estúdio de Jornalismo* foi idealizado por Tortura.

Em setembro de 2015, o Instituto Itaú Cultural promoveu em sua sede, em São Paulo, o encontro “Série Repórter 2” com os idealizadores de cada uma

⁵ Disponível em <<http://apublica.org/2013/06/revoada-dos-passaralhos/>>. Acessado em 16/02/2016.

⁶ Disponível em <<http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=1992>>. Acessado em 16/02/2016.

dessas iniciativas. A segunda mesa do evento, intitulada “Narrativas em Transição”, contou com a participação de Bruno Paes Manso, da *Ponte Jornalismo*; Laura Capriglione; dos *Jornalistas Livres*; e Bruno Torturra, do *Fluxo: Estúdio de Jornalismo*. Cada um deles foi entrevistado pela jornalista Eliane Brum e as conversas trataram de temas como a motivação dos jornalistas, os modos de organização e o impacto social das iniciativas, entre outros. O material gerado por esse encontro será utilizado nas análises, assim como a produção jornalística que vem sendo veiculada por eles, seja em sites específicos ou páginas de redes sociais e outros serviços como *Facebook* e *Youtube*.

Uma dificuldade metodológica⁷ se apresentou a este trabalho desde seus primeiros esboços. Trabalhar com um conceito como o de resistência, que se apresenta de maneiras tão difusas e mutáveis no plano empírico, pede que se deixe de lado a ortodoxia das teorias tradicionais. Desse modo, a proposta aqui é primeiramente traçar um mapa do fenômeno histórico, social e político que se compreende como resistência a partir de um fenômeno contemporâneo, o jornalismo digital. Parafraseando Foucault⁸, um livro jamais seria escrito se seu autor soubesse como o terminaria. *Essa dissertação é produto de uma inquietação elementar: quais são os espaços de resistência no jornalismo e como estes permitem que a prática se renove?* Nos próximos três capítulos esboça-se uma resposta. Pretende-se demonstrar o desenvolvimento teórico e prático de um fenômeno observável dentro do jornalismo. A partir de tensionamentos propostos por Deleuze, Guattari e Foucault elucida-se a trajetória de um conceito de resistência, que é sistematizado no século XVII, com John Locke, e se desenvolve até a contemporaneidade. Se a filosofia pode ser ca-

⁷ O que inspira e motiva esse trabalho, no entanto, é uma abertura e não um fechamento, como propõem as metodologias tradicionais. Neste sentido, é importante notar a definição dada por Deleuze-Guattari (2012b, p. 49): “Um ‘método’ é o espaço estriado da *cogitatio universalis*, e traça um caminho que deve ser seguido de um ponto a outro”. Pensar conceitos como *resistência*, *nomadismo*, *máquina de guerra*, de modo a articulá-los, torna improdutivo qualquer tentativa nesse sentido, uma vez que “a forma de exterioridade situa o pensamento num espaço liso que ele deve ocupar sem poder medi-lo, e para o qual não há método possível, reprodução concebível, mas somente revezamentos, intermezzi, relances” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 49).

⁸ Na entrevista intitulada “Verdade, poder e si mesmo”, de 1982, ao ser interpelado sobre seu histórico acadêmico e sobre a disciplina “História dos Sistemas de Pensamento”, que ministra no *Collège de France*, Foucault diz: “Não considero necessário saber exatamente quem sou. O que constitui o interesse principal da vida e do trabalho é que eles lhe permitem tornar-se diferente do que você era no início. Se, ao começar a escrever um livro, você soubesse o que irá dizer no final, acredita que teria coragem de escrevê-lo?” (FOUCAULT, 2004, p. 294).

racterizada por sua potencialidade criativa, aquela que permite a criação de conceitos, é nesse sentido que a pesquisa também pretende-se filosófica.

No primeiro capítulo, o objetivo é dissecar o que vem sendo chamado de resistência, de modo a compreender e entender os desdobramentos que o conceito pode oferecer ao jornalismo. Uma das conclusões é a de que resistência é o *outro* de qualquer relação de dominação. Embora o poder tenha se pulverizado e hoje se encontre descentralizado, ainda se trata de uma verticalidade: existem opressores e oprimidos, dominantes e dominados. Segundo Foucault (2014b), todos esses grupos possuem poderes, mas a dinâmica entre eles será sempre combativa. Entretanto, somente as minorias são revolucionárias, apenas elas podem reconfigurar o mundo. Percebe-se que a dominação acontece em diversos planos, entre eles, a linguagem – o que mais interessa a esse trabalho. Embora a noção de *maioria* seja sempre abstrata, ela se concretiza neste plano.

O segundo capítulo localiza a discussão no campo da comunicação e do jornalismo, propondo a potência de um *jornalismo nômade*, capaz de se desterritorializar para cumprir seu objetivo. Se “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura” (TRAQUINA, 2005, p. 22), é preciso conceber um modelo jornalístico que se liberte dos vícios da imprensa tradicional e dos modelos disciplinares. Informar, de acordo com Deleuze e Guattari (2011a), não é a primeira função do jornal: antes disso, trata-se de um dispositivo⁹ de poder, que faz circular palavras de ordem. A desconfiança em relação ao papel dos veículos de comunicação é antiga. Para Deleuze e Guattari (2011a), as notícias levadas aos leitores pelo jornal apontam, agindo por meio da redundância, para o que é preciso pensar, reter, esperar. Fugir do jornalismo, traí-lo para reconquistá-lo, é assim que o *jornalismo nômade* age.

⁹ Dispositivo é um termo técnico essencial ao pensamento de Foucault, um termo geral, que no pensamento de Foucault assume o lugar dos “universais”. “Não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes, como dizia na entrevista de 1977, a rede (le réseau) que se estabelece entre estes elementos” (AGAMBEN, 2009, p. 34). Ao utilizá-lo, Foucault presumiu seu significado. Em sua obra, não se encontram definições do conceito. Agamben promove um trabalho arqueológico para recuperar esse termo e o define, brevemente como “um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. (...) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber” (AGAMBEN, 2009, p. 29).

Para encerrar este trabalho, o terceiro capítulo desenvolve a proposta de um modelo de *jornalismo nômade*, tendo como exemplo os veículos escolhidos para compor as análises deste trabalho, assim como a experiência histórica do jornalismo de resistência no Brasil. Propõe-se, aqui, compreender como é possível romper com os padrões tradicionais do jornalismo para permitir sua reinvenção, mesmo que a partir de suas fronteiras. Em termos teóricos, trata-se de libertar o jornalismo do espaço estriado ao qual foi submetido e resgatá-lo para um espaço liso, “marcado apenas por traços que se apagam e se deslocam com o trajeto” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 55). Até que ponto os veículos de resistência conseguiram se afastar das tradições jornalísticas? A internet oferece uma gama de novas opções que podem ser exploradas com o objetivo e, acredita-se, que há quem já faça bem o uso desse espaço para potencializar a informação.

Ao buscar compreender um campo eminentemente contemporâneo, aquele em que o jornalismo e as resistências se encontram, esta pesquisa poderá contribuir para o entendimento sobre a crise identificada por Adghirni e Pereira (2001), na qual mudanças estruturais no jornalismo tem tornado urgente a busca por respostas. A presente pesquisa também pretende ressaltar a importância dos veículos de informação jornalística em sua função de contra-poder (MARCONDES FILHO, 2011), e não apenas de reproduzidor ideológico. Por mais efêmeras que possam ser as linhas de fuga que se desenham a partir de um jornalismo de resistência, o estudo pretende captar esse fenômeno que permanece extremamente contemporâneo – mesmo que sua história se desenrole por mais de dois séculos.

1. RESISTÊNCIA: PROPOSIÇÕES ACERCA DE UM CONCEITO

Todo conceito é singular, os universais nada explicam. A noção de resistência tem uma história, portanto, trata-se de realizar sua genealogia e estabelecer bases que permitam encontrar a singularidade desse conceito, perceber suas hecidades¹⁰, de modo a localizá-lo ontológica e historicamente. Pretende-se, neste capítulo, traçar um mapa para compreender este desenvolvimento conceitual: de suas origens ao fenômeno contemporâneo que representa. Esse percurso resulta em um sentido que difere em alguns aspectos daquilo que fora proposto pelo filósofo político John Locke como direito político inalienável do súdito. Mas, não se pode ignorar as linhas que conectam um ao outro, promovendo um diálogo incessante e essencial, uma vez que todo conceito se estabelece como um ponto de uma rede de intensidades. Eles “são centros de vibração, cada um em si mesmo e uns em relação aos outros” (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 31). Entender de que maneira se produz resistência na contemporaneidade é também analisar o emaranhado no qual essa ideia está inserida.

Enquanto verbo transitivo indireto, resistir significa não ceder, não sucumbir, opor-se, recusar-se ou negar-se à algo. É o que se percebe com Bartleby que deixara todos perplexos ao proferir a máxima: “Preferiria não”. No conto, “Bartleby, o escrevente”, de 1853, Herman Melville apresenta o copista que negará sistematicamente aos pedidos de um advogado recém-promovido à chefe em um escritório de advocacia. O personagem fora contratado para trabalhar em Wall Street, mas se recusa a realizar atividades rotineiras. O primeiro momento de tensão se dá logo após a contratação de Bartleby, quando o chefe – narrador da história – pede que o escrevente lhe ajude a cotejar algumas cópias:

Estava sentado exatamente assim quando o chamei, dizendo ligeiro o que queria que fizesse – ajudar-me a conferir um documento curto. Imaginem minha surpresa, ou melhor, minha consternação, quando, sem sair de seu isolamento, Bartleby, numa voz singularmente calma, firme, respondeu: “Preferiria não” (MELVILLE, 2015, p. 68).

¹⁰ Termo bastante apreciado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, proveniente do pensamento de Duns Scotus (1265-1308), que ressalta o caráter particular, individual, único de um ente, que o distingue de todos os outros (HOUAISS; VILLAR, 2009). O conceito surge a partir do adjetivo *haec*, com o qual se indica a particularidade de uma coisa. “Esse princípio é invocado por Duns Scotus para explicar de que maneira a coisa individual se origina da “natureza comum”, que é indiferente tanto à universalidade quanto à individualidade” (ABAGNANO, 1998, p. 497).

A reação do narrador anônimo demonstra o choque diante da resistência de Bartleby. Sob o olhar superficial, a fórmula de Bartleby pode parecer destituída de qualquer significado político. Mas, o ato do personagem é capaz de desestruturar o cotidiano. “Um homem magro e lívido pronunciou a fórmula que enlouquece todo o mundo” (DELEUZE, 2011, p. 91). E não é simplesmente a frase que emana essa loucura, mas a própria como ela é construída. Em inglês, a personagem diz “I would prefer not to”, uma construção que, segundo o Deleuze (2011), soa como uma anomalia, uma forma insólita. Seja pelo uso do verbo “to prefer”, solene e inabitual; seja pelo “not to”, que sugere indeterminação pelo que é rejeitado. Poderia ser o trabalho, mas também a vida. Nisso reside a força da resistência enquanto negação. Ela estabelece uma dobra, um atalho para a exterioridade, uma desestruturação do *status quo*. Consciente ou não de sua ousadia, Bartleby coloca as relações de subordinação em crise. Como Deleuze (2011, p. 93) propõe, no artigo “Bartleby, ou a fórmula”: “Não há dúvida de que a fórmula é arrasadora, devastadora, e nada deixa subsistir atrás de si”. O diretor do escritório se surpreende para, após algumas páginas, aceitar o absurdo e desistir de buscar outra reação em seu funcionário. Ao final, é tomado de compaixão pelo copista e sua fórmula. Contudo, a resistência de Bartleby não reverbera. É um gesto passivo, que silencia-se com a morte da personagem. É um pouco como a resistência de Joseph K., em “O Processo” (KAFKA, 2006). Ao ser acolhida, a resistência se dissipa. Bartleby diz não, mas não propõe novos modos de agir, de existir.

Se Bartleby é um resistente, um resistente passivo, é no sentido de traçar uma linha de fuga que revela e põe em questão os mecanismos de dominação da língua através de uma língua originária inumana ou sobre-humana que devasta as referências, mina os pressupostos que permitem à linguagem designar as coisas a partir de um sistema de convenções lógicas ou gramaticais, funcionando neste sentido como agramatical (MACHADO, 2009, p. 209).

Resistir também pode ser admitido como verbo intransitivo, com o significado de agir em defesa ou proteção de algo próprio, ou no sentido de conservar-se ou durar em relação ao tempo. Essa ideia é discutida por Deleuze na conferência “O que é o ato de criação?”¹¹, quando se estabelece a relação entre a obra de arte e o

¹¹ Em 17 de março de 1987, Gilles Deleuze pronunciou a conferência *Qu'est-ce que c'est l'acte de création?* a uma plateia de estudantes de cinema da École Nationale Supérieure des Métiers de l'Image et du Son, conhecida como *La Femis*, um estabelecimento público de ensino superior francês,

ato de resistência. A obra de arte é a única coisa que resiste à morte (DELEUZE, 2013b). O substantivo do qual o verbo deriva, *resistência*, tem aplicações em diversos campos como a física, sobretudo em relação aos estudos da eletricidade, a medicina, a psicanálise e as ciências políticas (HOUAISS; VILLAR, 2009). Este último terá prevalência nestas páginas. Embora os usos sejam diversos, o termo evoca um enfrentamento, uma recusa, que pode ser criativa ao abrir espaço para novas possibilidades de ação ou de existência; dessa maneira, ela se abre para a exterioridade¹² por meio das rupturas que faz surgir no sistema.

Enquanto conceito no campo filosófico, *resistência* tem origem histórica difusa. Pogrebinschi (2004) explica que, apesar de ter recebido tratamento por parte dos teóricos da Reforma Protestante, foi John Locke o responsável pelos primeiros estudos sistemáticos e ofereceu a notoriedade que este ainda possui. O filósofo liberal pontuou que, dentro da sociedade civil, os homens eram dotados do direito de resistir ao abuso de poder dos governantes, mesmo em um período no qual o poder era entendido como divino. Em 1690, ao publicar “Segundo Tratado sobre o Governo”, Locke sistematiza sua teoria e assinala uma importante criação conceitual. Este trabalho ofereceu suporte teórico a algumas das principais revoluções civis do período, como as revoluções Americana, de 1776, e Inglesa, de 1788.

1.1. PODERES EM JOGO: RESISTÊNCIA E CONTROLE

No campo político, a noção de resistência tem origem em reflexões sobre o conceito de obediência, uma das preocupações centrais da teoria política moderna. A tradição contratualista liberal, difundida entre os séculos XVI e XVII, buscou compreender não apenas a justificação dos poderes soberanos, mas também os seus limites. Autores como Hobbes e Rousseau dedicaram páginas de suas princi-

ligado ao Ministério da Cultura da França e ao *Centre National du Cinéma et de l'Image Animée*. Parece interessante situar essa fala, de modo a demonstrar a versatilidade do pensamento deleuziano.

¹² Peter Pál Pelbart, no artigo “Cartographies du Dehors”, pontua que o conceito de “fora”, proposto por Maurice Blanchot, é aquele em que se realiza o campo do possível. Neste sentido ele afirma: “Pode-se constatar facilmente: herdeiro de Blanchot, e além da extensão atribuída por Foucault, Deleuze deu ao fora uma caracterização claramente nietzschiana (...). As consequências desta perspectiva são diversas: 1) A tarefa do pensamento é libertar as forças que vem do fora; 2) o fora é sempre uma abertura de um futuro; 3) o pensamento do fora é um pensamento de resistência; 4) a força do fora é a vida” (PELBART, 2008, p. 24).

país obras ao fenômeno da desobediência legítima, mas foi John Locke quem sistematizou o direito de resistência, oferecendo-lhe a notoriedade disfrutada até hoje.

Para pontuar a obediência civil como dever fundamental do indivíduo no corpo político, Locke estabelece três aspectos fundamentais: 1) a existência de uma lei de natureza; 2) o estado de natureza, ou seja, a condição natural do ser humano, do qual se extraem as diretrizes básicas à compreensão do poder político; 3) e o consentimento como alicerce do corpo político, pelo qual se autoriza a sujeição ao governante e a imposição de obrigações civis. O filósofo acredita, no entanto, que os governos devem respeitar as leis e o estado de natureza, de modo que possam legitimar seu poder. No estado de natureza, descreve Locke (1963), os homens convivem na mais perfeita liberdade, dentro dos limites impostos pela natureza. É um estado de plena igualdade. Uma diferenciação importante, no entanto, é feita entre liberdade e licenciosidade. “Apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse” (LOCKE, 1963, p. 6).

Esse próprio estado de natureza coloca cada homem como senhor de si e como executor da lei, a cada indivíduo cabe o cumprimento e a preservação da lei da natureza. A passagem do estado de natureza à sociedade política – baseada em um governo civil estabelecido mediante o consentimento geral e fundado sobre leis fixas – é necessária para a preservação da humanidade e da integridade coletiva e individual. Ao estabelecer-se a figura do juiz imparcial, que retira seu poder de um acordo reconhecido por todos, é confiscada a possibilidade dos homens julgarem suas próprias causas. No estado natural, a existência pacífica se tornaria insustentável por permitir o surgimento de um estado de guerra, “um estado de inimizade e destruição” (LOCKE, 1963, p. 13), decorrente do abuso da força e do poder entre os pares.

Como o estado de natureza torna o exercício da liberdade e da propriedade incertos, devido à constante possibilidade de violação por outrem, Locke constata que, no estado civil, os homens abdicam da liberdade natural em troca de segurança em relação à si e à propriedade que possuem. Nessa passagem de um estado a outro, a liberdade continua a existir, mas de maneira diferente: “A liberdade do homem na sociedade não deve ficar sob qualquer outro poder legislativo senão o que se estabelece por consentimento na comunidade” (LOCKE, 1963, p. 17). Logo,

a regra comum a todos se torna um pressuposto para a sua realização ao garantir que cada um siga a “própria vontade em tudo quanto a regra não prescreve”. Sob normas bem definidas e consensuais, a liberdade não está sujeita à vontade inconstante, incerta e arbitrária de qualquer pessoa.

É neste contexto que tem origem as primeiras sociedades políticas, assim como uma nova classe vem a tona para garantir o cumprimento que foi estabelecido. Legisladores e homens políticos tomam a cena para criar leis e fazer com que elas sejam cumpridas. Esses serão os responsáveis por evitar o caos do estado natural. É o prelúdio da sociedade civil – esfera social que separa o indivíduo do Estado – na qual todos, inclusive os governantes, estão sujeitos à lei criada em consenso. No entanto, as monarquias absolutistas abriram espaço para um novo problema. As leis eram válidas apenas para os súditos, mas o déspota reinava acima delas. A ironia – e a astúcia – de Locke (1963, p. 57) são perceptíveis na afirmação: “Quem pensa que o poder absoluto purifica o sangue do homem e corrige a baixeza da natureza humana precisa ler a história desta ou daquela época para se convencer do contrário”. A noção de que o poder divino seria suficiente para evitar excessos é questionável. Torna-se fundamental que todos os homens se submetam às leis – inclusive o monarca – para que haja um bom funcionamento da sociedade, evitando assim os abusos do poder ilimitado.

Toda a relação entre súdito e soberano está baseada em um contrato, aponta Locke (1963). Logo, ela não é naturalmente constatada e depende do cumprimento daquilo que cabe a cada uma das partes. Somente assim o contrato seria respeitado. Os homens garantem sua obediência desde que o soberano continue agir pela harmonia, mantendo em suspenso o estado de guerra, e seja capaz de executar as leis criadas com este fim. Esse pacto, no entanto, pode ser rompido quando o soberano estende seu poder para além daquilo que lhe é direito e torna-se um tirano. A tirania, forma monárquica de opressão, é descrita como:

O exercício do poder além do direito, o que não pode caber a pessoa alguma. E esta consiste em fazer uso do poder que alguém tem nas mãos, não para o bem daqueles que lhe estão sujeitos, mas a favor da vantagem própria, privada e separada – quando o governante, embora autorizado, faz não a lei mas a própria vontade de regra, não se orientando as ordens e ações dele para a preservação das propriedades do povo, mas para a satisfação da ambição, vingança, cobiça ou qualquer outra paixão irregular que o domine (LOCKE, 1963, p. 127).

Eis uma definição fundamental ao entendimento daquilo que o filósofo definirá como “direito de resistência”. Como todas as formas de governo estão sujeitas à tirania, é dever dos súditos garantir a possibilidade de combater quem viola o direito alheio por meio da força. Tem-se aí a noção de obediência relativa, condicionada ao respeito do soberano aos limites preestabelecidos em seu poder supremo. Essa é a base da separação entre os poderes Legislativo e Executivo. Locke ressalta ainda o papel da soberania popular¹³. O direito à resistência se baseia sobre a obediência relativa. Na dissolução do governo, o povo retoma seu poder supremo. A resistência, portanto, emana de uma coletividade. Em um flerte com as coletividades, Locke anuncia que nenhum homem sozinho é capaz de derrubar um déspota ou produzir mudança na sociedade.

O filósofo inglês encontra na obra de William Barclay sua justificativa. De acordo com o escritor escocês, defensor da monarquia absolutista, a rebelião contra o rei poderia ser justificada em certas circunstâncias. Para ambos, resistir é justificável em situações de tirania. “A defesa própria faz parte da lei da natureza, nem é possível negá-la à comunidade, mesmo contra o próprio rei”. Em seguida, o autor pontua que a resistência é necessária, mas não justifica a vingança contra o rei. Barclay também questiona o poder individual em benefício da coletividade: “O corpo do povo pode, com reverência, resistir à tirania intolerável” (BARCLAY, 1600 *apud* LOCKE, 1963, p. 148).

Para Bobbio, Locke oferece uma contribuição fundamental em relação à teoria da resistência e da desobediência civil¹⁴.

As últimas páginas do Segundo Tratado constituem uma peroração fervorosa em defesa dos oprimidos e contra os opressores, em favor da liberdade e contra a ordem, bem como uma advertência aos governantes honestos, um desafio aos desonestos, uma afirmação da soberania do povo, embora por ‘povo’ Locke entendesse a sociedade de proprietários (BOBBIO, 1998, p. 243).

John Locke ficou conhecido como um dos principais teóricos da Revolução Gloriosa, em 1688. Suas ideias também influenciaram aqueles que estiveram à

¹³ De acordo com Paulo Clinger de Souza (2003, p. 116), a soberania popular “assenta-se no seguinte conceito: todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”. A afirmação consagrada de Jean-Jacques Rousseau resume o conceito crivado por Locke.

¹⁴ Para Bobbio (1992), a desobediência civil é uma das formas de resistência, ao lado da guerrilha, das greves, das passeatas, da não-violência, etc.

frente da Revolução Norte-Americana de 1776. Sua obra corresponde às inquietações políticas, sociais e intelectuais do fim do século XVII, mas não deixa de oferecer pilares para a compreensão do que é a resistência no contexto contemporâneo.

Retomando as considerações de Deleuze e Guattari (2013) em *O Que É a Filosofia?*, é preciso estabelecer a qual problema o conceito de resistência enseja uma resolução. Segundo Pogrebinski (2004), embora as democracias constitucionais tenham substituído o absolutismo monárquico, inspiração de Locke, os procedimentos legislativos contemporâneos ainda não são suficientes para garantir a justiça de leis que tratam de maneira homogênea e unitária a sociedade contemporânea plural e permeada pela multiplicidade.

Permanece, portanto, na agenda da teoria política contemporânea o problema da opressão. E onde há opressão, sabemos, há resistência. No entanto, a forma que o direito de resistência vai assumir no mundo contemporâneo é bem distinta daquela que lhe deu origem no período moderno (POGREBINSCHI, 2004, p. 62).

O pensamento de Locke inspirou muitos intelectuais. Um dos maiores ecos de suas proposições é encontrado na obra de Henry David Thoreau, sobretudo em “A Desobediência Civil”, publicado em 1849. “Todos reconhecem o direito à revolução, ou seja, o direito de negar lealdade e de oferecer resistência ao governo sempre que se tornem grandes e insuportáveis a sua tirania e a sua ineficiência” (THOREAU, 1984, p. 31). O trecho parafraseia o conceito de resistência presente na obra de Locke. No célebre texto, o autor liberal execra o papel do Estado e do governo, sobretudo quando este impinge aos cidadãos uma guerra e a escravidão. Curiosamente, em sua primeira versão, publicada na antologia *Æsthetic Papers*, o ensaio trazia outro título: *Resistance To Civil Government*. É importante notar que para Thoreau (1984), a ideia de resistência nasceu da metáfora feita pelo autor, segundo a qual o governo funciona como uma máquina. Quando se produzia injustiça, era dever dos cidadãos conscientes causar atrito, obrigando-a a parar. Com a mudança do título, a evidente influência de Locke se torna mais sutil, embora as reflexões sigam pela mesma direção.

Thoreau (1984) resgata a interpretação do papel do indivíduo enquanto detentor de poder e acredita na importância das liberdades individuais. Defendendo seu ponto de vista, ele questiona a eficácia do governo e das leis, ao pontuar que elas nunca tornaram os homens mais justos. Suas críticas, no entanto, têm como

objetivo proporcionar o surgimento de um governo melhor, baseado em comunidades de indivíduos capazes de se autogerir. A origem de *A Desobediência Civil* é bem conhecida. O autor “quis explicar a seus vizinhos e conhecidos, em conferência pública, os motivos que o levaram a resistir pacificamente a certas leis dos EUA e de Massachusetts” (DRUMMOND, 1984, p. 18). Por não concordar com as atividades bélicas de seu país e o uso de mão de obra escrava no estado em que vivia, o escritor optou por não pagar seus impostos ao longo de vários anos. Acabou passando uma noite encarcerado na prisão, sendo liberado depois que sua tia resolveu as pendências.

Esse e outros ensaios de sua autoria serviram de inspiração para diversos líderes revolucionários, entre eles, Mohandas Karamchand Gandhi. O advogado hindu conheceu o texto de Thoreau na África do Sul, onde fora radicado, ao receber a indicação de leitura de Leon Tolstói. Na década de 1890, ele militava pelos direitos civis da minoria hindu que habitava o país. “Gandhi encontrou em *A Desobediência Civil* uma formulação *ocidental* dos fundamentos de sua própria ação dissidente – a *satyagraha*, ou a sustentação da verdade frente à injustiça” (DRUMMOND, 1984, p. 21). Com o líder da militância hindu, a desobediência civil ganha um contorno coletivo, sobretudo depois do retorno para a Índia em 1915, onde passa a agir pela independência indiana. No caso de Thoreau, contudo, as ações desobedientes não precisam se alastrar pelo coletivo – ou pela maioria, termo que é compreendido pelo autor norte-americano como uma “conveniência quantificável, aritmeticamente verificável” (DRUMMOND, 1984, p. 18). Segundo ele, o direito de rebeldia de indivíduos e minorias são centrais ao aperfeiçoamento da convivência política.

Na segunda metade do século XX, o conceito foi retomado por alguns autores importantes. Um texto de Hannah Arendt (1999) – publicado pela primeira vez em 1970, com algumas diferenças, na revista *The New Yorker* – levou a discussão para o campo das leis, ao abordar termos de desobediência civil e suas implicações jurídicas. Ao retomar a figura de Thoreau, ela recorda que para o autor o problema se apresentava diante da consciência individual e do compromisso moral da consciência. Portanto, não era necessariamente uma questão política. Não se tratava de pensar a desobediência civil em relação ao campo moral do cidadão de maneira concomitante à lei. Mas Arendt se demora justamente nesse ponto. Segundo ela, é necessário estabelecer parâmetros e, deste modo, diferenciar o contestador civil do

criminoso comum, uma vez que ambos quebram a lei. Os objetivos são essenciais nessa diferenciação. Outra afirmação da autora pontua que aquele que resiste “nunca existe como um único indivíduo; ele só pode funcionar e sobreviver como membro de um grupo” (ARENDT, 1999, p. 54-55). A autora retoma a noção de coletividade como elemento de força dentre as ações contrárias à legislação.

Atos de desobediência civil são considerados pela autora alemã de origem judaica como eventos proeminentes nas décadas de 1960 e 1970. “Neste momento, havia forte desprezo pela autoridade estabelecida, religiosa e secular, social e política. Tratava-se, segundo ela, de um fenômeno mundial. Existe também uma tentação de compreender estes atos como ordinários, assim como os são os atos criminosos. Mas para Arendt, a desobediência civil surge “quando um número significativo de cidadãos se convence de que, ou os canais normais de mudança já não funcionam, e que as queixas não serão ouvidas nem terão qualquer efeito” (ARENDT, 1999, p. 68). Um fator importante na diferenciação entre o criminoso e o desobediente é o caráter público das ações deste último. Sem ele, o ato contestatório perde sua força.

Já o contestador civil, ainda que seja normalmente um dissidente da maioria, age em nome e para bem de um grupo; ele desafia a lei e as autoridades estabelecidas no terreno da dissensão básica, e não porque, como indivíduo queira algum privilégio para si, para fugir com ele (ARENDT, 1999, p. 69).

Outro proeminente filósofo político, o italiano Norberto Bobbio, também se debruçou sobre o problema, retomando o termo “resistência” em um artigo de 1971. O período era fértil a tais reflexões dada sua proximidade com os acontecimentos de 1968, período marcado por manifestações políticas contestatórias em diferentes partes do globo. “Não há dúvida de que o velho problema da resistência à opressão voltou a se tornar atual graças à imprevista e geral explosão do movimento de *contestação*” (BOBBIO, 1992, p. 144). Em seu texto, Bobbio parte da noção de que o poder político se erige em uma relação direta com o povo e, por este motivo, deve-se acentuar o direito à resistência ante o dever da obediência. Essa oposição é central à definição feita pelo autor.

Enquanto contrária à obediência, a resistência compreende todo comportamento de ruptura contra a ordem constituída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se, como ocorre num tumulto, num motim, numa rebelião, numa insurreição, até o caso limite da revolução; que ponha o sistema em crise, mas não necessariamente em questão (BOBBIO, 1992, p. 144).

Assim, Bobbio também diferencia a ideia de *resistência* da ideia de *contestação*, uma vez que esta põe em questão a ordem, mas não necessariamente gera uma crise. Contudo, quando colocadas em prática, as duas formas de ações não são tão distinguíveis. É possível que um mesmo ato imbrique ambos os conceitos. Para o autor, aquém das questões jurídicas em torno da noção de resistência, é essencial percebê-la como problema político, ou seja, buscar entender sua oportunidade ou eficácia no plano social (1992). Não se trata, para Bobbio, de um direito – pois este seria natural e inalienável, como propunha Locke. Resistir é, em primeiro lugar, condição à soberania popular. Finalmente, uma das contribuições importantes do autor diz respeito à definição de “resistência passiva”: quando um indivíduo opta por não fazer aquilo que deveria, assumindo postura crítica ao que se considera inadequado, a resistência assume uma posição de passividade. Mas também se pode resistir fazendo em excesso.

No cenário atual, a resistência se apresenta em novos planos, relacionando-se a questões urgentes como o direito de minorias, novos modos de organização política, comunidades alternativas, outros usos da linguagem, etc. Em *Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle*, Deleuze (2013) propõe um deslocamento da ação do poder na sociedade, percebendo que sua intenção não é mais a disciplina, mas o controle. Novas tecnologias e o desenvolvimento capitalista permitiram essa mudança. O controle visa sujeitar os indivíduos em níveis mais complexos do que aqueles identificados por Foucault (2010) na sociedade disciplinar analisada em *Vigiar e Punir*.

Com o capitalismo os estados se enfraqueceram¹⁵, em grande medida devido à universalização do mercado, que superou as fronteiras territoriais do Esta-

¹⁵ No capitalismo cognitivo, segundo Negri e Hardt (2006), as articulações políticas e econômicas desafiam os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que compunham a noção clássica de Estado-nação. Em certo sentido, o Estado passou a se confundir com a atual configuração do capitalismo, no sentido de que o poder se concentra cada vez mais nas mãos dos grupos empresariais, latifundiários, senhores da comunicação, uma aristocracia formada por aqueles que controlam não apenas a produção de mercadorias, mas também a produção simbólica. É o caso, por exemplo, das grandes corporações transnacionais, mais ricas que alguns países, que usam os estados-nação para exploração, uso de mão de obra ou mercado, mas não se “desterritorializam” propriamente.

do-nação. “Só uma coisa é universal, o mercado. Não existe Estado universal justamente porque existe um mercado universal cujas as sedes são os Estados, as Bolsas” (DELEUZE, 2013a, p. 217). Há aqui um paradoxo. O mercado pode ter dominado os fluxos mundiais, mas ele não é universalizante e, sim, uma potencialidade para fabricação de riqueza e miséria. O controle, por sua vez, não é mais uma estratégia de governo para o estabelecimento e a perpetuação da ordem, mas a lógica do capital. Locke se veria diante de mudanças drásticas, uma vez que para garantir o bom governo, o soberano teria de se curvar ao lucro e à infinita produção capitalista. Em entrevista concedida a Antoni Negri, Deleuze (2013a, p. 216) define o capitalismo como um sistema que “não para de expandir os próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital”. Neste sistema, política e economia são indiscerníveis. O poder organiza os fluxos de riqueza.

Entender como ele circula pelas sociedades a partir de seu desenvolvimento histórico é essencial para a compreensão do problema da dominação, da opressão e da resistência. Nesse sentido, é impossível ignorar Michel Foucault. Seu trabalho estabeleceu um corte longitudinal na maneira como são compreendidos os meios pelos quais o poder se define. A partir de uma metodologia que buscava identificar os pontos moleculares do poder, percebendo sua ação periférica, distante da centralidade de figuras soberanas como o Rei ou o Estado, o autor francês ressaltou que o poder não se cristaliza, pois está em constante disputa. Deve ser analisado “como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 2014b, p. 284). Para pincelar a questão jornalística: dentro da redação de qualquer jornal, por exemplo, há relações de poder se exercendo, assim como o emaranhado de veículos que disputam a atenção do leitor são efeitos de poder e carregam-no em si, em cada escolha que fez com que o produto chegasse à banca ou à tela eletrônica em que é consumido.

Foucault (2014b) percebeu que o poder não é uniforme e é possível distinguir etapas no modo como se organiza. Nos séculos XVII e XVIII, a forma dominante era a soberania. O soberano era a cabeça a guiar o corpo, formado pelos súditos. Era o detentor do direito de “deixar viver” ou “fazer morrer”. É este o período em que Locke estabelece sua teoria da resistência. Embora não se refira a ele, a crítica de Foucault recaiu sobre outro contratualista inglês: Thomas Hobbes. “É preciso

estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. É preciso estudá-lo com base em técnicas e táticas de dominação” (FOUCAULT, 2014b, p. 289). Em um de seus cursos no *Collège de France*, intitulado *Soberania e Disciplina*, Foucault afirma que o modo como o poder era exercido podia ser transcrito nos termos da relação soberano-súdito, apoiando-se sobretudo na relação destes com a terra e seus produtos. Entretanto, na virada do século XVII, um fenômeno importante altera a forma como esses poderes eram exercidos. Uma nova mecânica que passa a atuar sobre os corpos e seus atos, incompatível com as relações de soberania. Uma técnica capaz de atravessar as instituições e os indivíduos: a disciplina.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade, utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (...) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2010, p. 133).

Não se trata de uma mudança súbita, mas múltiplos processos de origens distintas que se acumulam. Para ser exercido, o novo método depende da vigilância ininterrupta. A existência física do soberano não é mais capaz de dominar os indivíduos. Esse novo tipo de poder “é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente” (FOUCAULT, 2014b, p. 291). Contudo, o estabelecimento do poder disciplinar não promoveu o desaparecimento do poder soberano, apenas o obrigou a modificar-se. A legislação e os discursos que se organizam ao redor do Direito dizem respeito à soberania, enquanto os mecanismos disciplinares correspondiam às punições e meios coercitivos, mais localizados, moleculares.

Disciplina, no entanto, não diz respeito apenas à prisão e aos métodos violentos de coerção. Nas sociedades disciplinares, o poder se exerce a partir de micro-relações que visam normatizar os indivíduos. “As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da

regra natural, quer dizer, da norma: definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização” (FOUCAULT, 2014b, p. 293). A escola, o hospital, a igreja, o exército, a família, a universidade são algumas das instituições disciplinares, que visam o controle dos corpos e sua domesticação, de modo a se tornarem úteis e não quebrem a norma. São espaços de adestramento. Nessa lógica, é possível estabelecer aproximações entre o campo jornalístico e a lógica disciplinar, estruturante de regras às quais os indivíduos devem se adequar.

Se no nível individual são as disciplinas que governam os corpos, as massas se sujeitam, a partir da segunda metade do século XVIII, ao que Foucault chama de biopoder:

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Com isso, os fenômenos coletivos passam a ser levados em conta e o adestramento deixa de ser apenas dos sujeitos, ampliando-se para o espaço das populações. Métodos perpetrados pela medicina, com o objetivo de promover a higiene e preservar a vida, se tornam essenciais à manutenção do poder. Esse é um dos exemplos citados por Foucault (2008), mas não o único. Segundo ele, a centralização da informação, a normalização do saber, o policiamento – no sentido de vigilância para um melhor controle – se instauram como formas de ação desse desdobramento coletivo da ação do poder. Elas dizem respeito à uma biopolítica, que “por meio de biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas” (REVEL, 2005, p. 26).

Essa série de desdobramentos dos mecanismos utilizados para o exercício do poder compõem páginas importantes do trabalho de Foucault. No entanto, na década de 1980, as ideias do filósofo francês apontam para um novo mecanismo de aplicação do poder, que ele chamará de “controle”. Sua morte, em 1984, impede o desenvolvimento do novo conceito, que diferiria completamente da disciplina. Em “História da Sexualidade”, encontra-se um esboço do que o autor pretendia.

A noção de controle, uma vez tomada independentemente das análises disciplinares, conduz então Foucault ao mesmo tempo em direção a uma ontologia crítica da atualidade e a uma análise dos modos de subjetivação que estarão no centro de seu trabalho nos anos 80 (REVEL, 2005, p. 30).

Deleuze (2013) assume, ainda que perifericamente, as reflexões sobre a complexidade do poder a partir dessas formulações. “A formulação dessa ideia por Deleuze, no entanto, é bastante exígua: o artigo mal passa de cinco páginas” (HARDT, 2000, p. 357). Embora o filósofo trate de poucos aspectos concretos, ele constata uma crise. Depois da Segunda Guerra Mundial, as disciplinas entram em crise porque os meios de confinamentos que lhe eram característicos – prisão, hospital, fábrica, escola, etc. – precisam ser revistos. Os espaços que eram físicos dão lugar a instituições virtuais. Para retomar um exemplo clássico, a fábrica é substituída pela empresa. Segundo Deleuze, na fábrica, os indivíduos constituíam um só corpo, uma massa a ser gerida pelo patronato e à qual os sindicatos se endereçavam com o objetivo de produzir resistência. Na empresa, os indivíduos são colocados contra si, pois a rivalidade é um de seus elementos fundadores. A fábrica é real, a empresa virtual. Como os romanos já sabiam, a melhor estratégia é dividir para conquistar. *Divide et impera*. “O ‘espaço estriado’ das instituições da sociedade disciplinar dá lugar ao ‘espaço liso’ da sociedade de controle” (HARDT, 2000, p. 357).

Dois autores são centrais para a noção de controle oferecida por Deleuze: Foucault e William S. Burroughs. *Schizo Culture*, colóquio realizado na Universidade de Columbia, em novembro de 1975, foi palco para o encontro de Deleuze e Burroughs. O autor norte-americano, próximo à contracultura norte-americana, sobretudo literária, apresentou a conferência *The Impasses of Control*, publicada três anos depois sob o título de *The Limits of Control*. Burroughs define a sutileza do controle em poucas palavras: “Mas palavras ainda são o principal instrumento de controle. Sugestões são palavras. Persuasões são palavras. Ordens são palavras. Nenhuma máquina de controle até então idealizada pode operar sem palavras”¹⁶. Logo, para Burroughs, o controle sempre está atrelado à linguagem. Outra observação feita por ele é de que o controle não pode ser completo. É preciso que haja espaço para a oposição ou o consentimento: o indivíduo deve permanecer ativo. Se fosse comple-

¹⁶ “But words are still the principal instruments of control. Suggestions are words. Persuasions are words. Orders are words. No control machine so far devised can operate without words” (BURROUGHS, 1978, p. 38). A tradução é nossa.

to, seria o contrário da vida. De acordo com Burroughs, a própria ideia de controle sempre oferece margem à resistência.

Deleuze (2013) percebeu a iminência de novos sistemas que desempenhariam funções primordiais na sociedade de controle. Sem as tecnologias digitais e a informatização dos sistemas, nada seria como é. A economia e a organização social – em seus diversos aspectos, como a gestão do tempo, do trabalho, do lazer – sofreram mudanças estruturais. O capitalismo se tornou mais agressivo e, ao mesmo tempo, mais flutuante, virtual. O mercado também se pulverizou – assim como os poderes e os modos coercitivos. A liberdade é um dos slogans dessa sociedade, mas ela é mais uma simulação, um efeito controlado, do que um dado ontológico. Se o controle é de curto prazo e de rotação rápida, isso acontece porque as organizações sociais tornaram-se extremamente fluidas. Se a disciplina confinava os indivíduos em prisões e escolas; o controle aprisionou homens e nações por meio da dívida. “O lugar da atividade política liberal moderna desapareceu, e, assim, a partir dessa perspectiva, nossa sociedade imperial pós-moderna se caracteriza por um déficit político. De fato, o lugar da política foi desrealizado”, acrescenta Hardt (2000, p. 360).

Há uma crise em curso. A escola, o quartel ou a família não são mais capazes de adestrar indivíduos. A disciplina não é capaz de lidar com a diversidade ou com agrupamentos cada vez menores. Um exemplo ilustra essa nova situação: novas regras laborais que permitem que o funcionário não se submeta ao confinamento em escritórios. Ele pode, agora, produzir em casa. Esse deslocamento, no entanto, não é libertário: apenas condiciona novos espaços de trabalho. Essa mudança atinge campos diversos. Se antes havia um momento – ou mesmo um espaço - específico para a leitura de notícias, hoje cada indivíduo é bombardeado diretamente por informações que ele pode não ter escolhido consumir. As tecnologias portáteis como os *smartphones* apagaram fronteiras antes bem definidas. Como pontua Deleuze, a empresa se desprende dos limites geográficos da fábrica. “Informam-nos que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo” (DELEUZE, 2013a, p. 228). O marketing se aproxima vertiginosamente de um instrumento de controle social.

Hardt (2000) aponta que essas mudanças sociais são também novos campos de produção de subjetividade¹⁷. Na sociedade disciplinar, os moldes institucionais eram rígidos, fixos e apresentavam regras específicas de tempo, espaço e comportamentos estritamente delimitados.

As diversas instituições da sociedade moderna deveriam ser consideradas como um arquipélago de fábricas de subjetividade. No decurso de uma vida, um indivíduo entra nessas diversas instituições (da escola à caserna e à fábrica) e delas saem de maneira linear, por elas formado (HARDT, 2000, p. 368).

Para o autor, a passagem de um tipo de poder a outro não significa oposição, mas intensificação. A lógica disciplinar se generalizou na sociedade, ultrapassando os muros que circunscreviam os espaços onde era produzida. “A crise contemporânea das instituições significa que os espaços fechados que definiam os espaços limitados das instituições deixaram de existir” (HARDT, 2000, p. 369). Assim, a lógica do controle se estende por todo o campo social, atravessando os indivíduos transversalmente. São linhas invisíveis, capazes de criar segmentaridades. Buscam-se novos meios de punição, de educação, de controle da saúde. O biopoder também se transforma com o controle. Deleuze (2013) afirma que na sociedade de controle os indivíduos são essencialmente cifras, reduzidos a um número, que os localizam em qualquer ponto do globo. A experiência nazista – como relatada por Levi (1988) – é uma radicalização desse processo.

Embora Locke (1963) tenha deixado pistas iniciais para a compreensão desse fenômeno central da ação política, a resistência, as transformações entre a sociedade monarquista e as democracias capitalistas do último século exigiram atualizações. Ainda assim, resistir permanece como forma libertária por excelência.

¹⁷ “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e produção de idéia, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.)” (GUATTARI E ROLNIK, 1996. p.31). Para os autores, os processos de subjetivação são descentrados em relação à individuação, ou seja, existem processos diferentes que produzem cada um dos efeitos, embora todos sejam sociais. Não há indivíduo sem sociedade. Guattari ressalta que prefere falar em subjetivação ou produção de subjetividade no lugar de ideologia. Para ele, produzir subjetividade talvez seja o mais importante tipo de produção no capitalismo, superando modos considerados essenciais como o petróleo e as energias.

“Na luta contra o poder disciplinar, não é em direção do velho direito da soberania que se deve marchar”, bradou Foucault (2014b, p. 295). Propor aberturas, ou melhor, rupturas é uma forma de resistência. Deve-se ir em direção “de um novo direito antidisciplinar e, ao mesmo tempo, liberado do princípio de soberania” (FOUCAULT, 2014b, p. 295). Se é pela linguagem que se exerce controle, também é por meio dela que a resistência encontrará uma via de realização. É o que Deleuze (2013a, p. 220) afirma em entrevista a Negri:

Você pergunta se as sociedades de controle ou de comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas oportunidades a um comunismo concebido como “organização transversal de indivíduos livres”. Não sei, talvez. Mas isso não dependeria de as minorias retomarem a palavra. Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio de fala.

Uma rede de conceitos é necessária para configurar essa rede de resistência. A comunicação – e o jornalismo – não são campos privilegiados no trabalho de muitos dos autores citados até aqui. No entanto, não se pode ignorar que eles sejam espaços de disputa pelo poder - ou melhor, são espaços que colocam em marcha a própria luta pelo poder. É isso o que a história revela. Basta lembrar da importância de veículos alternativos em tempos de regimes autoritários ou do poder de um zine distribuído de mão em mão. O jornalismo é um campo em disputa: em seu centro, controle; às margens, resistência – e essas fronteiras não são uniformes.

1.2. DISPUTAS: LINGUAGEM E MINORIAS

Uma sociedade não é um dado estável e invariável. Em seu interior, lutas constantes entre as multiplicidades que a compõem criam variáveis em incessante alternância. Em suas análises, Foucault (2014b) ressaltou que o poder não é único ou universal, ele não possui essência. Existem apenas práticas. Machado (2014, p. 12) reafirma, na esteira do pensador francês: “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. Pode-se deduzir, portanto, que o poder está em constante disputa. Na verdade, ele não existe no singular, o que há são poderes, sempre no plural.

Tais conflitos perpassam todo o tecido social. Por vezes, são sutis e as estratégias utilizadas para ascender ao poder podem ser imperceptíveis aos incautos. No entanto, as disputas acontecem a todo instante, em camadas que chegam até à superfície. Deste modo, o poder está em constante rotação, sempre adaptando-se aos acidentes de relevo em seu caminho. Quem o detém constrói aparatos que garantam seu domínio sobre aqueles que resistem, que buscam transformações da ordem social. As disciplinas e o controle fazem parte dessas estratégias, colocadas em prática de modo a conservar a manutenção de um *status quo*. A resistência, por sua vez, imbrica novos modos de agir, de pensar: espaços heterotópicos, lugares outros, que funcionam sob lógicas não-hegemônicas. Um exemplo? Essa pesquisa se apoia na hipótese de que o jornalismo alternativo é um destes campos. Um veículo como *Jornalistas Livres* demonstra como característica própria uma certa esquiva em relação ao modelo jornalístico tomado pelo poder que, todavia, não atende aos anseios de alguns profissionais.

Pensar o jornalismo como espaço de tensionamentos entre forças hegemônicas e resistências traz a discussão para o plano da linguagem. Este se constituiu ao longo da história da humanidade como sujeito às estratégias de dominação. Estudando as sociedades primitivas, o antropólogo francês Pierre Clastres revela a proximidade existente entre a linguagem e o poder: “Falar é antes de tudo deter o poder. Ou ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar” (CLASTRES, 2013, p. 168). Aos súditos, cabe ouvir. Seja por respeito, veneração ou terror, eles escutam. Há o detentor da palavra, o líder. Não necessariamente, este era o detentor da força. O chefe militar, por vezes, era outro. Mas, ainda assim, dois poderes coexistiam. Os outros se deixavam controlar. Uma hierarquia que tem na palavra a sua principal constituinte se estabelece. Para Clastres, a palavra e o poder começam a se aliar nas sociedades de estado, mesmo nos despotismos mais arcaicos.

Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se relaciona na conquista do outro. Príncipe, déspota ou chefe de estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama ordem e não deseja senão a obediência do executante (CLASTRES, 2013, p. 168).

Deleuze (2011a) retoma as considerações de Clastres ao definir que a linguagem, reduzida a sua menor unidade, não passa de palavra de ordem. Mas antes de passar a este tema, exige-se um retorno a Locke. Ao abandonar o estado natural para constituir a sociedade civil, elegendo assim um soberano que será responsável pela preservação da ordem, a palavra ganha um novo estatuto e adentra os cômodos do poder. Leis e discursos são usos da linguagem, são formas de ordenar (LOCKE, 1963). Clastres (2013), por sua vez, ressalta que a palavra é fundamental ao poder, tanto nos estados totalitários quanto nos liberais. A sociedade primitiva ou sem Estado tinha um líder que era senhor da palavra. No entanto, o poder ainda não era político. Havia outro poder que podia subjugar-lo: a violência. Era proibido ao líder de palavra se tornar homem de força.

Nas sociedades democráticas liberais e capitalistas, o monopólio da violência é restringido juridicamente ao Estado. Isso significa que apenas as entidades reconhecidas por ele têm direito ao uso da força física dentro de seus territórios de maneira legítima. A definição de Max Weber (1998) permanece¹⁸. A palavra, no entanto, estará em constante disputa. “Toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra”, ressalta Clastres (2013, p. 168). Os chefes de Estado fazem discursos, estabelecem leis, criam “verdades”. Mas como analisou Foucault (2014b), o poder não está mais na mão de um único indivíduo. Segundo Machado (2014), o autor deslocou as análises sobre o poder ao perceber uma não-sinonímia entre Estado e Poder. Saberes consolidados como a medicina e a psiquiatria também o detém, não por uma relação estreita com esse aparelho estatal, mas com poderes locais, específicos e circunscritos a uma pequena área de ação: às instituições.

A lógica de dominação não cessa, mas novos níveis de articulação podem ser percebidos. Isso não é, definitivamente, uma característica das coletividades contemporâneas, mas o capitalismo permitiu uma reconjugação da rede de poderes. Nas sociedades de controle impera a distinção – quase imperceptível – entre poderes centrais e periféricos, entre macro e micro, dando forma ao que Michel Foucault chamaria de *microfísica do poder*, “tanto um deslocamento do espaço da análi-

¹⁸ “Hoje, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. No passado, as instituições mais variadas – a partir do clã – conheceram o uso da força física como perfeitamente normal. Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que ‘território’ é uma das características do Estado” (WEBER, 1967, p. 98). Uma noção bastante contemporânea é a de estado paralelo, usada para designar aqueles que usam a violência de maneira ilegítima, como acontece com grupos paramilitares ou facções ligadas ao tráfico de drogas.

se quanto do nível em que esta se efetua” (MACHADO, 2014, p 14). As práticas, as linguagens e os discursos são transpassados por poderes, que os validam e permitem sua perpetuação.

Artistas das vanguardas do início do século XX denunciaram a impossibilidade de libertar os homens da opressão a partir de novos campos de saber. Apenas a linguagem poderia ser emancipadora, desde que fosse reconquistada pelo campo artístico, o único capaz de resistir. Franz Kafka, por meio de sua literatura menor¹⁹, demonstrou essa potencialidade ao expor o absurdo das convenções sociais na família, no patriarcado, no tribunal, na fábrica. Em “O Processo”, Joseph K. é engolido pelo sistema judicial, sem nunca saber qual crime foi cometido para que fosse processado (KAFKA, 2006). Seu desespero permanece atual. Ao final, a sentença de sua morte é cumprida por dois oficiais que o abatem como a um cão, mas nem eles sabem o motivo de estarem ali. Em outra curta novela, “O Veredito”, Kafka (2013) exhibe quão mesquinhas podem ser as relações de poder exercidas pelo pai sobre o filho, Georg. Anos depois da morte da mãe, ao apresentar uma dúvida ao velho homem, este o coloca em uma situação absurda e lhe sentencia à morte por afogamento. Georg segue obstinado ao destino imposto por seu pai, sem questionamentos. A palavra de ordem, a sentença. A literatura desnuda o que resta velado pelas convenções.

Samuel Beckett, por sua vez, demonstra que a linguagem, enquanto organizadora do mundo, só poderia se tornar libertária diante de sua total anulação. É o que se vê, sobretudo, em “O inominável”, texto que encerra a trilogia do pós-guerra. Publicado em 1949, o livro apresenta uma voz anônima que fala, mas não se expressa. Ela constrói enunciados que se encadeiam sem nada revelar, não se busca a ação, apenas repetem-se aporias e paradoxos. É preciso desgastar a linguagem, livrá-la de todos os jogos que se estendem por sua história para vencê-la, superá-la. Para libertá-la.

“Não sou eu, eu sou ele, no fundo, por que não, por que não dizê-lo, devo ter dito, tanto isso quanto outra coisa, não sou eu, eu não posso, veio assim, isso vem assim, não sou eu, se isso pudesse falar dele, se isso pudesse vir sobre ele, eu o negaria com prazer, se isso pudesse me ajudar, se al-

¹⁹ De acordo com Deleuze-Guattari (2015, p. 35), “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior. (...) Kafka define nesse sentido o impasse que barra aos judeus de Praga o acesso à escrita, e faz de sua literatura algo de impossível: impossibilidade de não escrever, impossibilidade de escrever em alemão, impossibilidade de escrever de outro modo”.

guém pudesse me ouvir, sou eu, aqui sou eu, falem-me dele, deixem-me falar dele, nunca pedi nada, façam-me falar dele, que bagunça, não há mais ninguém, tomara que dure” (BECKETT, 2009, p. 169).

Beckett e sua linguagem absurda. Kafka e sua linguagem burocrática. Os autores talvez exemplifiquem bem aquilo que Deleuze (2013a) propõe como desvio de fala. Subversão do poder, da palavra, para torná-la potência. A voz de “O Inominável” não é a mesma de “Molloy” e também em nada se assemelha aos ecos esquizofrênicos de “Malone Morre”, mas em cada um dos romances da trilogia do pós-guerra, Beckett mina a língua, expõe os limites da comunicação e demonstra que ela, também, pode ser produto da desrazão e do absurdo. Assim como Kafka, Beckett é um estrangeiro em sua língua, obrigado a escolher uma outra – no caso do escritor irlandês que escrevia em francês, a escolha se deu para fugir de uma figura onipotente: James Joyce. Mas é sempre por fuga, por desvio, que se escolhe outra língua – e essa escolha, cabe notar, é sempre política. Dessa maneira, pensar um jornalismo fugidio, nômade, é também encontrar pontos de subversão da linguagem jornalística, formas de romper com a estrutura cristalizada do que se conhece por esse nome.

Um dos pontos centrais da articulação entre linguagem e poder tem como consequência a ideia de verdade, termo tão caro à norma jornalística. Mas o que permite a existência de verdades quando todas as experiências são subjetivas? Segundo Foucault, é impossível definir *verdade* fora do poder ou sem o poder. Uma vez que os universais metafísicos aos quais representaria também são excluídos, o que resta? “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade” (FOUCAULT, 2014b, p. 52). *Regime de verdade*, importante contribuição. Uma sociedade acolhe discursos²⁰ e oferece o necessário para que circulem como verdadeiros. Ela cria mecanismos e instâncias que permitam distinguir enunciados verdadeiros de falsos. Isso são os regimes de verdade mencionados por Fou-

²⁰ Para Foucault (1996), o discurso é um modo de explicitação do mundo, um espaço de mediação universal que permite a compreensão do material. “O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si” (FOUCAULT, 1999, p. 49). Logo, pode-se afirmar que o discurso é um jogo de sentidos, inscrito na ordem do significante.

cault. Segundo ele, é Nietzsche quem promove esse deslocamento do conceito e às preocupações em torno dele.

Cinco características são percebidas como historicamente importantes para a “economia política” da verdade nas sociedades contemporâneas:

A “verdade” é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas) (FOUCAULT, 2014b, p. 52).

Qualquer exame dos discursos tidos como verdadeiros deve levar em consideração o processo histórico que os constituíram. Só existe verdade se houver hegemonia, domínio de poder. Sem um, não há outro. Portanto, sempre haverá lutas em torno dessa potência. A verdade nada mais é que “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2014b, p. 53). Assim uma nova dicotomia se instala, porque não se trata mais de pensar os termos na relação “ciência/ideologia”, mas “verdade/poder”. O foco nessa discussão tem por objetivo evidenciar a ingenuidade daquilo que se constituiu como central na lógica jornalística, sobretudo em meio a discursos que se destacam por características como a imparcialidade e a isenção. Trata-se de remontar à pergunta feita por Nietzsche (2004, p. 9): “O que, em nós, aspira realmente ‘à verdade’? (...) Certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade? Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência?” Uma possível resposta: “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder; que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2014b, p. 54).

Enunciados verdadeiros, portanto, estão inseridos em um regime de poder, que os confirma e garante sua permanência. A linguagem nunca se ausenta do poder, pois ela é o espaço em que a verdade se manifesta e se anuncia (FOUCAULT, 2000). Mas ela nunca é única, a linguagem é feita de seus usos, que estão em constante conflito: dividindo-se, recriando-se; nunca fechada em si, pois suas fronteiras são demasiado porosas e cada choque pode remodelar sua aparência.

Contudo, a força de alguns enunciados permite uma certa homogeneização cultural, que se potencializa na lógica de consumo – plano em que as práticas e os regimes de verdade se disseminam. É o caso do *slogan*, do chavão ou do lugar-comum. O que não pode ser relegado a segundo plano é que a verdade é um efeito que poucos podem produzir.

Essa divisão foi bem analisada por Roland Barthes, que percebeu o desequilíbrio entre o que se escuta e o que se fala. Segundo ele, os gostos estão divididos. O que isso significa?

Em outras palavras, essa cultura do nosso tempo, que parece tão geral, tão pacífica, tão comunitária, repousa na divisão de duas atividades de linguagem: de um lado a escuta, nacional, ou, se preferirem, os atos de inteligência; do outro, se não a fala, pelo menos a participação criativa e, para ser ainda mais preciso, a *linguagem do desejo*, que, esta sim, permanece dividida. De um lado, escuto; gosto (ou não gosto) de outro; *compreendo e me entedio*; à unidade da cultura de massa responde, na nossa sociedade, uma divisão, não apenas das linguagens, mas da própria linguagem (BARTHES, 2012, p. 117).

Em um dos lados dessa divisão, está a sociedade com seu idioma, sua língua; do outro, o indivíduo, com seu idioleto, seu estilo. As tensões que se anunciam só podem ser psicológicas e, segundo Barthes (2012), têm-se um indivíduo que luta para fazer reconhecer sua linguagem ou para não ser completamente sufocado pela linguagem dos outros. Em termos deleuze-guattarianos, línguas menores que lutam para sobreviver na língua maior. Em meio à massa uniforme da língua, existem pequenos centros de desestabilização, espaços nos quais surgem linhas de fuga que desterritorializam o próprio idioma. Na contemporaneidade, o ato de fala é político em um novo sentido: é necessário que haja poder para que uma língua nacional seja forjada, mas existem micro-poderes, *langues mineures*, impedindo o fechamento desse sistema. A língua penetrada pelo imigrante, pelo analfabeto, pela criança, pelo louco, por essas figuras do *fora*. Dentro da massa idiomática, Barthes (2012) perceberá a existência de socioletos, em oposição aos idioletos (que dizem respeito apenas ao indivíduo). Para ele, toda fala está incluída em um socioleto e é preciso perceber diferenças ao tentar se compreender a lógica cultural imbricada em poderes e saberes sociais. Barthes definirá o problema nos seguintes termos:

(...) sugiro distinguir-se desde a origem dois grupos de socioletos: os discursos *no poder* (à sombra do poder) e os discursos *fora do poder* (ou sem poder, ou ainda sob a luz do não-poder); recorrendo a neologismos pedan-

tes (mas como fazer de outro modo?), chamemos os primeiros discursos de encráticos e aos segundos, discursos acráticos (BARTHES, 2012, p. 127).

Aqui cabe notar a diferença fundamental entre o pensamento de Barthes e Foucault. Para o primeiro, a diferenciação entre discursos dentro e fora do poder diz respeito a um domínio majoritário. A mediação entre poder e linguagem não é de ordem política, mas cultural. No entanto, se lembramos o que Foucault (2010; 2014b) assinalou, não existe espaço que não esteja em disputa pelo poder, ele atravessa todos os campos, do indivíduo às instituições. As reflexões de Barthes trazem considerações importantes para compreender a lógica de inclusão e exclusão de linguagens que, invariavelmente, relacionam-se às organizações políticas e sociais. Trazendo à tona um termo aristotélico, ele pontua que “o discurso encrático é um discurso conforme à *doxa*²¹ (...); e o discurso acrático enuncia-se sempre, em graus diversos, contra a *doxa* (qualquer que seja, será um discurso para-doxal” (BARTHES, 2012, p. 127-128).

Dessa maneira, os discursos que dominam a superfície da malha socio-cultural são encráticos: vagos e difusos, eles são a linguagem da cultura de massas. No entanto, eles não dizem respeito apenas às classes no poder, pois os que o disputam também se servem dele. É um discurso pleno, nele não há espaço para o outro. Barthes considera que discursos como o marxismo ou o estruturalismo, que buscam compreender a própria *doxa* enquanto espaço da experiência comum, se posicionam como acráticos. Enquanto o socioleto encrático age por opressão, o socioleto acrático age por sujeição, pondo “em bateria figuras ofensivas de discurso, destinadas mais a *constranger* o outro do que a invadi-lo” (BARTHES, 2012, p. 130). Estando fora, ele não precisa seguir regras. No entanto, o autor compreende que, uma vez que o discurso acrático seja absorvido pelo poder, ele também se tornará encrático. Sua potência é destituída uma vez que atualizada. Esse ciclo é um componente da constituição de línguas. É o que acontece, por exemplo, quando conceitos como “luta de classes” – proveniente do marxismo – ou “recalque” – da psicanálise – se

²¹ O termo, proveniente do pensamento clássico grego, remontando aos pré-socráticos até obter maior expressão em Aristóteles, se opõe a *episteme*, o saber verdadeiro. “Se nos basearmos na tradição clássica, *doxa* é o nome de um conhecimento de primeiro grau, o mais baixo: o que põe em cena o ouvir dizer, o que se escutou falar, que se recebe ou aceita como um ruído, ou que é emitido como pura aparência” (CAUQUELIN, 2005, p. 160). De acordo com Silva (2013), o pré-socrático Parmênides de Eléia é responsável por estabelecer diferenças entre duas instâncias essenciais para a filosofia ocidental: o mundo tal qual percebido pelos sentidos e a ideia de um pensamento imutável. A filosofia seria a via da verdade (*aletheia*), responsável pela negação da via da opinião ou a *doxa*, aquilo que é apreendido pelos sentidos.

tornam palavras de uso corrente, destituídos da complexidade conceitual no seio destes discursos teóricos. O palco dessa guerra das linguagens, segundo Barthes, é o social e os sujeitos lidam com suas consequências. É o que ele explica:

1) a primeira é que a divisão das linguagens não cobre termo por termo a divisão das classes: de uma classe para outra há deslizamentos, empréstimos, barreiras, trocas; 2) a segunda é que a guerra das linguagens não é a guerra dos sujeitos: são sistemas de linguagem que se defrontam, não individualidades, socioletos, não *idioletos* (...) (BARTHES, 2012, p. 134).

Mas todo indivíduo é afetado pela microfísica complexa e de difícil delineamento que o rodeia. A que ponto cada um é afetado por disputas no plano linguístico? A resposta de Barthes é simples: não se pode fugir. Cada escolha obriga a participar de uma linguagem particular. Essa participação, no entanto, também é transitória: cada indivíduo entrará e sairá de discursos de acordo com sua aptidão; em alguns casos, essa escolha não será completamente consciente. Mas sempre se estará dentro de uma língua. Isso não significa igualdade, pois como o autor relata em *Mitologias*, sempre haverá relação de desigualdade:

O oprimido faz o mundo, possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é plenária, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação, a linguagem do opressor, a eternização (BARTHES, 2003, p. 169).

Muito se fala aqui de poderes e opressão, mas cabe compreender o que são esses grupos minoritários e suas relações com a linguagem, a verdade e o poder. Trata-se de uma noção complexa: *minoria* não diz respeito a dados quantitativos. Não necessariamente, pelo menos. Sabe-se, por exemplo, que as mulheres são um grupo numericamente superior ao dos homens no Brasil. De acordo com dados publicados no Censo 2010²², realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51% da população do país é do sexo feminino. No entanto, essa vantagem não parece tomar espaço na cultura, na política ou nos discursos dominantes da sociedade. Isso porque a dominação se dá primariamente em um outro espaço. À maioria opõem-se minorias, pois elas não são singulares – a multiplicidade é uma característica.

²² Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em 10/08/2015.

“Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 55). Portanto, mesmo que “homem-branco-heterossexual”, enquanto categoria fenomenológica, seja numericamente inferior a diversos outros coletivos, ele continua sendo a maioria. Segundo Deleuze-Guattari (2011a), a razão é um duplo aparecimento: primeiro na constante e depois na variável de onde se extrai a constante. A constante da linguagem tem uma função de centro invariante, sendo organizadora de formas distintas. Ela é um dos componentes que permitiu à linguística reivindicar para si uma pura cientificidade. Contudo, a variação também é sistemática e permite que a língua passe de um todo homogêneo a grupos heterogêneos que se compõem dinamicamente em influência recíproca. A passagem que um indivíduo faz de uma língua a outra em seu cotidiano é uma das demonstrações da variação. Por exemplo, há uma fala como pai e outra como amante, uma como chefe e outra como amigo. A fala do jornalista ao entrevistar um homem que ocupa um cargo político não é a mesma com os amigos à mesa do bar. O que Deleuze e Guattari concluem, portanto, é que existem figuras que se cristalizam em ambos os espaços. O uso dos substantivos masculinos como forma de generalização evidencia a tese dos autores.

A constante equivale a um universal a ser superado. Contra ela, se opõem as minoridades. Diversos discursos acráticos, para retomar a noção de Barthes (2012) entrincheiram-se nos limites da constante. “Uma outra determinação diferente da constante seria então considerada como minoritária, por natureza e qualquer que seja seu número, isto é, como um subsistema ou como um fora do sistema” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 56). Entretanto, as minorias invertem o quadro, já que elas carregam em si singularidades que as materializam; as majorias sempre serão compreendidas em um plano abstrato, elas nunca são “alguém”. “A minoria é o devir de todo mundo, seu devir potencial por desviar do modelo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 56). Nesse sentido, os autores instauram o “minoritário” como devir potencial e criador, criativo. E tudo o que existe é devir minoritário, sempre às margens da maioria, minando suas fronteiras. Agentes potenciais de transformação:

Certamente as minorias são estados que podem ser definidos objetivamente, estados de língua, de etnia, de sexo, com suas territorialidades de gueto; mas devem ser consideradas também como germes, cristais de devir, que só valem enquanto detonadores de movimentos incontroláveis e de desterritorializações da média ou da maioria. (...) Há uma figura universal da cons-

ciência minoritária, como devir de todo o mundo, e é esse devir que é criação (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 56).

É nesse sentido que Deleuze compreenderá toda resistência como criadora. Nunca se trata de adquirir a maioria, mas penetrá-la, transpô-la, por excesso e por falta. Junto a Guattari, ele define que tornar-se revolucionário significa utilizar elementos de minoria, conectá-los, conjugá-los, para inventar um devir específico autônomo, imprevisto. O termo *devir* ocupa um lugar central no pensamento de Deleuze e Guattari. Por isso, talvez seja importante ater-se a ela por alguns instantes. É um dos conceitos que coloca em movimento uma série de possibilidades presentes no pensamento do filósofo e do psicanalista franceses.

O conceito passa a fazer parte da história da filosofia por meio de Heráclito de Éfeso, no século VI a.C., quando este afirmou que somente a mudança e a transformação são permanentes no mundo. Em Aristóteles, a passagem da potência ao ato será identificada por meio do termo. O devir é a mudança absoluta. Para o filósofo grego, pode-se falar de devir em muitos sentidos, mas o devir absoluto é só das substâncias. Hegel segue por esse caminho e afirma que o devir é aquilo que está entre o ser e o nada, sendo sua verdadeira expressão, o ponto central da dialética. O nada nunca pode gerar a ele mesmo, de acordo com a lógica hegeliana. Portanto, a mudança é sempre constante nos sistemas da natureza. Nietzsche se afasta da noção dialética, pois para ele o devir não produz síntese, mas estabelece relações de diferenciação e separação engendradas em disputas que nunca cessam (ABBAGNANO, 1998). Deleuze e Guattari complementam a afirmação, pontuando que devir é um processo sem partida ou chegada, puro movimento. “O que você devém?” Para os autores, essa pergunta não faz sentido, visto que à medida que alguém se transforma, aquilo em que ele se transforma muda tanto quanto ele. Não há devir em geral, essa a primeira condição do conceito. A segunda: “Devir é uma realidade: os devires, longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 24). Assim também, ele carrega uma lógica que deve ser considerada. Os devires formam blocos a partir do encontro ou da relação de dois termos heterogêneos que se desterritorializam mutuamente, ou seja, abandonam uma “terra natal”. “Devir não é atingir uma forma (identificação, imitação, Mimese), mas encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação” (DELEUZE, 2011). Neste sentido, é um elemento central

de todo processo de resistência, pois não busca transformar-se em algo, mas assumir uma outra forma de viver e sentir, que se assombra ou se envolve na anterior para fazê-la fugir.

São as minorias que resistem e, segundo Guattari, elas são os devires da sociedade ao fazer retornar a “problemática da multiplicidade e da pluralidade, e não é uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 74). A questão da identidade não é suficiente para lidar com as minorias, por isso Guattari a opõe a uma ideia de “processos transversais, de devires subjetivos que se instauram através de indivíduos e dos grupos sociais” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 74). Causas como a luta por reconhecimento de direitos aos homossexuais, dos negros ou das mulheres não dizem respeito apenas aos que estão nas linhas de frente, mas a todos, uma vez que cada grupo atinge a totalidade social com seus devires e faz o funcionamento das mais profundas engrenagens sociais se alterar. Existe por trás da ideia de minoria uma promessa que, de acordo com o autor, não é apenas a de serem polos de resistência, mas potencialidades de processos de transformação.

Finalmente, as minorias são aquelas que buscam escapar aos modos de controle da subjetivação perpetrados pelo capitalismo, sobretudo a partir da produção de cultura de massa, mesmo que essa se segmente e ofereça produtos diversos a públicos diversos. A normatização dos indivíduos, um projeto que data das sociedades disciplinares e seu aparato família-escola-prisão, é interpretada também como “produção de subjetividade capitalística” por Guattari e Rolnik (1996). Isso é algo que se dá no plano da cultura, no qual poderes agenciam uma interdição da diferença:

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos: indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão (...). O que há é somente *uma produção* de subjetividade. Não somente uma produção de subjetividade individuada – subjetividade de indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção de subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis de produção e consumo (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16).

Trata-se de um processo que invade o inconsciente, com toda a violência, e penetra os sonhos, as fantasias, as paixões, os desejos. A resistência é possível, desde que o esforço se volte para a retomada de modos de subjetivação singulares ou, como nomeia Guattari (1996), processos de singularização:

Uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos (...), recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzem uma subjetividade singular (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17).

Da oposição entre grupos menores e poderes consolidados, entre singularidades subjetivas e uma cultura massificante e de controle, surgem movimentos aberrantes, por vezes à margem do Estado, capazes fugir à sua sombra. Atravesando esses movimentos, duas formas políticas estão em disputa: uma macropolítica e outra micropolítica. Segundo Deleuze e Guattari, essa diz respeito à percepção, aos afetos, às conversas. “Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 103). Ela é marcada por tudo aquilo que foge à normatização, escapando às organizações binárias praticadas pelo controle. A micropolítica permite multiplicidade.

1.3. MICROPOLÍTICA: DAS LINHAS DE FUGA ÀS MÁQUINAS DE GUERRA

Jean-Luc Godard, cineasta francês que esteve entre os precursores da Nouvelle Vague e posteriormente fundou o Grupo Dziga Vertov com diretores de orientação maoísta, abandonou radicalmente a estrutura linear para contar suas histórias à medida em que sua produção cinematográfica se tornava mais política. Para transformar seu cinema em devir revolucionário, foi necessário reorganizar a linguagem, implodi-la – talvez para salvá-la. Uma vez que “toda forma é um composto de forças” (DELEUZE, 2013a, p. 150), Godard também abdica das fórmulas tradicionais e burguesas de representação. Seu cinema deixou de contar histórias para se tornar uma maneira política de filmar: cinema enquanto máquina de guerra. Em sua vasta filmografia, existe um pequeno exercício que chama a atenção, por dialogar com a proposta deste capítulo: “Je vous salue, Sarajevo”²³, de 1993. Na obra, de menos de três minutos, são explorados *ad nauseum* os detalhes de uma fotografia do fotojornalista estado-unidense Ron Haviv feita na Bósnia, um ano antes, durante os conflitos que causaram a dissolução da Iugoslávia. A imagem inteira nunca é revelada.

²³ “Eu vos saúdo, Sarajevo”, em tradução livre, é um ensaio audiovisual produzido em 1993, em vídeo, pelo diretor franco-suíço Jean-Luc Godard. Nele, a partir de duas fotografias, o diretor reflete sobre a situação de crise da Europa Cultural no final do século XX e os conflitos separatistas na Bósnia.

Uma minuciosa investigação é feita por Godard por meio de closes que transformam a câmera em uma espécie de lupa. Sobre o recorte audiovisual, escuta-se a narração feita pelo diretor de um texto que trata da cultura enquanto espaço de domínio por meio de regras bastante específicas.

FIGURA 2: “Blood and Honey”, de Ron Raviv



Fonte: <<http://www.ronhaviv.com/>>

O discurso se inicia com a afirmação de que o medo – *la peur*, um substantivo feminino francês – é a filha de Deus. E cabe a ela interceder pela humanidade. Em sequência a essa breve introdução, Godard estabelecerá uma separação radical entre a cultura e a arte: “Existe a cultura, que é a regra. Existe a exceção, que é a arte”²⁴. A regra é o que todos falam: “cigarro, computador, camisetas, televisão, turismo, guerra. A exceção não é dita. “Ela é escrita: Flaubert, Dostoiévski. É composta: Gershwin, Mozart. É pintada: Cézanne, Vermeer. É filmada: Antonioni, Vigo”²⁵. Se a regra quer a morte da exceção; a arte, linha de fuga, abre a cultura para a sua exterioridade. É um devir-minoritário: ela pode transformar a cultura. E o que são linhas de fuga? São “esses vetores de desorganização ou de *desterritorialização*” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 30), elas determinam um enfrentamento do caos, um corte, mais que sua negação. Dizem respeito à sociedade, ao indivíduo e a todas as suas atividades. Se Aristóteles (*apud* RANCIÈRE, 2009) descrevia o homem, animal falante, como um animal político, Deleuze e Guattari (2012a, p. 92) dão outro

²⁴ “Il y a la culture qui est de la règle. Il y a l'exception qui est de l'art” (GODARD, 2015). A tradução é nossa.

²⁵ “Cela s'écrit : Flaubert, Dostoïevski. Cela se compose : Gershwin, Mozart. Cela se peint : Cezanne Vermeer. Cela s'enregistre : Antonioni, Vigo. (GODARD, 2015).

sentido a essa definição: “O homem é um animal segmentário”. As linhas que o compõe enclausuram, mas também arrebatam os seus grilhões. Elas operam em relações micropolíticas e podem assumir direções libertárias. A cultura, quando atravessada pela arte, pode se descentralizar. No entanto, a relação nunca cessa.

A segmentaridade do homem é social e espacial. Na sociedade disciplinar, por exemplo, ela se caracteriza pela passagem do indivíduo da família para o exército, da escola para a universidade e para a profissão. Ora se é criança, depois adulto, entre esses há um segmento difuso, a adolescência. Cada espaço com seus modos de produção de subjetividade, com sua linguagem, com seu punhado de signos. Na passagem de um ao outro, é dito: você não está mais na escola, você não está mais em família, etc. “Somos segmentarizados binariamente, a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens e as mulheres, os adultos e as crianças” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 92). Os autores identificam, portanto, figuras de segmentaridade: elas podem ser binárias ou lineares, mas também circulares, com centros de poder fixos. Não se trata de opor o segmentário e o centralizado, mas o primitivo e o moderno, a segmentaridade flexível e a segmentaridade dura.

No platô 1933 – *Micropolítica e segmentaridade*, Deleuze e Guattari (2012a) desdobram dois planos para a ação política: um molar e outro molecular. Eles se definem a partir da formação de segmentaridades duras e flexíveis, de diferentes coordenadas de ação e disputa. Existem linhas que se constituem de maneiras macropolíticas, outras em seu oposto. No campo molar superior, o macropolítico, estão as ações de dominação e de refreamento. É a partir dele que se exerce o controle, busca-se sempre a reterritorialização daquilo que lhe escapa. Suas estruturas são visíveis, mas o delineamento é difuso. O que se tem aqui é sempre um grande abstrato. Existem também campos menores, inerentes aos grupos e aos sujeitos, em que a ação se dá de modo fluído: estes são fluxos micropolíticos, moleculares, planos de confirmação em que a resistência se faz possível. Embora se distingam, não é possível opô-los, pois o que se têm são segmentaridades inseparáveis, fundidas umas nas outras, em incessante complementaridade. “Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 99).

No plano molar, age-se constantemente de modo a cristalizar e reterritorializar os fluxos moleculares, despotencializando as resistências, os devires-minoritários. Contudo, esses não cessam de se refazer por movimentos de insatisfação e de negação, de revolta e contestação, resistindo às maiorias. Assim, realizam a abertura de outros espaços de existência e de significado, capazes de demonstrar que outros mundos – não necessariamente melhores – são possíveis. Grandes conjuntos binários como os sexos ou as classes demonstram bem a interação entre o molar e o molecular. A divisão entre masculino e feminino não é capaz de referenciar a multiplicidade de combinações moleculares contidas nessas potências, desestabilizando a própria duplicidade política que essas noções abrangem. As classes sociais, que remetem ao substantivo “massas”, se apresentam como forças moleculares, cada uma com suas maneiras de luta, objetivos diversos, etc., e assim instauram uma crise ontológica em uma potência que supostamente é homogênea. A arte também evidencia, em meio à homogeneidade da cultura, sua própria heterogeneidade, repleta de devires diversos e complexos, linhas de fuga que se projetam além dos limites instaurados por uma política de repressão e controle.

Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*. Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de micropceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. Uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 99).

Não se pode ignorar que tais fluxos condicionam as atividades sociais e laborais humanas. Com o jornalismo não é diferente e, afinal, o que é *jornalismo*? A resposta exige que se coloquem em marcha os campos molares e moleculares que compõem determinada prática. Não se pode responder a tal questão sem que se observe aquilo que se cristalizou no decorrer de séculos, sem recorrer a uma *história do jornalismo*. E o que é a história senão o fluxo molar, excludente, que constrói o cânone e relega ao esquecimento aquilo que esteve às margens. Os nômades, afirmam Deleuze e Guattari, não têm história. Por isso, torna-se necessário que cada vez mais se busquem novas respostas. Um exemplo: a noção de *work in progress* de Ramonet (2012, p. 17), que define a construção da informação jornalística como “uma matéria que se desenvolve, uma espécie de conversação, um processo dinâ-

mico de procura da verdade mais que um produto finalizado”. As experiências jornalísticas, moleculares, não são novidade como demonstra a longa tradição do jornalismo alternativo, mas a transformação vem se acelerando e tem conseguido desestabilizar os centros de poder em ciclos de velocidade superior aos dias em que a produção tinha custos elevados em razão do suporte físico de que os jornais necessitavam.

O mercado mundial, que é o elemento central do capitalismo contemporâneo também é reconhecido por sua capacidade de adaptação às crises que desencadeia, teve de se remodelar para superar as dificuldades impostas pelos microagenciamentos de indivíduos moleculares. Deleuze e Guattari (2012a) citam o sociólogo francês André Gorz, que acreditava que a administração de uma grande segurança molar depende da microgestão de pequenos medos, de toda uma insegurança molecular permanente. Desse modo, os autores lembram que molar e molecular não derivam de juízos de valor, mas de formas de ação na sociedade. O fascismo pode ser composto de fascismos moleculares. A passagem da disciplina ao controle é uma ilustração dessa ideia. Por meio da individualização as massas são separadas, o indivíduo é atomizado, sua vizinhança mais próxima são os bens de consumo. Nesse processo, criam-se dívidas: a estratégia central do controle. No capitalismo mundial, no entanto, não são apenas os homens que são engolidos por essa lógica, mas todos os grupos sociais e culturais: movimentos sociais, nações, empresas, todos são devedores. A dívida se apresenta como elemento de determinação do controle. Segundo Hardt (2000, p. 371), a sociedade de controle não se organiza em torno de um conflito geral, “mas em uma rede de microconflitualidades”, conflitos moleculares, poderia se dizer.

Porém existe uma dificuldade inerente ao comportamento molecular que foge a todo controle. Alguns movimentos não existem para completar, mas contrariar e furar a grandes organizações mundiais. Buscam a desordem, mesmo que para instaurar uma nova ordem. As linhas de fuga estão sempre presentes em seu movimento. E, mesmo começando por um minúsculo riacho, sempre correm entre segmentos, escapam de sua centralização, furtam-se à sua totalização (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). Contudo, para serem considerados, é necessário que repassem as organizações molares e remanejem seus segmentos, suas distribuições binárias de sexos, de classes, de partidos. A burocracia é sempre molar. O que seria o Parti-

do Pirata, fundado na Suécia, por exemplo, senão uma de tentativa de desestabilizar os modos de acesso à informação e aos bens culturais propostos pelo capitalismo? Entre o ativismo e a política, o partido se desenvolveu como uma rede internacional e chegou ao Brasil em 2007. Em sua página na internet, eles se definem pela diferença:

O Partido Pirata não se parece em nada com a instituição 'Partido' ao qual estamos acostumados: hierárquicos e verticalizados. Atuamos de forma distribuída e não-hierárquica. Essa forma de agir, compartilhando e construindo conjuntamente as propostas, se associa diretamente a nossa própria identidade e ao modelo de sociedade que queremos construir. Àqueles que buscam modos abertos e transparentes de se fazer política, fica o convite para o ingresso no Partido Pirata.²⁶

Se a estrutura partidária é molar, com suas grandes organizações em busca de espaço no quadro político, também é possível perceber a existência de campos moleculares, que desestabilizam as segmentaridades duras destes centros de poder. A micropolítica é um movimento interior aos campos que se entrecruzam nesse grau menos visível, ela “diz respeito ao modo como se cruza no nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de ‘molar’), com aquele que chamei de molecular” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 127). Nela, as lutas sociais ganham novas configurações, pois não existe lógica pré-traçada. A resistência é perceptível a partir dos planos micropolíticos, ela se dá primeiramente no plano molecular, para então se estender em redes, rizomática, inserindo potências que escapam às grandes estruturas visíveis da macropolítica. O jornalismo só pode se tornar resistência enquanto estiver em movimento, enquanto for *nômade*.

Em cada uma das linhas de fuga que se anunciam no plano molecular pode-se perceber algo como que uma máquina de guerra a funcionar em seu interior, anunciam Deleuze e Guattari (2012b). O conceito, apresentado em um dos textos mais extensos de *Mil Platôs*, intitulado 1227 – *Tratado de nomadologia: máquina de guerra*, representa um ponto central na crítica dos autores ao Estado²⁷ e a normatização por ele realizada.

²⁶ Disponível em: <<http://partidopirata.org/quem-somos/>>. Acessado em 20/08/2015.

²⁷ Em Deleuze-Guattari (2012b), o Estado não diz respeito apenas à forma política constituída juridicamente, que domina o território nacional. É também uma generalização, relacionada às formas de poder que se organizam na sociedade capitalista.

Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irredutível ao aparelho de Estado, exterior à sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte. (...) Seria antes a multiplicidade pura e sem medida, a malta irrupção do efêmero e furor contra a medida, uma celebridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 13).

Para se tornarem revolucionárias, as minorias devem constituir máquinas de guerra capazes de responder ao Estado, esse grande conversor e capturador. A potência do devir-minoritário, das particularidades moleculares, se relaciona à sua capacidade de constituir essa máquina. Deste modo, pode-se travar uma guerra sem batalha, uma guerra de guerrilha, sempre periférica, contra os poderes que se constituem dentro da sociedade de controle: as religiões, os Estados, o capitalismo, a ciência, o direito (DELEUZE, 2013a) e, por que não, o jornalismo. A máquina de guerra é potencializadora porque descarta o caráter binário das segmentaridades duras e vive com as coisas uma relação de *devir*, assim ela atua por meio de territorializações e desterritorializações, deslocando os objetos, mas também os significados que ocupam nas coordenadas semióticas do Estado. Ela é pura forma de exterioridade em oposição, não apenas, mas também ao aparelho de captura que constitui as formas de interioridade que habitualmente são tomadas por modelo.

Segundo Deleuze e Guattari (2012b, p. 20), o Estado não se define pela existência de chefes, mas pela perpetuação ou conservação de órgãos do poder. “A preocupação do Estado é conservar”. Locke (1963) postulou que, no estado natural, cada homem era responsável pela justiça, o que poderia colocar a todos em um estado de guerra. O soberano surge para evitar esse problema e conservar a paz dentro da sociedade civil. Para Hobbes (*apud* DELEUZE; GUATTARI, 2012b), a guerra existia contra o Estado e vice-versa. Isso, porque, ela coloca em crise a estabilidade e a homogeneidade social. São, portanto, os povos de fora que querem a guerra, pois este é o único meio para garantir a sobrevivência em meio às sociedades. A exterioridade é uma marca da máquina de guerra, que se aproxima muito de outra: o nomadismo, perpétuo movimento dos grupos que não foram capturados.

Nós definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem por objeto a guerra; ela tem por objeto um espaço muito especial, espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. (...) Uma máquina de guerra pode ser revolucionária, artística, muito mais que guerreira (DELEUZE, 2013a, p. 47-48).

É justamente a partir da relação entre máquina de guerra e espaço liso que os filósofos pensarão o conceito de nomadismo. O nômade é aquele que não tem pontos, trajetos, nem terra. Para ele, “é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 56). Assim, o espaço nômade não é delimitado, estriado por muros, ruas, paredes ou fronteiras. O espaço liso do qual os autores falam é formado por sua variabilidade e pela plurivocidade de direções que enseja. Ao espaço liso se opõe um espaço estriado, limitado e limitante, que permite o controle uma vez que nele tudo é localizável, ou assim se espera. Não se tem aí espaços da mesma natureza, mas um relacionamento complexo, visto que eles se misturam, se recriam e buscam incessantemente a conquista um do outro. O aparelho de Estado – na acepção de Deleuze e Guattari (2012b) – é estriado, ele visa a organização por meio de segmentaridades duras e molares. A máquina de guerra é sua inimiga.

1.4. O QUE SIGNIFICA, AFINAL, RESISTIR?

A passagem por essa rede de conceitos é essencial para que seja possível localizar o que é a resistência. Em um primeiro momento, pode-se acreditar que o conceito significa a irrupção do molecular no plano molar, embora, o molar também sugira alternativas. Um dado importante para a compreensão do que vem sendo apresentado é a percepção de que não há conceito absoluto, universal; todos os que foram descritos até aqui são marcados por essa porosidade. Resistir significa criar estratégias que visam o rompimento das paredes uniformizadas pelas grandes estruturas de poder, é uma potência que nunca se atualiza e gera movimento constante. Guattari aproxima o ato de resistência ao conceito de autonomia, que segundo ele “se refere mais a novos territórios, novos refrões sociais” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 122). A resistência é um movimento criador, mesmo que seus resultados não sejam controláveis. Desde Locke, o conceito circula o universo da filosofia política, mas seu sentido evoluiu diante da complexidade dos problemas que se apresentaram a ele. Até a contemporaneidade, contaminações conceituais tornaram-no um elemento de maior importância no enfrentamento de muitos “ismos”, inclusive o capitalismo cognitivo (NEGRI; HARDT, 2006), e organizações do poder como a disciplina

e o controle. Um dos problemas com o qual o conceito de resistência trava um embate constante é, justamente, o do poder.

Enquanto o poder se constitui em vastas e multiformes redes, existem pontos que se apresentam como focos multiplicidade. Ou melhor, não se tratam apenas de pontos, mas de linhas, linhas de fuga, que fazem escapar esses devires minoritários capazes de ressignificar partes do todo. A resistência nunca acontece fora do poder, são forças que se constituem mutuamente. Segundo Foucault (2014a, p. 104) “(...) lá, onde há poder, há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo), essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Resistência é aquilo que se confronta com o poder, mas não se trata de um lugar universal e irreal, “o lugar da grande Recusa”. Foucault é crítico às utopias modernas e não poderia se deixar levar nesse sentido. Para ele, o que existem são resistências, casos únicos, singularidades:

As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular. (...) É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos (FOUCAULT, 2014a, p. 104-105).

Como foi ressaltado, os saberes, os discursos e as linguagens também são componentes em meio às relações instáveis que se estabelecem entre resistência(s) e poder(es). A “verdade”, inclusive, é um dos elementos em disputa nesse campo. Sabe-se que a resistência não pode produzi-la, afinal, ela não é um poder. Mas ela cria espaços de contestação e, assim, demonstrar sua incompletude. Se esses elementos podem ser instrumentos e efeitos de poder, eles também servem como ponto de partida de estratégias opostas, capazes de minar, expor, debilitar ou mesmo barrar ações do poder.

Para Deleuze e Guattari (2012a), os dispositivos de poder se estabelecem como forças repressivas: em vez de normatizar e disciplinar, codificam e reterritorializam. Ao escapar dessas forças, criando um fluxo desterritorializante nos sistemas sociais por meio de suas linhas de fuga, a resistência se estabelece como meio de ação das minorias – a que se ter em mente que para os autores, o conceito de minoria é uma forma de devir. No entanto, essa relação também é constituinte do poder.

Não se trata de simples enfrentamento fragmentário ou luta contra os mecanismos sociais de controle porque, de acordo com Deleuze (2006), são justamente as ações conservadoras que oferecem “resistência” aos movimentos desterritorializantes, eles não querem a transformação, precisam lutar para conservar. O devir é um movimento da natureza. A inversão proposta pelos autores é definidora de sua filosofia e permite perceber a opressão não como causalidade, mas como potencialidade para novas formas de existir. “As resistências são o fluido conflituoso e fugidio que escorre entre as políticas” (ALVIM, 2012, p. 315).

As formas de resistência acompanham as mudanças que atingem as organizações do poder. Essa relação dialética nunca cessa. Assim como Deleuze e Guattari perceberam, o molar e o molecular nunca se afastam completamente, mas se reproduzem um no outro, se criam e recriam. De acordo com Antoun (2001), o que existe é uma dificuldade dos grandes meios de representação, como a mídia, em capturar o espírito dinâmico que a resistência pode oferecer. “Antes da emergência do ativismo e da nova mídia parecia que toda resistência ao capitalismo globalizado estava fadada aos gemidos impotentes da recusa à globalização” ou “à lamentação melancólica do contínuo enfraquecimento dos velhos meios de luta (sindicatos, partidos, estatização dos serviços...)” (ANTOUN, 2001, p. 138). Contudo, as possibilidades de *revolução molecular*²⁸, como diria Guattari (1996), passam por outros campos, nem todos eles institucionalizados.

De acordo com Antoun (2001, p. 139),

(...) resistir não é mais apenas sofrer a paixão do embate com o poder atual do Estado e seus dispositivos de governo. Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente.

O que se vê neste sentido são grupos cada vez mais organizados, utilizando modos diversos oferecidos pela contemporaneidade para garantir a permanência de seus modos de vida. É possível imaginar uma infinidade de minorias que enfrentam poderes políticos, econômicos ou sociais para garantir seus modos autô-

²⁸ “A tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de ‘revolução molecular’. Mas o nome pouco importa” (GUATTARI, 1996, p. 45). Para o autor, uma das características centrais dos movimentos sociais atuais é a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, resistindo-se assim a um processo geral de serialização da subjetividade.

nomos de viver e governar a própria vida. Desde grupos organizados como coletivos feministas, veganos, contra o racismo, a comunidades autossustentáveis, ou ainda fenômenos urbanos como os cinemas de rua que lutam para preservar seu espaço diante dos grandes complexos multiplex, todos são elementos de resistência. Um jornalismo que pretenda encontrar novos meios para se realizar, sem sucumbir a lógica do lucro e aos padrões maniqueístas do bloco molar, também o é. De fato, onde houver opressão, sempre haverá resistência. E resistir, nesse sentido, é continuar acreditando no mundo:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 2013a, p. 222).

Só podem criar aqueles que sabem o que significa existir e, como os autores deixaram claro, nos contornos das massas, só há minorias. Os grupos minoritários são os que sobrevivem em meio aos grandes modelos explicativos. “É preciso continuar, não posso continuar, vou continuar” é o que diz a voz sem nome e sem face de “O inominável” (BECKETT, 2009, p. 137). Talvez sua fala seja a mesma das resistências, com a diferença de que essas se constroem sobre imagens bem definidas que anseiam objetivos claros. As revoluções podem fracassar ao tentar derrubar um antigo modo de existir, mas o devir revolucionário continuará a entusiasmar coletividades e impulsionar minoridades.

A internet é um exemplo fundamental para a compreensão da lógica de resistência na contemporaneidade e os embates de poderes que a circundam. Criado em 1984, o Protocolo Internet era uma máquina de combate, um dispositivo de monitoramento e controle. No entanto, a rede global de computadores logo “foi tomada de assalto por micropolíticas estranhas, fazendo da rede um meio de vida e uma máquina de cooperação social” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 17). Usuários insatisfeitos com o modo de organização do sistema, passaram a usar grupos de discussão (*Usenet, Bulletin Board System*) para trocar informações pessoais e afetivas, fazendo um uso diferente daquele imaginado por seus criadores. Em vez da transferência de dados científicos, financeiros e militares, usuários passaram a discutir

questões banais e cotidianas, transformando a *web* em uma máquina de cooperação social. Décadas depois, a rede de computadores continua se desterritorializando por meio das resistências que agrupa. Basta lembrar do crescimento de redes anônimas como a Tor e a I2P²⁹ em meio ao cerceamento cada vez maior na web.

Foi a partir de 1984 que a resistência ganhou um novo espaço, de fronteiras fluidas e fortemente colaborativo. Ciberativismo se torna sinônimo de “ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída da rede interativa” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 20). Novas estratégias para resistir se desenham nessa trama rizomática e, muitas delas, passam a se valer da comunicação como campo privilegiado para suas ações. Grupos de discussão, blogs, *podcasts* e *videocasts*, redes sociais, etc., se tornam “estrutura de mídia que permite toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 21).

A pesquisa realizada por Maldonado (2014), em relação ao uso do *Facebook* feita por indígenas da etnia Guarani Kaiowá, demonstra a apropriação que pode ser feita dessas mídias. Por meio da rede social, eles puderam divulgar seus discursos de maneira direta, em forma de texto, fotografia e vídeo. “Dessa vez, porém, suas manifestações discursivas se apresentam livres de edição de terceiros, como é muito comum em reportagens jornalísticas ou demais formatos da mídia” (MALDONADO, 2014, p. 11). Segundo a pesquisadora, com o surgimento de jornais regionais, os índios de Mato Grosso do Sul ganham espaço de fala, mas este ainda é mediado por terceiros. Com a internet e, sobretudo, com o surgimento de redes sociais populares na *surface web*, os indivíduos e grupos têm acesso direto à informação, não apenas como consumidores, mas também como produtores. No entanto, do ponto de vista estético, o uso do *Facebook* feito pelos Guarani Kaiowá é formal:

²⁹ *The Onion Router* (TOR) e *Invisible Internet Project* (I2P) são apenas as mais conhecidas portas de entrada que permitem a navegação anônima na rede de computadores. A primeira opera por meio da conexão ponto por ponto (*peer to peer* ou simplesmente P2P) e faz com que o usuário navegue por uma rede de túneis abaixo do *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP), a superfície da internet que pode ser acessada por sistemas de busca como o Google. Já o I2P possibilita a navegação anônima por meio do P2P, com uma diferença: ela serve apenas para sites que se encontram dentro dessa rede. Com o Tor é possível visitar sites *HTTP*, mas isso não acontece na outra (ESTES, 2013; KNIBBS, 2015). Embora o anonimato on-line seja atrativo para criminosos, as redes anônimas foram essenciais para furar bloqueios em países onde a internet é censurada pelo Governo, para os vazamentos realizados pelo *Wikileaks* ou para a comunicação entre o jornalista Glenn Greenwald, a documentarista Laura Poitras e Edward Snowden, analista de sistemas da Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA), que demonstrou como órgãos americanos vigiavam milhares de pessoas em todo o mundo.

“A maioria desses textos têm uma escrita de gênero jornalístico noticioso, ou seja, anuncia o fato respondendo às perguntas do *lide*: O que? Onde? Quem? Como? Por que? Quando?” (MALDONADO, 2014, p. 39).

Outro caso ilustrativo, que será analisado mais profundamente nos próximos capítulos, é a rede *Jornalistas Livres*, criada em 2015, com o objetivo pontual de cobrir as manifestações de março daquele ano³⁰. De acordo com a jornalista Carolina Trevisan, a proposta era de realizar uma cobertura diferenciada da cobertura comum da televisão. “A gente queria ter gente na manifestação, no chão, que pudesse contar o que estava acontecendo de verdade ali, quem eram aquelas pessoas presentes, quais eram as reivindicações, que tipo de pautas estavam sendo pedidas ali”, explica. Para a jornalista Ana Gould, outra integrante do coletivo, após a cobertura, surgiu a possibilidade de dar sequência às atividades da rede e continuar com o que ela chama de “contra-narrativa”. Em outro depoimento, a jornalista Bia Abramo aponta que os integrantes, “de maneira geral, são jornalistas que estão distantes da narrativa das mídias tradicionais” (JORNALISTAS LIVRES, 2016)³¹. Nessas falas é possível perceber alguns princípios que norteiam uma forma de resistência dos personagens no plano ético³², uma intenção de agir e resistir a modelos jornalísticos que, por algum motivo, não lhes fazem mais sentido. Dessa intenção, passou-se a construção de um modelo, que bem ou mal, resiste.

No início dos anos 2000, o pesquisador Henrique Antoun analisou outro fenômeno de mídia que se relaciona com alguns dos objetos dessa pesquisa – uma experiência que parece ter traçado de forma pioneira os caminhos a serem trilhados pelas novas organizações de mídia. Durante a 3ª Conferência Ministerial da Organiza-

³⁰ No dia 15 de março de 2015, cerca de 3,3 milhões de pessoas se manifestaram nas ruas de 250 cidades brasileiras contra o governo Dilma Rousseff, atesta a reportagem “As manifestações de 13 de março em todo o Brasil”, realizada pela revista Época. Dois dias antes, manifestantes pró-impeachment também foram às ruas. O material está disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>>. Acessado em 26/02/2016.

³¹ Todos os depoimentos fazem parte do vídeo “Seja Jornalista Livre”, produzido pelo coletivo com o objetivo de divulgar a campanha de financiamento coletivo, que permitiu a criação do site da Rede Jornalistas Livres, lançado em 2016.

³² Ética, no sentido de uma prática, diferenciando-se de *êthos*, uma maneira de ser (Foucault, 2004). Como Abagnano (1998, p. 380), a ética pode ser entendida de duas maneiras: “1) a que a considera como ciência do /zm para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; 2) a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta”. O segundo sentido é o evidenciado por Foucault.

ção Mundial do Trabalho (OMC), em 1999, em Seattle, a cobertura jornalística realizada pelos veículos tradicionais deixara de fora qualquer alusão mais consistente em relação aos protestos em oposição ao encontro que tomavam as ruas da cidade norte-americana. “Vez em nunca uma pálida alusão, nada que ultrapassasse cinco segundos, aos protestos de grupos que aconteciam em um mundo aparentemente irreal” (ANTOUN, 2001, p. 136). Os eventos ganharam força ao reunir cerca de 50 mil pessoas, entre elas, militantes de organizações não-governamentais de diversos países, no que ficou conhecido como a “Batalha de Seattle”. O objetivo dos protestos era o cancelamento da conferência internacional e foi alcançado em razão das ações micropolíticas realizadas pelos ativistas. À medida que cresciam os conflitos com a polícia, também aumentava o interesse da mídia tradicional sobre os eventos – segundo Antoun, a narrativa da grande mídia tratava os manifestantes como vilões, que agiam de modo a boicotar uma importante reunião desenvolvimentista.

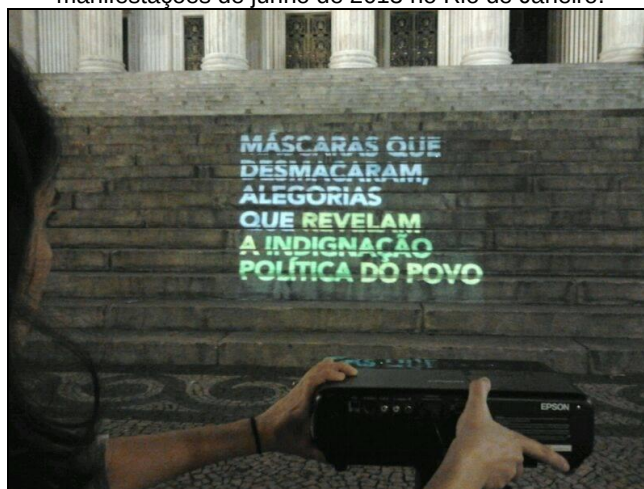
A indecente cobertura jornalística da velha mídia corporativa e centralizada, da qual foi enfocada apenas a face mais generalizada e agressiva – a da TV aberta ou por cabo –, teria só o amargo sabor de fim de século e milênio, não tivesse ela sido afrontada pela emergência de uma nova mídia, o *Independent Media Center* (IMC) – sediado sobretudo na internet –, que, ao final do movimento conhecido como Batalha de Seattle, tornou-se o principal órgão de notícias sobre o acontecimento (ANTOUN, 2001, p. 136).

O IMC encarnou a noção de mídia sob demanda, ou seja, “uma alternativa à mídia de atualidades corporativa que foi criada pelas ONGs para fazer a cobertura de suas manifestações exprimindo os pontos de vista e interesses dos manifestantes” (ANTOUN, 2001, p. 144). Esse é o primeiro aspecto em que se pode perceber uma proximidade entre os centros de mídia independente, que anunciavam uma nova mídia no início dos anos 2000, com a Rede Jornalistas Livres, produto contemporâneo da vontade de jornalistas engajados. A variedade de elementos de resistência no trabalho dos Jornalistas Livres será analisada com mais propriedade no terceiro capítulo deste trabalho, mas sua citação aqui chama a atenção para a possibilidade de resistir a modelos e, assim, construir outras possibilidades para o jornalismo. A resistência é um caminho para o devir.

Mas resta uma questão: é possível uma mídia livre? Livre de interesses do capital e crítica ao senso comum? Uma mídia que consiga se afastar das políticas que produzem controle? De noções de verdade relacionadas ao poderio hege-

mônico que domina os corpos e a linguagem? Evidentemente, não há resposta simples, mas desde os anos 1960, grupos organizados e indivíduos vêm realizando ações de ativismo midiático, definidas como midialivrismo. Dos zines mimeografados e distribuídos em shows punks e da pichação às projeções de *video mapping* e grafite virtual – como o realizado pelo Coletivo Projetação no Rio de Janeiro, durante as manifestações de junho de 2013 – existe um ímpeto de hackeamento³³ das narrativas, essencial como movimento de resistência no interior da comunicação.

FIGURA 3: Coletivo Projetação durante as manifestações de junho de 2013 no Rio de Janeiro.



Fonte: Facebook

Segundo Antoun e Malini (2013), depois de 1984, pode-se falar de dois tipos de midialivrismo: um de massa e outro ciberativista. O primeiro é apresentado sobre a forma de:

Experiências de movimentos sociais organizados na produção de mídias comunitárias e populares, se afirmando como práticas da sociedade civil alternativa e antagonistas em relação ao modo de se fazer comunicação dos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais da mídia (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 21).

³³ No imaginário popular, a figura do *hacker* costuma se embrear à do criminoso virtual, mas é preciso dar um passo atrás para compreender o que está por debaixo da superfície. Nos primórdios da internet, por meio de *modems* e da telefonia, indivíduos usaram a rede para se comunicar por meio de grupos de discussão a partir de uma rede conhecida como *Usenet*. Isso nos anos 70. O *hacker*, portanto, é aquele apaixonado intelectual que pretende extrair novas funcionalidades daquilo que existe. Assim, ele pode descobrir falhas ou tornar sistemas mais seguros, mas tudo isso é apenas um efeito colateral de sua exploração. De acordo com Antonio Negri (2005), na palestra intitulada “A constituição do comum”, é possível falar sobre uma ética *hacker*, motivada pela paixão, aderência, interesse e continuidade. Ivana Bentes (2014, p. 332) simplifica a questão ao afirmar que o *hackeamento* das narrativas significa “apropriar-se para subverter”.

Por midialivrismo ciberativista, define-se aqueles que operam na internet para o rompimento da lógica de produção de comunicação. Ele reúne:

Experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 21-22).

Possuidores de genealogias distintas, a base de ambos é comum: as lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70. Enquanto o midialivrismo de massa quer a liberação do poder concentrador da propriedade dos meios de comunicação, o ciberativista se interessa pela radicalização dos direitos fundamentais de liberdade de expressão. Cada usuário da rede, nesse último caso, é um produtor de mídia. A mídia livre e gratuita também atinge novos públicos e tem impacto na maneira pela qual se consome informação. Ambas as estratégias contribuem para desafiar os moldes tradicionais da mídia, seja em relação à propriedade dos meios de comunicação, às rotinas de produção, ao financiamento ou à distribuição. Quem está à frente dessas ações, o midialivrista, é definido como um “*hacker* das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 23). Trata-se de produzir ruído e de colocar em circulação uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o que aconteceu e o que acontecerá.

Os midialivristas são sujeitos aparelhados e interfaceados (em *sites*, *blogs* e perfis em redes sociais, etc.) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos, alargando assim o espaço público midiático, porque consegue *hackear* a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuito da mídia (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 24).

Eis um modelo de resistência na comunicação, um meio de desafiar a hegemonia cristalizada da mídia tradicional e colocar em cena novos atores, provocar a polifonia midiática e permitir a abertura do campo jornalístico à sua exterioridade. Embora a internet tenha agenciado modos de expressão e permitido uma expansão do campo midiático, a simples repetição de regras e modelos em um espaço diferen-

te não significa o surgimento de algo novo. Ao jornalismo de resistência, instaura-se o desafio do enfrentamento necessário da ordem na qual se organiza a sociedade de controle, uma vez que esta pretende a eliminação de todo o *fora*, de toda exterioridade (HARDT, 2000). Resistir, na contemporaneidade, significa compreender a existência de fronteiras, mesmo que subterrâneas, e colocar-se em ação de modo a superá-las ou, ao menos, transformá-las. De acordo com os movimentos do capitalismo cognitivo e a expansão social do controle, a resistência se tornou urgente até mesmo para evidenciar que as fronteiras permanecem. Nesse sentido, é emergencial que uma radicalização da mídia busque a sua exterioridade, o *fora* do jornalismo. É preciso investir as artes, a filosofia, a sociologia, a informática, campos que margeiam a comunicação, contra mídia. Existe muito a ser feito e um dos objetivos dessa pesquisa é relevar como determinados agentes fazem este trabalho na contemporaneidade.

2. POR UM JORNALISMO NÔMADE

Após uma longa alvorada, que se inicia quando o homem percebe a necessidade de organizar as informações, o campo jornalístico passa a se estruturar no que será entendido por jornalismo moderno a partir do século XVII. A tese *De Relationibus Novellis*, do intelectual alemão Tobias Peucer, é o primeiro passo de uma série que culminará na delimitação teórica e prática do jornalismo. Não se trata, obviamente, de uma história linear, mas de um complexo de acidentes interligados por fatores diversos: da invenção da prensa de tipos móveis por Gutemberg à tomada do jornal como veículo ideológico feita por grupos opostos durante a Revolução Francesa, a estrada segue. Mas até o século XX, o jornalismo terá se tornado um fenômeno fundamental da cultura urbana no mundo, uma “atividade essencial à vida das coletividades, como uma instituição social que, no mundo inteiro, assume uma posição da mais alta relevância” (BELTRÃO, 1990, p. 60). O mesmo autor definirá o jornalismo como “a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO, 1990, p. 62). Essa é uma interpretação e definição do fenômeno.

Outra é a de que o jornalismo é um dispositivo disciplinar (GOMES, M. R., 2004). Não se trata aqui de uma afirmação *à priori*, mas uma observação sobre a lógica de funcionamento desse mecanismo social que se desenrola a partir das práticas jornalísticas. Enquanto modo de produção e circulação de informações, o jornalismo se constitui sob coordenadas bastante específicas: ele é um espaço de poder. Só se pode chamar de texto jornalístico aquele produzido sob regras mais ou menos ortodoxas: atualidade, periodicidade, interpretação (BELTRÃO, 1990) ou ainda objetividade, novidade e isenção (PENA, 2012). Ter domínio sob os discursos, suas regras e sua ordem, é um modo antigo de exercer poder, que data das sociedades primitivas. O registro – seja em papel ou qualquer outro meio – transforma o relato em documento, transforma-o em história. Para Foucault (2014b, p. 339), os meios de comunicação nascem como um efeito de opinião, nos quais se poderia conferir as condições reais em que elas eram produzidas. Eles são materialidades que obedecem aos mecanismos de economia e poder. “Esses *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos”. Encará-los de outra maneira

seria não perceber os componentes materiais e econômicos que modulavam as informações e a opinião difundidas por eles. Quando o jornalismo moderno se constituiu como campo, por volta do século XIX, Foucault (2014b) ressalta que este foi responsável por manifestar o caráter utópico de toda uma política do olhar, central à disciplina e ao controle.

Embora nem Foucault, Deleuze ou Guattari tenham se dedicado inteiramente à análise dos meios de comunicação ou do jornalismo, eles deixaram importantes pistas para a interpretação destes fenômenos.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa, nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 17).

O estatuto da linguagem nega ao jornalismo a simples informação de fatos correntes. A cada página que é impressa e distribuída periodicamente coloca-se em jogo macro e micropolíticas. O conteúdo de um jornal nunca é isento uma vez que enunciados são palavras de ordem. A unidade elementar da linguagem, sua materialidade, não se separa da força política que nela se insere por uma variedade de jogos sociais. Nisto está implicada uma faculdade incontornável do ato de comunicar: obedecer e fazer obedecer, essa é a função primeira dos enunciados. Em sua lógica da cultura de massa é isso o que o jornal, a televisão e o cinema oferecem em primeiro plano: formatações bem definidas dos modos de agir e se portar, os *media* normatizam.

Todavia, a linguagem também é um campo de lutas e emancipação. O jornalismo, enquanto um de seus produtos, também é dotado de um potencial libertário. Daí a necessidade de se refletir sobre os tensionamentos produzidos nesse espaço, sua capacidade de romper com as coordenadas semióticas que segmentam os estratos que compõem a vida dos homens. Com suas regras propostas por uma racionalidade que visa o sacrifício da espontaneidade e por estruturas organizacionais bem definidas, que aproximam a redação jornalística da fábrica e o jornalista do operário, o jornalismo é um campo molar, um estriamento do espaço. Mas, todo campo molar é atravessado por micropolíticas, núcleos moleculares que se inserem

em sua trama de modo a permitir o surgimento de pequenos nós, devires-minoritários, pontos de desestruturação, potências de transformação criadoras de outros modos de agir. É a partir desses pontos de contestação que se poderá falar de um jornalismo de resistência ou, para se alinhar aos conceitos deleuze-guattarianos, de um jornalismo nômade. Segundo os autores, existem dois grandes tipos de investimento social: um segregativo e outro nomádico, um polo do tipo esquizo-revolucionário. Este é um polo que:

Segue as *linhas de fuga* do desejo, que passa o muro e faz com que passem os fluxos, que monta máquinas e seus grupos em fusão nos enclaves ou na periferia, precedendo ao inverso do precedente: não sou um de vocês, sou eternamente da raça inferior, sou uma besta, um negro. As pessoas de bem dizem que não se deve fugir, que isso não é bom, que é ineficaz, e que é preciso trabalhar por reformas. Mas o revolucionário sabe que a fuga é revolucionária (...) (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 366).

O jornalismo se torna forma de resistência ao permitir que a exterioridade, aquilo que é mantido além de sua estrutura corporativa e deontológica, insira-se no interior do campo molar, tornando as coordenadas ilegíveis e insensatas. Por que isso e não outro? Opor nomadismo e segregação significa um retorno à questão das segmentaridades duras e flexíveis, molar e molecular. Isso se dá porque o nomadismo, enquanto forma de ocupar os espaços lisos, traçados, mas não demarcados – pois não existe quem o faça – é um modo de aniquilar as segmentaridades binárias das grandes oposições duais, homem-mulher, adultos-crianças, ricos-pobres, etc (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Não significa negar a existência de tais binaridades, mas perceber a complexidade que se anuncia nessas relações, perceber que a relação entre uma e outra produz *variantes quase infinitas*, às quais os mecanismos de controle tentam conter e aprisionar. Talvez seja impossível definir algo que nunca se torna estático, mas um postulado é necessário: o jornalismo nômade assume os investimentos coletivos como produção de multiplicidades, como agentes moleculares de transformação social. Essa guinada é essencial. Significa aproximar o jornalismo dos devires-minoritários, das micropolíticas de confirmação e de resistência. Outro argumento central: esse jornalismo do fora, nômade, minoritário, oferece meios para a inversão da produção de subjetividade capitalística ao colocar em crise o campo das representações sociais permitidas pela cultura de massa, que produz indivíduos normalizados segundo coordenadas precisas de poder. Para Guattari (1996), é preciso criar máquinas que ofereçam meios para o desenvolvimento

de modos de subjetivação singulares. Tais processos de singularização se dão em meio ao que será definido como agenciamento coletivo de enunciação³⁴.

O presente capítulo se dispõe a compreender as maneiras pelas quais o jornalismo se efetiva enquanto dispositivo disciplinar por meio do uso da linguagem e como é possível estabelecer resistência à essa constituição, ou seja, o jornalismo pode se *nomadizar* dentro do espaço estriado que lhe cerceia. Não são poucos os intelectuais que vêm registrando e teorizando a mídia alternativa sob nomes como mídia radical (DOWNING, 2004) ou nova mídia (ANTOUN; MALINI, 2013) e os trabalhos destes desempenham um papel essencial aos desdobramentos que serão aqui apresentados. Uma vez delineados os meios pelos quais se pode distinguir o jornalismo tradicional deste que se define como nômade, compete estabelecer qual o impacto sobre a parte que lhe cabe nos agenciamentos coletivos de enunciação. Postula-se que o rompimento produzido pelo jornalismo de resistência impacta fortemente os processos citados por Guattari. A investigação dessas questões será central às próximas páginas.

2.1. LINGUAGEM JORNALÍSTICA E PALAVRA DE ORDEM

Nas páginas escritas por Foucault, Deleuze ou Guattari, o jornalismo ocupa um lugar periférico. No entanto, não se pode deixar de entender que o jornal é um produto de linguagem e esta, por sua vez, é central para o desenvolvimento teórico dos autores. Quando Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, afirmam que os jornais e as notícias procedem por redundância ao dizerem às pessoas o que é necessário

³⁴ Têm-se aí a substituição da clássica noção de sujeitos da enunciação – formada pelo enunciador e pelo enunciatário, as figuras centrais deste processo na visão da linguística clássica. Os sujeitos, crítica Foucault (2014a), seriam funções do enunciado, o lugar de manifestação daquilo que o visível e o enunciável configuram, sob ação das relações de poder. Logo, o “eu” é apenas um reflexo da estrutura constituída a partir de agenciamentos coletivos de enunciação, construídos na intersecção entre poderes e saberes que compõem os discursos. “Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito da enunciação. (...) O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos *agenciamentos coletivos*” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 18). A singularização se difere da individuação. Esta é constituída por processos biológicos, sexuais, socioeconômicos e coteja relações de integração e normalização. O indivíduo é o resultado de uma produção de massa. “Quando falo em ‘processo de subjetivação’, de ‘singularização’, isso não tem nada a ver com o indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 38). E o que significa, portanto, singularização? “O processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies. Pode acontecer de processos de singularização portadores de vetores de desejo encontrarem processos de individuação” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 37). O que não se pode é confundi-los, uma vez que singularizar carrega uma dimensão de resistência, mas também não se deve retornar ao mito da singularidade pura.

reter ou pensar, eles colocam em evidência a relação da linguagem, a partir do enunciado – sua estrutura mais elementar –, com o que definem como “palavra de ordem”. Com isso os autores modificam uma relação estrutural da linguagem com o mundo: ela não representa, mas dá ordens. “A linguagem não é feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 12). A linguagem também não é informativa ou comunicativa, não em primeiro plano, pois sua função primordial é a transmissão de palavras de ordem. Em suas páginas, sobretudo em manchetes ou títulos, nos quais é preciso resumir o texto ao mínimo necessário, o jornal também estabelece ordens, constrói modos de pensar e dita as regras.

Chamamos *palavras de ordem* não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma ‘obrigação social’. (...) Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto de palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 17).

A palavra de ordem também estabelece a linguagem como uma espécie de mapa. O que isso significa? O filósofo romeno Emil Cioran dá pistas com uma de suas máximas mais famosas: “Nós não habitamos um país, habitamos uma língua. Uma pátria, é isto e nada além”³⁵. Assim como as coordenadas geográficas definem elementos de subjetivação, a língua também é um agenciamento que não pode ser ignorado. Mas, até mesmo a língua-mãe significa a tomada de poder de uma língua dominante – mesmo que em seu seio, línguas menores não cessem de existir, remodelando-a de tempos em tempos. Como pontua Mayra Gomes (2004, p. 15), a linguagem funciona como um mapa, quadriculando o mundo em eixos de latitude e longitude. “É assim no aprendizado dual que ela nos propõe entre masculino e feminino, ou sujeito e objeto; um quadro de oposições faz o recorte e delineia a paisagem”. Dessa maneira, a linguagem estabelece pontos de ancoragem que serão essenciais para a compreensão do mundo e da vida; não tanto por representar o mun-

³⁵ “On n'habite pas un pays, on habite une langue. Une patrie, c'est cela et rien d'autre” (CIORAN, 1987, p. 21). A tradução é nossa.

do, mas por oferecer comandos sobre como responder a ele. Cada língua fará uso de suas ferramentas de modo diferentes.

“O uso pelo jornalismo de uma palavra ou outra determina uma visada, um olhar específico sobre a situação, ordena o campo (...)” (GOMES, M. R., 2004, p 13). Das sociedades primitivas às contemporâneas, a palavra continua atrelada ao poder. Ao fazer ver, colocar em relevância, esta unidade gramatical faz um recorte sobre o mundo e estabelece aquilo que deve ser lembrando, respeitado ou esquecido. O sentido de *palavra de ordem* é vasto e diz respeito à essa relação. Eis um exemplo: nas redações de jornais, uma discussão sempre se faz necessária quando se deve escolher entre o uso dos termos “invasão” ou “ocupação” para tratar de ações de grupos minoritários como as etnias indígenas ou militantes de movimentos pela reforma agrária e pela moradia. Embora alguns jornalistas não se atenham às questões semânticas, os termos determinam agenciamentos diferentes, assim como não têm a mesma implicação jurídica. Cada um determina uma visada, no sentido pretendido pela autora. Ainda é interessante notar como outro termo pouco aparece nos textos jornalísticos, mas é o escolhido pelos povos indígenas para tratar dos conflitos: “retomada”. Na reportagem “Índios ocupam sedes, mas ‘cuidam’ de fazendas e não quebram as xícaras”, publicada em 5 de setembro de 2015, no site Campo Grande News, o autor explicita o peso de cada uma das palavras:

Nos três dias que a equipe do Campo Grande News permaneceu na área de conflito nas fazendas ocupadas pelos índios Guarani Kaiowá (Piquiri, Cedro, Primavera, Barra e Fronteira) e reocupadas pelos produtores (Fronteira e Barra), no município de Antonio João, (279 km de distância da Capital) a curiosidade maior era saber como estavam as condições das sedes das propriedades, uma vez que o boato divulgado na cidade era que os indígenas “invadiam” e destruíam tudo pela frente, quebrando e queimando tudo. (MARQUES, 2015)

A reportagem foi publicada no veículo on-line durante um dos momentos de maior tensão durante os conflitos entre índios e produtores rurais em Mato Grosso do Sul. Seis propriedades foram retomadas pelos Guarani Kaiowá em 22 de agosto de 2015 e, em meio a tentativas de invasão realizadas pelos produtores, o indígena Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, foi morto com um tiro na cabeça. Contingentes do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Bela Vista se juntaram à Força Nacional na região para evitar o escalonamento da violência. O confronto teve por motivo a reivindicação de 9.317 hectares pelos Guarani Kaiowá, por se tra-

tar do território indígena Ñande Ru Marangatu. Este espaço é considerado território tradicional da etnia. A demarcação foi homologada em 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contudo, em razão da falta de acordo entre os interessados, o processo não prosseguiu. Por esse motivo, os índios decidiram tomar as fazendas e ocupar suas sedes.

O lide escrito pelo jornalista Antonio Marques traz os dois verbos: ocupar e invadir. Embora, no geral, sejam sinônimos, existem algumas peculiaridades que os separam. O substantivo “invasão” ressalta o caráter violento e hostil de uma ocupação sem amparo da lei de propriedades alheias. No texto, o autor relega as acusações de que “os indígenas ‘invadiam’ e destruíam tudo pela frente” aos boatos divulgados na cidade. O sujeito indeterminado da sentença não permite que se identifique os responsáveis por espalhar o boato, mas ao se tornar a “curiosidade maior”, pode-se aferir que a questão ganhou destaque na região. Por outro lado, “ocupar” é utilizado pelo jornalista para se referir tanto aos índios quanto aos produtores no espaço de luta social estabelecido pelos conflitos. Deste modo, o autor visa a manutenção da neutralidade em relação à situação que se estabeleceu, mas pontua a maneira como a sociedade de Antonio João percebe os eventos. Para ela, os índios são, sobretudo, invasores.

Antes de prosseguir, outro exemplo: em meio à crise política instaurada no Brasil diante do risco de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a polarização na imprensa nacional pode ser facilmente notada. Veículos tradicionais da velha mídia³⁶ como a Folha de S. Paulo ou O Globo estamparam manchetes semelhantes sobre o desenrolar dos acontecimentos no dia seguinte à votação do processo na Câmara dos Deputados. O primeiro dizia “STF e Senado vão fechar roteiro para análise de impeachment de Dilma”; já o segundo trazia a sentença “STF e Senado

³⁶ Há duas maneiras de identificar a velha mídia. A primeira é ontológica: a velha mídia é “tudo aquilo que configura a comunicação tradicional e diz respeito tanto a produtos impressos, como jornais e revistas, quanto a eletrônicos, como rádio e televisão” (COSTA, 2009, p. 15). A nova mídia, por sua, se configuraria pela distribuição via computador. No entanto, o autor questiona essa separação com base nas teorias de Lev Manovich. A inserção de um novo equipamento não é suficiente para definir a nova mídia, se os modos de produção e a compreensão sobre o que é jornalismo se mantêm em moldes tradicionais. Outra forma de caracterizar a velha mídia é identifica-la à grande mídia. De acordo com Bezerra e Grillo (2014), esta se refere aos grupos organizados na forma de conglomerados empresariais que lucram em por meio da verba publicitária de anunciantes e que, apesar do alcance massivo de público, contam com uma estrutura centralizada semelhante às corporações do século XX. Esse tipo de mídia costuma ser chamado de forma crítica como mídia corporativa, mídia conservadora, mídia hegemônica ou mídia de massa.

vão elaborar em conjunto o rito do impeachment”. Os jornais, como pontua Deleuze e Guattari (2011a), procedem por redundância. Embora seja uma característica não tão apreciada pelos discursos de autolegitimação jornalística, trata-se de uma condição da comunicação. “Sem ela, o verbo comunicar é quase uma impossibilidade” (PENA, 2005, p. 80). A questão será retomada posteriormente, mas cabe aqui um questionamento: qual o valor da redundância para a circulação de palavras de ordem? Outros veículos consultados, como o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e o Correio Braziliense, do Rio de Janeiro, também usaram como manchete o mesmo tema na noite do dia 18 de abril de 2016. Dentre os sites dos maiores veículos de circulação paga do Brasil³⁷, apenas o Estadão, do grupo Estado, trazia outro assunto na manchete: “PF liga conta de empreiteira usada para propina a pagamentos a Lula”.

FIGURA 4: Capa da versão on-line do jornal O Globo.



Fonte: <<http://www.correiobraziliense.com.br/>>

³⁷ De acordo com dados de circulação de jornais impressos em 2014, levantados pela Associação Nacional de Jornais. Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acessado em 18/04/2016.

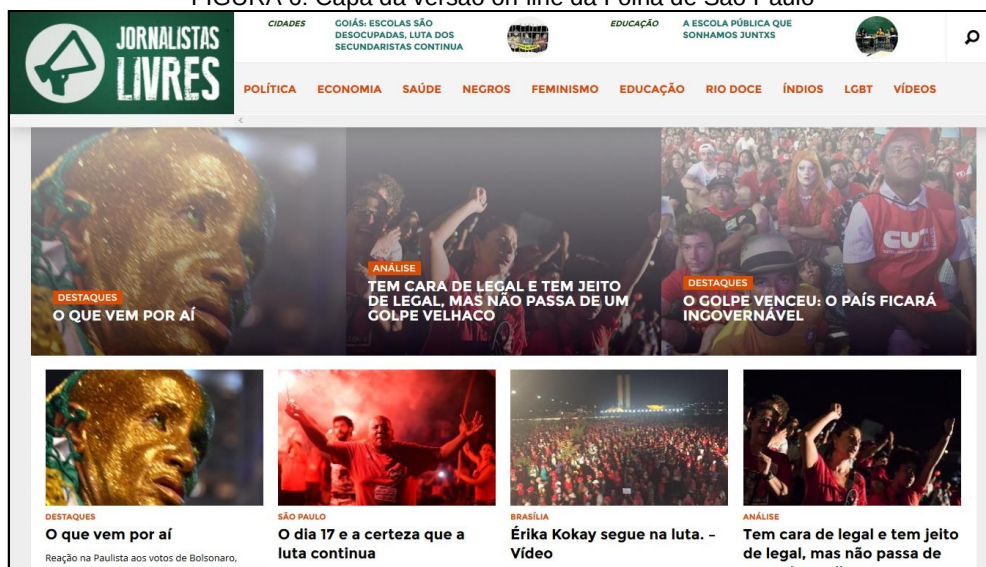
FIGURA 5: Capa da versão on-line da Folha de São Paulo.



Fonte: <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

No entanto, a página de capa dos Jornalistas Livres traz diferenças ilustrativas. Primeiramente, é importante ressaltar que não se trata de um veículo focado em *hard news*, o que lhe confere liberdade ao ritmo de produção e afasta-o da necessidade de cobertura de temas urgentes como a decisão tomada pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, em relação ao processo de impeachment. Os três textos em destaque no site se baseiam na análise dos eventos que se desenrolaram no dia 17 de abril, domingo, em que ocorreu a votação na Câmara dando prosseguimento ao processo. Em dois deles, no lugar da palavra “impeachment” lê-se “golpe”, demonstrando o posicionamento do veículo em relação aos acontecimentos. Novamente, o efeito que se tem é a determinação de um olhar específico, a ordenação de um campo, por meio da palavra de ordem. Com isso, o jornal se alinha ao ativismo para debater seus pontos de vista e estabelecer um ponto de ruptura em relação aos veículos tradicionais. É o estabelecimento de um espaço de diferença, mesmo que se utilize dos mecanismos tradicionais da linguagem para que isso ocorra. É impossível desviar da palavra de ordem, mas é possível fazê-la desviar-se da normatização disciplinar. Este é um dos desafios que se impõem ao jornalismo que pretende resistir.

FIGURA 6: Capa da versão on-line da Folha de São Paulo



Fonte: <<http://www.jornalistaslivres.org/>>

O que significa a definição do jornalismo como um dispositivo disciplinar? Ao se tornar aquele espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante de que fala Traquina (2005), ou seja, ao fazer reverberar as coordenadas semióticas de maneira centrada, ele se coloca nessa relação com o poder. Se toda a grande mídia repete em uníssono as mesmas palavras de ordem, tem-se algo de verificável em torno da relação entre jornalismo, redundância e disciplina. Mayra Gomes (2014) propõe uma aproximação entre a palavra de ordem deleuziana e os dispositivos disciplinares de Foucault. “Uma vez que a primeira é dada como coextensiva à linguagem e a segunda é dada na dimensão de um discurso específico, há um grande parentesco entre ambas (noções)” (GOMES, M. R, 2004, p. 14). De acordo com a autora, o parentesco pode ser explicitado a partir de três eixos. O primeiro diz respeito à coextensividade, dado que a linguagem é dimensionante, ou seja, é uma espécie de mapa. “Se a linguagem pode funcionar como um mapa é porque ela detém, *per se*, propriedades que, embora sejam significantes, antecedem qualquer significação. Vale dizer, então, propriedades disciplinares” (GOMES, M. R., 2004, p. 15). As significações equivalem aos dispositivos disciplinares e serão dadas a partir de organizações discursivas de base. Como foi apontado no primeiro capítulo, instituições como a família, a escola, o local de trabalho são, justamente, os espaços em que a disciplina se exerce. Nesses espaços se produzem discursos que serão os das regras “naturais”, as normas.

Outro eixo apontado pela autora, em seu estudo sobre o jornalismo e a filosofia da comunicação, é o de que a palavra de ordem recorta e ampara as disciplinas. A palavra *impeachment*, por exemplo, se relaciona ao universo político e jurídico brasileiro, mas também coloca em jogo outras relações envolvidas nas disputas de poder que se desenrolam no Brasil. Quando um indivíduo se diz a favor do *impeachment*, ele faz uso de uma palavra de ordem que o insere em um bloco disciplinar, corroborado por dispositivos como a família, a mídia, o partido político, etc. Ser a favor do *impeachment* significa partilhar de uma série de valores normatizados, entre eles, um *dress-code* que interdita o uso de roupas vermelhas em passeatas. O mesmo é válido para quem opta por se referir ao fenômeno como “golpe”. A escolha ética movimenta o campo estético. A palavra de ordem agencia o que Foucault definiu como *disciplina-mecanismo*: “Um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (FOUCAULT, 2010, p. 198). É possível notar a proximidade das afirmações de Foucault às proposições de Deleuze-Guattari no seguinte trecho do platô 1923 – *Postulados da Linguística*:

Em um sequestro de avião, a ameaça do bandido que aponta um revólver é evidentemente uma ação; da mesma forma que a execução de reféns, caso ocorra. Mas a transformação dos passageiros em reféns, e do corpo-avião em corpo-prisão, é uma transformação incorpórea instantânea, um *mass-media act* no sentido em que os ingleses falam de *speech-act*. As palavras de ordem ou os agenciamentos de enunciação em uma sociedade dada – em suma, o ilocutório – designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas ou atributos não corpóreos que eles expressam (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 20).

Finalmente, o terceiro eixo de relação é a educação, “porque todos esses processos se resumem ao procedimento de ensinar a ver e comportar-se no mundo” (GOMES, 2004, p. 18). A palavra estabelece uma visibilidade, como foi dito, e em torno dela se organizam discursos. A educação é o instrumento pelo qual o indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, mas essa ordenação é política no sentido de manter ou modificar a apropriação destes com os saberes e os poderes que eles carregam. O primeiro exemplo dado por Deleuze e Guattari (2011a, p. 12) sobre a palavra de ordem é a professora, pois antes do ensino de regras gramaticais ou de cálculo, o que ela faz é dar ordens, comandar. “A máquina de ensino obrigatória não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as

bases duais da gramática”. O que não se pode esquecer é que a escola é apenas um – e um dos primeiros – dos espaços disciplinares pelo qual o indivíduo passará durante sua vida. Na lógica da sociedade de controle, a educação se dá a todo instante, é preciso sempre aprender novas regras, conhecer os comandos, estar à frente do mandatário (mesmo que isso não passe de uma ilusão). Por esses caminhos, a palavra de ordem se estabelece como dispositivo disciplinar, um foco de poder. Esse encontro se dá de maneira exemplar no jornalismo.

Como prometido, o tema da redundância faz seu retorno. De acordo com Pena (2012, p. 80), “a redundância é essencial para a comunicação. Está diretamente ligada à sua eficácia. É seu fio condutor, seu norte, a garantia da chegada”. Logo, não é possível separar um fenômeno do outro. A ideia de *palavra de ordem* também se apoia nessa relação. Para informar ou comunicar, a linguagem depende da insistência de certas ideias, de um exercício diário responsável pela superação dos obstáculos que se impõem no trajeto da informação. Para Deleuze e Guattari (2011a), a redundância se apresenta sob duas formas: frequência e ressonância. A primeira se relaciona à significação da informação e a segunda à subjetividade da comunicação. Segundo os autores, mais importante é reter que a comunicação e a informação, ou a significação e a subjetivação, estão subordinadas à redundância. Nesse sentido, cabe ressaltar que os autores se baseiam no modelo proposto pela teoria matemática da comunicação, de Claude Shannon e Warren Weaver.

Como Deleuze afirmou em entrevista a Claire Parnet (1998), o esquema da informática parte dos seguintes pressupostos para obter uma informação teórica supostamente máxima: em um extremo, está a informação; em outro, o ruído; entre os dois, deve haver redundância de modo que tudo aquilo que é antiinformação seja contornado. No entanto, o processo também diminui a informação teórica, simplificando-a. O ruído é “algo que poderia ser tanto um grito quanto silêncio, ou gagueira, e que seria como a linha de fuga da linguagem, falar sua própria língua como um estrangeiro, fazer da linguagem um uso menor” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 37). Para se efetivar, a repetição de enunciados deve se relacionar com os poderes disciplinares que orientam a sociedade. É essencial que haja consonância entre a redundância discursiva e o mapa do campo social elaborado pelas instituições disciplinares.

Queremos com isto mostrar que a redundância, *qua* frequência, funciona positivamente na concretização de um aplainamento das diferenças ao manter esse movimento pelo qual se pensa que uma coisa, um fato ou objeto, é sempre recuperável em seu modo específico. Funciona como um apagamento da diferença, um elemento tranquilizador porque torna administrável um campo (...) (GOMES, M. R., 2004, p. 29).

O jornalismo se realiza como fenômeno linguístico e está submetido à sua lógica. Nesse sentido, este fenômeno reproduz os poderes que dominam a sociedade – lembrando que mesmo a linguagem se constitui por meio da hegemonia – ele é mais um espelho do que um prisma. No entanto, as disputas entre a grande mídia e os coletivos midialivristas, a emergência de novos modos e formatos de produção jornalística, o protagonismo narrativo de atores antes relegados à subalternidade, isso e muito mais demonstra que há um movimento de desterritorialização transpassando as formas tradicionais de produção da notícia. Assim, vai se configurando uma outra ética e uma outra práxis jornalística. Mas, para que se efetive plenamente, é preciso uma abertura, um movimento de resistência que permita a reconjugação de fatores diversos – que incluem as relações dos veículos com o capitalismo, a estruturação da linguagem jornalística, o modo industrial de produção da informação, etc. Investir contra o campo molar, forças moleculares e micropolíticas capazes de abrir fendas no tecido social. Não se trata de realizar um enfrentamento direto, mas uma ressignificação de pequenos espaços, miná-los para provocar transformações. É possível que veículos e coletivos midialivristas surjam e desapareçam na mesma velocidade. Os veículos analisados nas próximas páginas permanecem ativos, mas talvez nunca venham a se tornar hegemônicos. Esse não é seu papel, embora a disputa esteja presente a todo momento. É o movimento previsto por Barthes (2012). A linguagem continuará operando por meio de palavras de ordem e a grande mídia seguirá a agir como dispositivo disciplinar. Mas as minoridades causam desequilíbrio, colocam o poder em dúvida. Elas são as línguas menores de que falam Deleuze e Guattari (2015) ao analisar Kafka. É apenas por meio delas que a comunicação pode se tornar uma competência criativa, algo além do sistema de controle que ela implica.

Se toda linguagem é tratada em intensidades opostas, modo maior e modo menor, e a palavra de ordem é a variável de enunciação que a efetua e define o uso de elementos segundo estes modos, é a ela que se deve voltar. Ela está presente em ambos os modos. Ou seja, a palavra de ordem é o único modo de provo-

car o ruído, de rasgar a língua por meio do grito de alarme ou da mensagem de fuga. A palavra de ordem, afirmam Deleuze e Guattari, tem dois tons: “O que a precede e o que a ela se segue pode ser um longo sistema de ações e de paixões, um lento trabalho dos corpos; em si mesma, ela não é nem ação nem paixão, mas puro ato, pura transformação que a enunciação junta ao enunciado, sentença” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 58). Esses atos de linguagem são incorpóreos, colocam em movimentos os agenciamentos coletivos de enunciação, que podem ser molares ou moleculares. Não se trata de representar ou de referir-se a algo, mas de intervir. De acordo com Deleuze-Guattari, isso se expressa nos polos do conteúdo e da expressão. No caso do jornalismo, a palavra de ordem se expressa não somente nas manchetes, nos lides e ou nas legendas das fotos, mas ela própria funda a necessidade de uma manchete, de um lide ou de uma legenda como espaço de repercussão, de redundância. O padrão estético-expressivo presente nas práticas jornalísticas se baseia nesses comandos. A ordenação dos campos, a criação de um polo molar que estrutura a prática, isso também se comunica com a linguagem e sua função coextensiva. Nesse sentido, o jornalismo é um agenciamento, um regime de signos que o fazem comunicar, uma máquina de expressão. Contudo, é importante ressaltar que esse agenciamento não é abstrato: ele não vale por si mesmo, mas corresponde ao primado de um agenciamento maquínico dos corpos. O repórter, o editor, o chefe de redação, são essas figuras que articulam as ferramentas para construção de um campo social.

Existem, no entanto, variações contínuas que rompem com a estrutura dominante ou, para manter nos termos aqui utilizados, fazem o molecular intervir sobre o molar. “Gaguejar é fácil, mas ser gago da própria linguagem é uma outra coisa, que coloca em variação todos os elementos linguísticos, e mesmo os elementos não linguísticos, as variáveis de expressão e as variáveis de conteúdo. Nova forma de redundância” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 45). Segundo os autores, é o *estilo*, essa singularidade elementar da teoria literária, que permite tal procedimento. Quando citadas, por exemplo, a assinatura de jornalistas como Gay Talese, Tom Wolfe, Truman Capote ou, entre brasileiros, Eliane Brum e Mário Magalhães, espera-se um formato de texto informativo que não se resume às matérias recortadas na página de um jornal. Esses autores – e muitos outros, talvez menos conhecidos – conseguem a proeza de estabelecer-se como “estrangeiro dentro de sua própria lín-

gua”. As técnicas que o jornalismo lhes oferece servem para superá-lo. “É aí que o estilo cria língua. É aí que a linguagem devém intensiva, puro contínuo de valores e de intensidades” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 45). Postula-se que veículos como *Jornalistas Livres*, *Fluxo* e *Ponte* operam nesse mesmo sentido. Eles não provocam variações contínuas somente no nível da linguagem, mas em toda a estrutura jornalística, afetando os atores sociais envolvidos em sua produção. Nesse sentido, são singularidades que se opõem à homogeneidade do campo social em que o jornalismo se opera. Veículos jornalísticos que passam por processos de singularização, no sentido oferecido por Guattari (1996).

Quando se apresentou anteriormente a semelhança entre as manchetes de veículos diversos como Folha de S. Paulo e O Globo, também se pode perceber que conteúdo e expressão em ambos se apresentavam de maneira bastante próxima. Os mesmos verbos são utilizados na construção da manchete. Existe, por assim dizer, uma gramática do jornalismo – um espaço estriado-molar que configura formas de construir notícias e apresenta-las ao público-leitor. “Formar frases gramaticalmente corretas é, para o indivíduo normal, a condição prévia para qualquer submissão às leis sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 49). Se existe unidade nessa gramática jornalística, cabe notar que se trata de uma unidade política. Uma vez que as linguagens dominantes se instauram, primeiramente, por tomada de poder e esforços de exclusão dos grupos desviantes, supõe-se que o jornalismo como corpo homogêneo se constrói a partir desse processo. Esse é legitimado pelo discurso erigido ao redor das práticas. A linguagem jornalística é um discurso enocrático, fechado em si mesmo, um padrão disciplinar – sem dominá-lo, não se pode participar do jogo. “O jornalismo, como todas as instituições, possui um discurso cujo o propósito é afirmar a sua legitimidade social (GOMES, W., 2009, p. 67). É a partir desse processo de autolegitimação que o jornalismo se fundamenta enquanto instituição sociocultural, necessária a toda sociedade, sobretudo àquelas consideradas democráticas. No entanto, como Barthes (2012) demonstrou, todo discurso enocrático é rodeado por outros discursos que estão fora do Poder – e é preciso ressaltar que os poderes envolvendo o jornalismo são vários: econômicos, políticos, institucionais, etc. O que se quer dizer é que a linguagem jornalística pode parecer hegemônica em sua superfície, mas nas profundezas lutas constantes entre interior e exterior remodelam dinamicamente as estruturas.

Uma das características dos discursos acráticos³⁸ é a capacidade de constranger o poder por meio de figuras ofensivas. A paródia³⁹, por exemplo. O jornalista Rafael Puetter, o Rafucko, é uma figura determinante neste sentido. Por meio de canais como o *Youtube* e o *Facebook*, este ativista multimídia – como se define em seu site – empreende sua luta contra a mídia tradicional e desconstrói gêneros do jornalismo informativo e opinativo por meio do humor. Rafucko faz entrevistas no formato de talk-show, mas escolhe conversar com figuras eminentes da esquerda brasileira: Eduardo Viveiros de Castro, Jean Wyllys, André Dahmer, Laerte, etc. As entrevistas, no entanto, são realizadas por personas do jornalista. Um ditador gay discute direitos homossexuais, uma crossdresser conversa sobre gênero, Pedro Álvares Cabral quer entender o que é ser índio na contemporaneidade. Cada entrevista tem seu cenário: uma sauna, uma praia carioca, um confessionário católico. Para cada entrevistado, há uma intervenção poética de Dudu Pererê, artista performático e poeta.

A playlist do *Talk-Show do Rafucko*⁴⁰ no Youtube conta com nove vídeos, publicados entre 19 de maio e 6 de novembro de 2014. As visualizações variam entre 14.489 – com o escritor João Paulo Cuenca – a 72.355 – no qual Rafucko entrevista o humorista Gregório Duvivier. As entrevistas começam todas com uma pergunta precedida pela seguinte frase: “A família brasileira quer saber...”. O enunciado, ou seja, essa combinação de palavras de ordem coloca em órbita um posicionamento. Afinal, por que a família brasileira – em conformidade com o padrão encrático, da maioria – iria se preocupar com temas minoritários? O ato performático do jornalismo

³⁸ Considera-se a necessidade de revisão deste conceito para que ele possa se conjugar com as ideias expressas por outros autores presentes nessa pesquisa. Embora os discursos acráticos estejam *fora* do poder – e também da doxa, enquanto campo de partilha do sensível –, eles também são detentores de poder, assim como as minorias diante da maioria, o nômade diante do Estado, etc.

³⁹ O conceito de paródia, com suas reminiscências literárias, segundo Aragão (1980) problematiza, inverte e questiona o modelo literário sobre o qual se estabelece – mas por também se instituir como modelo, conforma uma estrutura ideológica. O parodiador estabelece uma recusa em relação ao que compõe o acervo cultural de sua época. Deste modo, ele denuncia “a sua preocupação com os elementos que servem a esta estrutura já esgotada, que é preciso esvaziar, para poder preencher com algo novo. Por vezes a paródia fica camuflada sob certos tipos de disfarces, nos quais não percebemos, de imediato, a intenção do autor” (ARAGÃO, 1980, p. 19). Embora o termo seja proveniente da teoria literária, ele não deixa de se relacionar a outros campos, como é o caso. O exemplo citado, do jornalista e midiativista Rafucko, demonstra como a paródia pode se estabelecer como forma de resistência aos modelos hegemônicos de jornalismo.

⁴⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PL5ZfSmxZw70C_m4csFpK54MDVwximJsUp/>. Acessado em 22/04/2016. Os números de visualização correspondem aos apresentados nesta data.

de Rafucko coloca em questão esse quadro. Tem-se, neste modo de produção jornalística, um esboço do que se pretende considerar como jornalismo nômade.

FIGURA 7: Talk-Show do Rafucko: Jean Wyllys



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Obq3yT9E_ow/>

Ao remodelarem os modos de produção e consumo da informação, os meios digitais também reconfiguraram as formas pelas quais se produz significações e subjetivações. Barthes afirma que a participação na cultura é geral, uma vez que todos os indivíduos reconhecem signos e consomem produtos culturais de maneira homogênea. “A diferença é que só o consumo é geral na nossa cultura, não a produção. Todos entendemos o que ouvimos em comum, mas nem todos falamos o que ouvimos (...)” (BARTHES, 2012, p. 116). É nesse sentido que a cultura se mostra dividida. No entanto, as redes digitais e o acesso à tecnologia permitiram uma inversão de campo. Ainda que o abismo entre produção e consumo seja enorme, sua transposição tem sido mais simples. Isso favorece a multiplicação de vozes – de palavras de ordem – na sociedade. O jornalismo, por sua vez, é infiltrado pelos discursos acráticos, pelos devires-minoritários, e sua produção se torna polifônica, desterritorializada. “Não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da transmissão das palavras de ordem em um campo social dado” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 18). A perspectiva deleuze-guattariana se funda na prevalência dos discursos encráticos, que ordenam o campo social, disciplinam os indivíduos, mas também confere espaço aos movimentos menores. A do-

minação e a ordem se modificam – mesmo que milimetricamente – a partir das relações estabelecidas com o *fora*, com as minorias. Se a linguagem jornalística e a organização social são políticas, é necessário inscrever em seu interior uma lógica nômade com suas máquinas de guerra para que seja possível repensá-las.

2.2. MÍDIAS QUE RESISTEM E CONTRACOMUNICAÇÃO

“Onde agora? Quando agora? Quem agora? Sem me perguntar. Dizer eu. Sem pensar. Chamar isso de perguntas, hipóteses”. Assim Samuel Beckett (2009, p. 29) inicia “O inominável”, obra que fecha a trilogia do pós-guerra ao lado de “Molloy” e “Malone Morre”. As páginas que se seguem continuam a repetir aporias que nada informam ou comunicam sobre a situação do narrador. É o puro jogo de palavras que interessa ao autor irlandês, a linguagem reduzida à sua própria materialidade. O ato criativo de Beckett é artístico e, nesse sentido, significa a emancipação da linguagem de suas necessidades cotidianas, representativas, *banais*. Essa língua menor que a literatura de Beckett cria é indiferente às palavras de ordem, ela não ordena, ela não impera. Ela faz perguntas para as quais não há resposta e ao leitor resta apenas seguir em frente para quem sabe compreender algo. A linguagem se liberta a medida em que é subvertida. No entanto, o jornalismo não é como a literatura moderna. Uma vez rompida a sua capacidade de informar, de comunicar – ou seja, de fazer circular palavras de ordem – ele é destituído de seu papel. Essa é a questão que se impõe: como é possível que o jornalismo resista, se torne nômade, mas ainda cumpra seu papel em meio à sociedade? Esboçar uma resposta é um dos objetivos deste estudo. Para tanto, é preciso compreender qual é o modo de subversão operado nas mídias radicais, alternativas aos grandes conglomerados midiáticos. Algo se realiza nesses veículos, fazendo-os criar tensionamentos que se coadunam com uma prática jornalística resistente ao campo molar da linguagem, dos meios, da mensagem, dos códigos deontológicos, etc. Nomadizar o jornalismo depende da descentralização desses espaços investidos por poderes que agem segundo a lógica do controle, sempre sutis. Não é tarefa fácil, uma vez que, como aponta Deleuze (2013b, p. 395), “a informação é o sistema de controle das palavras de ordem, palavras de ordem que circulam em uma sociedade dada”.

Neste sentido, o autor confirma que a comunicação tem algo a ver transmissão e a propagação de informações. Não há nada de criativo em comunicar. “Em todo caso, ter uma ideia não é da ordem da comunicação” (DELEUZE, 2013b, p. 395). Quando se diz algo a alguém, as informações passadas têm um objetivo: elas dizem o que supostamente se deve acreditar. Deleuze usa esses argumentos para justificar o abismo existente entre a comunicação e as obras de arte. A produção jornalística constrói notícias, editoriais, reportagens e demais gêneros informativos ou opinativos que pouco se relacionam *à priori* com a ideia de arte. O jornalismo, tradicionalmente, se importa com o registro de acontecimentos notórios, ou seja, as “ocorrências singulares, concretas, observáveis e delimitadas, quer no tempo, quer no espaço, quer em relação a outros acontecimentos que irrompem da superfície aplanada dos fatos” (SOUZA, J. P., 2002, p. 21). No entanto, não se trata de dados objetivos, mas construtos formatados a partir de uma maneira própria de perceber os fenômenos, um padrão que é sempre estético e expressivo. Assim se definem os *fatos jornalísticos*:

Assim como cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha, a *notícia* é a unidade básica de informação do jornalismo. São os fatos jornalísticos, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

Nas redações, a margem criativa é sufocada por fatores diversos como os prazos, os *deadlines*, a centimetragem ou o próprio desinteresse do repórter. Talvez, apenas quem tenha passado pela experiência de fechamento de um jornal diário possa reconhecer o valor utilitário dos padrões que norteiam às técnicas de produção textual. Há casos em que somente o lide salva. Entretanto, o jornalismo não é comunicação pura. Como descreve Genro Filho (2012, p. 195), trata-se de uma forma de propor leituras de mundo, de compor a partir dos fatos. Embora a objetividade seja uma das características mais reforçadas nos discursos de legitimação deste fenômeno, os componentes subjetivos que perpassam todas as produções humanas estabelecem linhas de fuga que delimitam, estriam, a prática. “Isso quer dizer que há uma certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente”. O enaltecimento da técnica – que aproxima as redações jornalísticas das

linhas de montagem fordistas – homogeneíza os textos e destitui de valor efetivo a assinatura que acompanha a notícia ou a reportagem. Na produção diária de notícias, a noção de estilo perde seu sentido. Todavia, a potência criativa humana – presente na filosofia, na arte e na ciência (DELEUZE; GUATTARI, 2012) – também têm condições de se realizar no jornalismo. Isso não significa um abandono das técnicas, mas seu uso a favor da criação. Cabe notar que no sentido geral e original, técnica e arte são equivalentes. Ambas provêm da palavra grega *τέχνη* e compreendem “todo conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer” (ABAGNANO, 1998, p. 81).

Existe, portanto, uma técnica jornalística. Veículos hegemônicos como a Folha de S. Paulo ou o Estadão a confirmam em manuais que formatam, em última instância, o que é jornalismo. Se por um lado, eles trazem normas e recomendações que servirão a nortear o trabalho de seus funcionários – e muitas dessas informações serão úteis aos profissionais –, o manual também impõe um modo de fazer, uma padronização, que se baseia nas concepções sociais, econômicas e simbólicas do veículo – ele também é um instrumento de poder. Em seu Manual de Redação, a Folha de S. Paulo indica que as edições passaram por uma flexibilização em contraste com aquelas publicadas em 1984 e 1987, consideradas mais impositivas. No entanto, como já foi visto, o controle costuma vir acompanhado de uma falsa ideia de liberdade. O manual é um dispositivo que referenda a hegemonia de um grupo e o que ele oferece são técnicas para a produção jornalística em uma percepção massiva, que corresponde aos modos de subjetivação de um dado veículo. Não se trata de estabelecer juízos de valor, mas perceber o papel da técnica na estruturação dos poderes que investem o campo jornalístico. Uma passagem chama a atenção no Manual da Folha de S. Paulo (2012, p. 19) por demonstrar como a noção de controle apresentada por Deleuze é presente no modelo capitalista de produção de notícias por ultrapassar os limites da “linha de montagem”. No tópico em que se discute a importância do planejamento para a realização de um bom trabalho, afirma-se:

Anotações feitas em pedaços de papel que poderão se perder, mesas desarranjadas, desinteresse em ouvir as pessoas, má vontade com relação a obrigações elementares da profissão, como atender o telefone e checar as mensagens eletrônicas, incapacidade de dispor de tempo para se atualizar por meio de livros, filmes, cursos e palestras, perda de contato com a vida concreta de sua cidade e de seu país – tudo isso tende a contribuir para a deterioração da capacidade investigativa e crítica do jornalista (MANUAL, 2011, p. 19).

O controle não cessa quando o indivíduo deixa a redação, ele se mantém mesmo fora dos espaços tradicionais de domínio disciplinar. É como Deleuze (2013a, p. 228) escreveu: “O controle é de curto prazo e rápida rotação, mas também contínuo e ilimitado (...)”. Outros discursos ainda se colocam de modo a delimitar a produção. Um deles, talvez o mais presente, é o da objetividade. No entanto, o que ela sugere senão a tentativa de aniquilação total do sujeito que escreve? A pergunta não é se isso é possível, mas por que esse discurso se tornou tão necessário à autolegitimação do jornalismo. Genro Filho (2012) argumenta que muitos críticos se levantaram contra essa característica quase metafísica, contudo, os motivos que os fizeram se inquietar foram errôneos por não atingirem os aspectos epistemológicos e ontológicos do problema. A ideia de “informação objetiva” não pode conviver com uma perspectiva crítica ao capitalismo. O ato criativo, deve-se ressaltar, é produzido no limiar estreito em que processos de subjetivação e individuação, disciplina e controle, são rompidos por um ímpeto singular de extensão variável. As normas e recomendações de um veículo hegemônico aos repórteres, visando sempre a maior objetividade possível, não deixam de ser também uma forma de calar vozes singulares: não é o jornalista que fala, mas o veículo. Uma verdadeira guinada crítica em torno do problema da objetividade não significa assentir sua inevitabilidade, mas confiar na potência criadora de outras ações.

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

Essa ideia de jornalismo informativo e objetivo começou a se esboçar a partir da segunda metade do século XIX, quando Estados Unidos e Europa protagonizaram a expansão mundial do capitalismo e o desenvolvimento tecnológico que ofereceu inovações ligadas direta e indiretamente à reprodução e circulação de informações: o telégrafo, a rotativa, o cabo submarino, a linotipo, a fotografia e mesmo o cinema surgem na passagem entre os séculos XIX e XX. Também é nesse período que se vê o aumento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento dos correios, fatores que propiciaram a maior circulação de jornais impressos – o que desencadeia o barateamento dos exemplares e a publicidade

como modo de financiar os jornais. De acordo com Rangel (1981, p. 91), “até então o jornalismo era um instrumento nas lutas sociais e políticas, identificado com os partidos, difusor de opiniões, escritos em estilo literário”. A informação, até aquele momento, era apenas uma das unidades de conteúdo presentes nas páginas dos periódicos. Mas a medida que o sistema econômico e social se desenvolve, textos sobre acontecimentos cotidianos passam a ter lugar nos jornais que circulam pelos centros urbanos. Instaura-se um novo problema: “A necessidade do jornalismo informativo envolve, portanto, essa contradição entre cidadania real e, digamos, a ‘cidadania potencial’ que é constituída pelo capitalismo” (GENRO FILHO, 2012, p. 179).

Fatos incomuns e o sensacional, tudo aquilo que rompe com a regularidade cotidiana, representam para o jornalismo o surgimento de um novo público-leitor, que é afetado diretamente por uma radical mudança nas dinâmicas sociais. É a partir da segunda metade do século XIX que começa a se construir uma complexa rede de determinações envolvendo os indivíduos e a sociedade, responsável por condicionar obrigações e direitos “que tencionam no sentido da igualdade formal como garantia da desigualdade real” (GENRO FILHO, 2012, p. 178). De acordo com o autor, a cidadania no capitalismo desenvolvido é uma condição histórica real e efetiva, atrelada a uma relação jurídico-formal imaginária que implica na igualdade. Essa ambivalência está encarnada no jornalismo informativo, pois como afirma, existe um preceito de universalidade que conflita com as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Por um lado, o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Não se trata, então, de carências meramente subjetivas ou ideológicas dos indivíduos que, através do jornalismo, teriam reforçada sua condição imaginária de cidadania. Por outro lado, em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social (GENRO FILHO, 2012, p. 180).

Desse modo, o autor de *O Segredo da Pirâmide* ressalta que o jornalismo, desde sua criação, pode ser tanto um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante – e desse modo, reforçar determinadas condições imaginárias de cidadania, facilitando a adesão dos indivíduos e das classes ao sistema –, quanto

um espaço de luta política e social aberto a todos os agentes sociais. É uma resposta possível ao problema colocado por Traquina (2005). “É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa”, explica Genro Filho (2012, p. 180). No entanto, ele prossegue e ressalta que também é possível que essa prática abra brechas “para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes”. O cenário apresentado como o do desenvolvimento do jornalismo informativo era marcado não somente pela grande disparidade de renda entre os grupos molares da sociedade⁴¹, mas também pela falta de acesso aos meios de produção da informação. Um século depois, as questões da desigualdade econômica ainda são centrais à história da humanidade, mas é inegável que a informação passou a ser produzida por milhares de novos agentes. A tecnologia digital reduziu custos para a produção e circulação jornalística. Embora o problema da hegemonia dos grandes grupos de comunicação ainda esteja longe de ser superado, a multiplicação de veículos independentes, *blogs*, grupos de discussão, páginas em redes sociais, entre outros, permite o surgimento de novas vozes na esfera midiática. Esses meios alternativos, por vezes, desmascaram as mazelas existentes em classes que não se viam representadas entre os grupos hegemônicos. Eis sua importância.

A alvorada da história do jornalismo de resistência no Brasil data, justamente, do início do século XIX. Em 1808, Hipólito José da Costa realiza uma das primeiras desterritorializações do campo jornalístico ao editar, em Londres, o *Correio Braziliense*⁴². Considerado o primeiro jornal brasileiro, era produzido sob duras con-

⁴¹ Para Hobsbawm (1989), a constante evolução tecnológica no século XIX tornou o mundo demograficamente maior, geograficamente menor e mais global. No entanto, embora sempre tenham havido regiões ricas e pobres, a defasagem entre os países ocidentais e o restante do mundo se ampliou, nesse período, de maneira rápida. “By 1880 the *per capita* income in the ‘developed’ world was about double that in the ‘Third World’, by 1913 it was to be over three times as high, and widening” (HOBSBAWN, 1989, p. 15). O autor ressalta que o problema continuou a se agravar. Em 1970, a diferença era de 1 para 7. Entre as principais razões para esse abismo estava a tecnologia, um problema não só econômico, mas político. Um século depois da Revolução Francesa havia se tornado evidente que países pobres e atrasados podiam ser facilmente derrotados e, mesmo que fossem muito extensos, poderiam ser conquistados em razão da inferioridade técnica de seus armamentos.

⁴² De acordo com Morel (2008), o *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa se opunha de fato ao governo da época e ao seu principal veículo, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. No entanto, uma comparação mais atenta demonstra que haviam pontos de convergência entre os dois veículos: “Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração” (MOREL, 2008, p. 31). Embora estivessem em lados opostos, os dois veículos estavam inseridos no mesmo contexto político e, sobretudo, simbólico.

dições. O criador vivia em exílio e o veículo chegava ao país de maneira clandestina “porque assim era distribuído no Brasil para escapar da censura da Corte” (CARVALHO, 2011, p. 10). O que havia, no período, era uma colônia portuguesa e a criação de um jornal brasileiro representa, justamente, um ato de resistência ao poder constituído da época. Não deixa de ser curioso que a “imprensa nacional” tenha se formado a partir desse gesto. O veículo continuou a ser editado até dezembro de 1822. Hipólito compreendia que a independência tornara seu periódico desnecessário – mesmo que ele fosse contrário ao processo. Em vez de se atrelar aos novos poderes que se constituíam no momento, preferiu acabar com o jornal. No entanto, os rumos tomados após a declaração de D. Pedro I continuaram a ser margeados por figuras contrárias à Coroa. É o caso de Cypriano Barata e o jornal *Sentinela da Liberdade*, lançado em 1823, que levou seu editor à prisão em Recife por sete anos. Sucessivamente, outros jornais surgiriam nas principais cidades brasileiras, capitaneados por figuras contrárias aos regimes de poder que se instalavam.

Alternativos, clandestinos, subversivos. Como se vê, a imprensa na antiga Terra de Vera Cruz sempre foi povoada por movimentos contestatórios ao poderio que se constituía, à mídia tradicional e ao *status quo*. Essas ações não diminuíram no século seguinte, intensificando-se sobretudo no período do Regime Militar que governou o país entre 1964 e 1988. São inúmeros os veículos que surgem e desaparecem, os “nanicos”, opondo-se à grande imprensa com humor, denúncias e ataques ao autoritarismo da época. *O Pasquim*, lançado em 1969, foi um dos mais longevos e seguia à risca a receita contestatória. Houve exemplar com vendas acima de 100 mil exemplares, como é o caso da edição que trazia na capa a frase “Todo paulista que não gosta de mulher é bicha”. A provocação bem-humorada, no entanto, abria espaço para textos sobre André Gide, Jean Genet, Oscar Wilde, entre outras figuras da arte, conhecidas por seu posicionamento contracultural e sua homossexualidade.

Figura 8: Capa do semanário *O Pasquim*

Fonte: <<http://www.webmanario.com/>>

Sobre o jornalismo feito nesse período, o jornalista e produtor cultural Vladimir Sacchetta define:

Criada por jornalistas, muitas vezes agrupados em cooperativas, com estrutura enxuta e à margem do esquema industrial, a imprensa alternativa pós-64 ousou e desenvolveu um informalismo criativo. A prática do jornalismo opinativo, uma de suas facetas mais marcantes, seria a principal fonte de problemas com os militares. Resistindo valentemente ao cerco da censura, não poucas vezes sem baixas, deu vida a títulos que foram do humor à política, passando pela cultura acadêmica e pela contracultura, pelos costumes e pelos movimentos sociais, entre outros segmentos (SACCHETTA, 2011, p. 36).

Em paralelo aos jornais alternativos, vendidos nas bancas ao lado de veículos tradicionais, a imprensa clandestina era considerada inimiga do regime e existia às margens do circuito. No caso de jornais como *Classe Operária*, *Novos Rumos*, *Libertação* – produzidos por grupos da esquerda brasileira como partidos, organizações civis e grupos da luta armada – o objetivo principal era o combate à Ditadura Militar mais que a narração dos fatos. Dos modos de produção aos meios de circulação, tudo era improvisado – de modo a garantir a sobrevivência do jornal e daqueles que o realizavam. “(...) Reuniões de pauta em cemitérios, jornais impressos em grá-

ficas escondidas sob caixas d'água, distribuídos furtivamente de mão em mão, lançados ao vento em panfletagens de alto risco", explica Oliveira (2011, p. 101), sob o modo como os jornais clandestinos se mantiveram ativos. Na ilegalidade, os veículos produzidos por tais grupos aprofundavam o confronto micropolítico e denunciavam o poder disciplinar presente no autoritarismo soberano dos governos militares que se sucediam no Brasil. Cada um à sua maneira, os veículos clandestinos e alternativos traziam para o campo social informações que eram censuradas, modificadas ou ignoradas pelos meios tradicionais.

Embora o período da Ditadura Militar tenha intensificado a produção de jornalismo de resistência, o fenômeno se manteve durante os anos de abertura. Na contemporaneidade, as vozes dissonantes da grande mídia seguem ativas e multiplicam-se pelas redes digitais. O levantamento "O Mapa do Jornalismo Independente"⁴³, da *Agência Pública*, registrou mais de 100 veículos criados e alimentados por jornalistas brasileiros na internet. São projetos dos mais variados. Para citar alguns: a revista on-line *Capitolina*, criada em 2014, é voltada para o público adolescente feminino. "Criada por jovens, tem a intenção de estabelecer um diálogo honesto com as leitoras, de forma inclusiva, sem restrições de classe social, raça, orientação sexual e aparência física", descreve o mapeamento. Outro projeto é a agência *Volt Data Lab*, também de 2014, que se dedica à produção de reportagens e investigações a partir de dados. As pautas tratam de temas como direitos humanos, política, economia, desenvolvimento social, questões ambientais, mídia e tecnologia. O coletivo *Desacato* também está inserido no levantamento. Fundado em 2011, é definido como uma "cooperativa de jornalistas, produtores culturais, técnicos em informática, profissionais em áreas específicas, tradutores, cinegrafistas, fotógrafos, designers, publicitários e editores". Os projetos são realizados em diversas regiões do país. Todos experimentam formas de financiamento distintas da publicidade tradicional que vão do crowdfunding à produção sob demanda. Nesse sentido, eles se aproximam de um dos aspectos que apontados por Felipe Pena (2012, p. 168):

⁴³ Em março de 2016, a Agência Pública de Jornalismo publicou o "Mapa do Jornalismo Independente", um levantamento sobre as novas iniciativas de mídia no Brasil. Em seu lançamento, o projeto trazia informações sobre 70 veículos que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. O intuito é construir uma rede colaborativa, portanto, usuários da internet podem sugerir novos veículos, que serão inseridos no mapa, desde que cumpram os critérios metodológicos estabelecidos pela agência. Disponível em <<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html>>. Acessado em 02/05/2016.

O que chamo de jornalismo de resistência consiste na aplicação prática de preceitos ligados à função social da profissão. Ou seja, resistir à concepção mercadológica de jornalismo. Nada a ver com a pretensão de transformar a sociedade pela via revolucionária, o que produziria distorções e recairia numa concepção teórica instrumentalista. Muito menos com a interpretação messiânica de alçar o jornalista à categoria de salvador da pátria. Não estou defendendo uma prática marxista de produção noticiosa (...). Mas também não me contento com a classificação da notícia como simples mercadoria ou com as limitações das rotinas produtivas. Acredito nas possibilidades de construção social da realidade através do jornalismo e ainda vejo no profissional da imprensa um papel importante nessa dinâmica.

O autor oferece um caminho para a compreensão do fenômeno, entretanto, como foi diagnosticado no primeiro capítulo, a resistência é um processo complexo, envolto em uma série de variáveis que garantem espaços de luta para as minorias. A partir da leitura guattariana, o que está em jogo é uma revolução molecular – distinta do que propõe o marxismo – que visa a potencialização dos sujeitos em uma ordem social de controle (GUATTARI, ROLNIK, 1996). Todos os veículos apresentados trabalham com estratégias diversas. Tentar definir sua resistência por características em comum é um desvio na compreensão do conceito. Se há alguma unidade é a seguinte: o jornalismo nômade age por desterritorialização. Isso significa que resistir também pertence ao plano do *devir*. Ele se produz na desterritorialização dos processos molares jornalísticos – propondo outros meios de financiamento, a abolição da hierarquia, novas práticas de redação, outros usos da técnica, uma aproximação aos movimentos sociais. Desse modo, vozes unívocas passam a reverberar além da grande mídia. Uma característica comum aos veículos citados, sejam eles pertencentes à imprensa alternativa, clandestina ou independente, é a capacidade de promover discursos diversos àqueles constitutivos do senso comum. Esse processo é conhecido como *contracomunicação*. Trata-se de um ponto essencial para a compreensão de como esses veículos resistem aos discursos encráticos que conformam a *doxa* (BARTHES, 2012). Ciro Marcondes Filho (2011, p. 81) o define como:

A atividade de fornecer informações de natureza distinta, às vezes oposta às informações dos grandes veículos estabelecidos de comunicação, e proporcionar uma outra interpretação dos fenômenos políticos e sociais, uma interpretação voltada mais para os interesses dos grupos dominados da sociedade (...).

A resistência no jornalismo pode se dar em diversos níveis – individuais, sociais, políticos, deontológicos, estéticos, etc. –, mas sua produção sempre assumirá o papel contracomunicativo na esfera pública. Isso porque se opera a partir da produção de *contrainformação*, que não significa a superação da palavra de ordem como se poderia fazer na arte, mas a inversão ou a inserção de outras palavras em meio aos discursos sociais que se constroem por meio da mídia. De acordo com Marcondes Filho (2011, p. 81), a contracomunicação se realizou historicamente em dois níveis distintos: de um lado, a contrainformação *oficial*, uma resposta dos partidos socialistas e comunistas conflitante à informação burguesa; por outro lado, havia ainda a contrainformação *espontânea*, “caracterizada pelas diretrizes independentes e muitas vezes em conflito com a política e a orientação partidária de esquerda”. A análise do pesquisador se apoia nos movimentos políticos e sociais da primeira metade do século XX, que ganham força com as propostas da Nova Esquerda que se desenvolve a partir das lutas estudantis-operárias do final da década de 1960 – momento de enfretamento do poder disciplinar. O cenário apresentado no artigo *Contracomunicação Oficial e Espontânea*, publicado originalmente em 1982, carrega algumas diferenças marcantes em relação ao campo da comunicação nesta segunda década do século XXI. Porém, há exemplos que dialogam com a mídia contemporânea. Um desses casos é o das Rádios Livres italianas, que jogaram luz sobre os conflitos político-ideológicos entre as formas de contracomunicação oficial e espontânea no país durante a década de 1970.

De acordo com Marcondes Filho (2011), as rádios democráticas surgiram com o objetivo de derrubar o monopólio estatal da informação na Itália. Segundo ele,

Trata-se de pequenas estações de rádio montadas em bases rudimentares e com pouco capital que procuravam, ao estilo das ‘rádios piratas’, interferir na veiculação radiofônica apresentando, em termos de contrainformação, notícias normalmente sonegadas pelos grandes veículos burgueses de comunicação, outras versões de incidentes ou fatos políticos, comentários e discussões, e principalmente propondo a consolidação e o fortalecimento das instituições não burguesas muito além da posição do PCI (MARCONDES FILHO, 2011, p. 85).

Para reprimir tais ações, o governo italiano utilizou de meios diversos, sobretudo, invasões policiais e apreensão de equipamentos técnicos. No entanto, mudanças na legislação em 1975 e supressão no monopólio de informação da *Radiotelevisione Italiana* (RAI) – um órgão público controlado por uma sociedade de acioná-

rios –, permitiram que as rádios livres funcionassem sem tanta repressão. Contudo, o autor alerta que, embora a luta tenha sido empreendida pelos veículos de comunicação, a abertura do mercado fez favorecer o setor privado. As grandes empresas de rádio e televisão “igualmente interessadas na quebra do monopólio estatal da radiodifusão, se usam das vitórias políticas das Rádios Livres para, elas também, dominarem o setor e liquidarem com as rádios públicas e alternativas” (MARCONDES FILHO, 2011, p. 86). Apesar de parte desses veículos terem sido extintos, alguns se mantiveram por décadas, como é o caso da *Radio Popolare*, em Milão, e a *Controradio*, em Florença. Segundo Downing (2004), estes dois exemplos demonstram como as *mídias radicais* podem ser longevas, com suas estruturas autogeridas e o baixo orçamento com o qual precisam manter suas atividades. Os movimentos de resistência na mídia trabalham em oposição tanto ao governo quanto à grande mídia burguesa, ou seja, dois dos principais meios para a construção de uma hegemonia. O conceito de contrainformação significa, de acordo com Fadul (2011, p. 38), “práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam para a instalação de uma nova hegemonia”.

Essa palavra *hegemonia* tem aparecido com frequência neste trabalho e, embora não seja o objetivo dissecá-la, também é impossível evitar maiores explicações a seu respeito. A palavra chega ao vocabulário teórico do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci por meio da leitura de Lênin. O sentido utilizado por ambos vem do grego: *egemonía* era utilizada para indicar o poder absoluto que chefes militares, conhecidos como *egémones*, tinham perante a sociedade. No pensamento de Gramsci (2007, p. 48), o termo define a capacidade de uma classe dominar outras não apenas pelo uso da força, mas por exercer liderança moral e intelectual sobre o que determinado bloco histórico. Em suas palavras, “(...) se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”. Com base nesse conceito, o autor diferencia dois planos, a sociedade civil e a sociedade política – o Estado. Os grupos dominantes exercem a hegemonia no primeiro, enquanto o governo jurídico estabelece um domínio direto ou comando. Diferentemente da coerção estatal assegurada legalmente e desempenhada por seus agentes, o consenso “espontâneo” nasce historicamente do prestígio e da confiança obtidos pelos dominantes em razão de sua posição e função no

mundo produtivo (GRAMSCI, 2001). Não se trata de um grande esforço intelectual perceber a relação presente entre o conceito gramsciniano e a produção da mídia de massa. Por ser controlada pelos detentores do poder simbólico, ela reproduz as chaves que confirmam sua liderança cultural. Também é inevitável relacionar essa noção aos modos de produção da subjetividade capitalística, conceito elaborado por Guattari (1996).

É possível encontrar aproximações entre o pensamento de Deleuze-Guattari ao de Gramsci, sobretudo no pensamento anglófono ligado ao campo dos estudos culturais. Em um artigo iniciado em 2008 e que nunca foi finalizado, o professor da *University of East London*, Jeremy Gilbert defende a possibilidade de relacionar conceitos de ambos os pensadores para consistentes análises teóricas. Ele afirma:

De um certo ponto de vista, o núcleo do projeto que Gramsci empreende em suas obras mais conhecidas é precisamente o mesmo empreendido em “Capitalismo e Esquizofrenia”: mapear as dinâmicas mudanças do poder dentro do campo social do capitalismo no século XX, desenvolvendo ferramentas conceituais para a análise e para a potencial transformação das relações sociais resultantes.⁴⁴

Segundo Gilbert, existem disparidades que não podem ser superadas entre as obras de cada autor, mas em ambas a complexidade e a relativa intervenção das relações sociais é enfatizada. Outro aspecto de proximidade é a perspectiva dos autores ao destacar a dependência de quaisquer formações sociais sobre relações dinâmicas de força, conferindo assim uma certa prioridade lógica à política na constituição dos vínculos sociopolíticos. Finalmente, é ressaltado como um dos principais pontos de convergência o fato de que para Gramsci, o conceito de hegemonia não se apoia em nenhum princípio transcendental. Ao contrário, ele implica a imanência do poder à sociedade e aos processos que lhe são inerentes. A regulação e a organização do *desejo* dentro do capitalismo também parece ser um tema que instiga todos esses autores. Todavia, ainda há uma questão a ser respondida: “há algum lugar, ou alguma necessidade, para a noção de *hegemonia* nos esquemas analíticos

⁴⁴ “From a certain perspective, the core project which Gramsci undertakes in his best-known writings is precisely the same as that undertaken in *Capitalism and Schizophrenia*: to map the changing dynamics of power within the social field of twentieth-century capitalism, developing conceptual tools for the analysis and potential transformation of the resultant social relations” (GILBERT, 2008, p. 3). A tradução é nossa.

desenvolvidos por Deleuze & Guattari (...)”⁴⁵? Antes de responde-la, o autor pontua que há controvérsias no entendimento do conceito gramsciniano e um dos principais é a confusão feita entre as ideias de “domínio” e “liderança” quando se trata da questão. E, para ele, o termo-chave é “liderança”. “O pior hábito em todo comentário anglófono sobre Gramsci é a tendência a descrever hegemonia como uma forma ou modo de dominação”⁴⁶. Embora a preocupação sobre a natureza social e política da dominação seja central às reflexões do filósofo italiano, o conceito de hegemonia não corresponde apenas a isso.

Para Gramsci, de acordo com Gilbert (2008), a hegemonia é inerentemente complexa, precária, contingente e temporária, ainda que deva sempre trabalhar para a estabilização das relações de poder. Em outras palavras, é o elemento que não pode ser reduzido à coerção física – seja ela direta ou institucionalizada. Logo, o filósofo não pode conceber essa noção sem que ela esteja atrelada ao consentimento – passivo ou ativo – dos grupos subalternos aos dominantes. Gilbert acredita que, embora a questão do consenso esteja ultrapassada, ainda é possível utilizar os referenciais ofertados pro Gramsci. Trata-se, sobretudo, de um conceito que se inscreve em uma zona de indiscernibilidade entre poder e saber – para usar o vocabulário de Foucault (2014b). Dada a complexidade oferecida pelo pensamento gramsciniano, a questão da necessidade da ideia de hegemonia para Deleuze-Guattari é supérflua, mas não se pode deixar de perceber traços comuns. “*Hegemonia*, então, nomeia precisamente o ponto em que, simultaneamente, o plano molar e a maioria são alcançados”, argumenta Gilbert (2008) em outro ponto. Adiante, ele ressalta: “Em outras palavras, hegemonia designa a capacidade de um conjunto em particular de exigências se desterritorializarem e se reterritorializarem à custa de outros”⁴⁷. Há espaços de ressonância da teoria gramsciniana no pensamento produzido conjuntamente entre Deleuze e Guattari, que se acentua em conceitos como o de “campo molar” ou “espaço estriado” propostos em *O Anti-Édipo* e *Mil Platôs*.

⁴⁵ “(...) is there any place, or any need, for a notion of *hegemony* in the analytic schemas developed by Deleuze & Guattari (...)” (GILBERT, 2008, p. 5).

⁴⁶ “The single worst habit in all Anglophone commentary on Gramsci is the tendency to describe hegemony as a form or mode of *domination*” (GILBERT, 2008, p. 5).

⁴⁷ “*Hegemony*, then names precisely the point at which, simultaneously, molarity and majority are achieved (...). In other words, it designates the capacity of a particular set of demands to deterritorialise and reterritorialise at the expense of others” (GILBERT, 2008, p. 14).

Fazer com que outras palavras de ordem entrem em circulação, de modo a questionar, negar ou subverter aquelas produzidas pelos grupos dominantes é o meio pelo qual a contracomunicação se coloca em posição de enfrentamento à hegemonia. A contrainformação, no entendimento do pensador italiano Pio Baldelli (*apud* Fadul, 2011, p. 38), pressupõe um processo que visaria “garantir a circulação de informações sobre situações de classe, à margem dos canais controlados pelo poder constituído e também utilizando espaços que as contradições da burguesia oferecem no seio desses canais”. Uma vez que os meios de comunicação de massa ainda são considerados as formas mais eficazes para a manutenção da hegemonia burguesa (SILVA, C. E. L., 2011), as mídias livres que eclodem, sobretudo na internet, podem ser uma resposta à altura capaz de reterritorializar o jornalismo a partir de eixos emancipatórios. Não deixa de carregar alguma comicidade a compreensão de que apesar das classes dominantes não abrirem mão do controle sobre os meios de comunicação de massa, as novas tecnologias democratizaram o acesso aos meios de produção e divulgação de informações – mesmo que ainda hoje dados demonstrem que apenas uma pequena fatia da população pode utilizar os meios digitais⁴⁸.

Com a produção de contrainformação abrem-se fendas nos discursos hegemônicos, permitindo a passagem formas distintas de pensar e existir no mundo, de devires-minoritários. Deleuze (2013b, p. 396) acredita que nem toda a forma de contracomunicação é efetiva enquanto ato de resistência. “E o ato de resistência não é informação nem contrainformação. A contrainformação só é efetiva quando ela se torna um ato de resistência”. O que isso pode significar para o jornalismo? O filósofo francês vê na linguagem uma potência revolucionária. Seus estudos sobre literatura, cinema e artes plásticas são pertinentes a essa ideia. Uma vez que o domínio também se realiza por meio dos discursos que compõem a *doxa*, é inevitável a criação de linhas de fuga como meios de resistência. É o caso do jornal citado anteriormente, *O Pasquim*, que soube resistir por meio do humor, mesmo sem desconsiderar elementos intelectuais. Por meio da blague, o jornal captura o olhar e estabelece a

⁴⁸ De acordo com o relatório *The State of Broadband 2015* da Comissão de Banda Larga das Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em setembro de 2015, cerca de 57% da população mundial não tem acesso à internet, o que equivale a mais de quatro bilhões de pessoas. Nos países mais pobres, 90% das pessoas não podem se conectar à rede mundial de computadores. Por outro lado, no Fórum Econômico Mundial, de 2011, foi revelada uma pesquisa que demonstra que 70% a 80% dos usuários da rede consideram que o acesso à internet deveria ser um direito fundamental a todos. (THE STATE, 2015).

diferença. É o que acontece em outro exemplo citado aqui, que diz respeito à diferença produzida pelo site *Jornalistas Livres*, em meio à redundância das manchetes dos principais periódicos brasileiros. Parafraseando Deleuze, pode-se afirmar que não há ato de resistência que não faça apelo a novas formas de existir.

Somente por meio destes que resistem, dos *outsiders*, dos arautos da contracultura, torna-se possível a criação de uma rede de multiplicidades. “O senhor das metamorfoses se opõe ao rei hierático invariante”, assomam Deleuze e Guattari (2011a, p. 60). A contracomunicação não é o inverso da palavra de ordem, mas a manutenção ou o destaque de sua potencialidade revolucionária tomada por meio de um aspecto que lhe é constitutivo: a fuga. Este *devenir* constitui a resistência possível no jornalismo, sem que ele se torne literatura ou sem que se abandone completamente a linguagem invariante. Resistir é sempre singular, cada um o faz a sua maneira. Nesse sentido, é também um ato criativo que parte, sempre, de um desvio. O que também cabe notar é que essa variação contínua não distingue forma de expressão e forma de conteúdo, uma vez que esses planos são inseparáveis. “Nesse momento, a relatividade de suas distinções está plenamente realizada no plano de consistência onde a desterritorialização devém absoluta, desencadeando o agenciamento” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 61). A piada na capa de *O Pasquim* não existiria sem o contraste estético proporcionado pela diagramação. O humor, que poderia soar pejorativo, perde sua agressividade ao ressaltar que o conteúdo estará repleto de “bichas”, representantes da alta cultura daquele período.

2.3. JORNALISMO NÔMADE COMO MÁQUINA DE GUERRA

“Considerem que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade” (FOUCAULT, 1993, p. 199). Essa é uma das considerações feitas por Michel Foucault sobre a leitura de *O Anti-Édipo*, primeiro volume de *Capitalismo e Esquizofrenia*, obra que estabelece as bases de troca entre Deleuze e Guattari. Foucault (1993) acredita que esse é um dos princípios essenciais do livro. Mas o que significa ser “nômade” para o pensamento deleuze-guattariano? A produção destes dois autores é marcada por algumas imagens que se afirmam como modelos para o pensar

e o nomadismo é uma das forças motoras dessa *geofilosofia*⁴⁹, assim como o rizo-
ma, a multiplicidade ou as minorias. O nômade, para eles, é o desterritorializado por
excelência. “Ele é o vetor de desterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.
56). É constituído por um movimento de fuga, de esgotamento, que é ao mesmo
tempo signo da potência presente nos grupos que evadem às fronteiras do Estado e
do capitalismo. Os povos nômades são, portanto, uma das inspirações que constitu-
em essas máquinas de pensar estabelecidas por Deleuze-Guattari, mas engana-se
quem imagina encontrar nas páginas escritas por eles qualquer argumentação mon-
tada sobre fatos históricos ou entidades empíricas. As propostas se baseiam sobre-
tudo em axiomas, e o nômade encontra centralidade nesse discurso por evocar a
dinâmica entre os grandes grupos molares e os devires-minoritários que os enfren-
tam. A título de esclarecimento, o que se pretende não é desenvolver a ideia de co-
mo seria um jornalismo produzido por comunidades nômades, mas associar a lógica
da *nomadologia* de Deleuze e Guattari à produção jornalística, de modo a rasgar
fendas pelas quais a prática pode escapar aos modelos tradicionais de mídia.

O que queremos dizer, na verdade, é que os corpos coletivos sempre têm
frangas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquina de guerra,
sob formas por vezes muito inesperadas, em agenciamentos determinados
tais como construir pontes, construir catedrais, ou então emitir juízos, ou
compor música, instaurar uma ciência, uma técnica (DELEUZE; GUATTARI,
2012b, p. 34).

Compreende-se o jornalismo como um corpo coletivo, uma vez que se tra-
ta de um organismo diferenciado e hierarquizado, dispondo do monopólio de um tipo
específico de poder (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Como foi visto anteriormente,
essa função é a de informar, o que nos termos dos autores se relaciona à reprodu-
ção, à divulgação e à circulação de palavras de ordem. Seguindo essas indicações,
considera-se que as minorias também estão presentes nesse campo e, portanto, há
constituição de máquinas de guerra, que se colocam em marcha contra as estru-
tu-

⁴⁹ O conceito de *geofilosofia* é uma das contribuições mais originais oferecidas por Deleuze e Guatta-
ri. Embora se trate de uma formulação tardia ao pensamento dos autores, essa noção envolve um
campo complexo de problemas presentes nos dois volumes de *Capitalismo e Esquizofrenia*, sobretu-
do em *Mil Platôs*. Com a tentativa de fugir do pensamento metafísico, os autores delineiam “um cam-
po de constituição do pensamento, em particular em sua relação com as condições de um meio social
geográfico como plano de imanência absoluto do pensamento” (SANTOS, 2013, p. 48). Neste senti-
do, a maneira de produzir filosofia de Deleuze e Guattari é marcada por noções como “campo”, “regi-
ão”, “território”, “fora”, “relações de poder” ou “espaços heterogêneos” para citar aqueles mais presen-
tes.

ras da mídia hegemônica. “Seria preciso falar também de uma aptidão, mesmo caricatural, mesmo muito deformada, de constituir-se como máquina de guerra, opondo ao Estado outros modelos, um outro dinamismo, uma ambição nômade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 33). Logo, essa ação subversiva é prevista pela maneira como os agrupamentos molares e moleculares se animam, se chocam e se reconstituem. Sem movimento, o nômade inexistente. É sua agilidade que o define, sobretudo em comparação à estagnação de todos os grupos majoritários – a mídia tradicional não pode se atualizar na mesma velocidade que as experimentações minoritárias, insurgentes, sobretudo por estar inserida em um circuito complexo de trocas econômicas, simbólicas e sociais. O corpo molar pretende a conservação antes de tudo.

O contraste de dois exemplos trazidos por Deleuze e Guattari elucida a questão de maneira curiosa. Os autores citam tipos diferentes de jogos: o xadrez e o *go*. O primeiro seria um jogo de Estado, com peças codificadas que têm uma natureza interior e propriedades intrínsecas ditadoras da maneira como se movimentarão pelo tabuleiro. No segundo, as peças representam figuras anônimas, que podem se movimentar livremente de acordo com a estratégia traçada para garantir a conquista do objetivo: o domínio do espaço. Nesse sentido, o xadrez é uma semiologia, cada uma de suas peças é um sujeito de enunciação junto ao jogador, que precisa dominar aquela *gramática* para agir e vencer. Os peões do *go*, por sua vez, são elementos de um agenciamento maquínico não subjetivado. O jogador não pode planejar de antemão como utilizará as peças, elas se adequam à cada situação. Enquanto o xadrez trabalha com relações de interioridade, o *go* se baseia nas de exterioridade.

O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do *go*, ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia, enquanto o xadrez é uma semiologia. (...) No *go*, trata-se de distribuir-se num espaço aberto, ocupar o espaço, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto: o movimento já não vai de um ponto a outro, mas devém perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada. Espaço “liso” do *go*, contra espaço “estriado” do xadrez. *Nomos do go contra Estado do xadrez, nomos contra polis* (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 14).

No campo jornalístico, a mídia tradicional se perpetua como o xadrez. Ela se fecha em um espaço estriado, no qual as subjetividades são moduladas e reproduzidas por meio de controle. Nenhum grupo de mídia se tornaria hegemônico se permanecesse nômade. A sedentarização é um meio de conservar o poder. Fixar-se

é imperativo e acompanhado da produção de ideais, de regras, de *manuals de redação*. Se existe uma mídia hegemônica, detentora de poder e controle, é porque se formou historicamente um campo molar a partir de estratégias que preveem o domínio econômico, social e tecnológico. Um espaço sedentário é estriado, delimitado, por meio da conquista e da criação de dispositivos de poder: discursos de autolegitimação, padrões estético-expressivos, códigos deontológicos. Todo campo que prevê unidade – principalmente pela aniquilação da multiplicidade – é construído a partir da tomada violenta de um espaço. No entanto, toda a produção não passaria de reprodução caso não houvesse a insurgência nômade dos devires-moleculares, dos pequenos agrupamentos, da resistência. Mas os grupos hegemônicos, molares, agem por captura, estratégia semelhante à do Estado: “Com efeito, sempre que possível, o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda a sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 63). As experimentações da mídia nômade podem ser apreendidas pelos grupos hegemônicos de comunicação, tornando-se ferramentas. Essa captura, contudo, não significa transformação, mas conservação.

Se a proposta desse trabalho é pensar a resistência na comunicação, sobretudo nas redes digitais, o paradigma da *nomadologia* oferece a estrutura rizomática da qual pode-se extrair as bases para tal empreitada. O que o tratado escrito por Gilles Deleuze e Félix Guattari coloca em evidência é a existência dessa invenção nômade por excelência, exterior ao Estado. O conceito de *máquina de guerra*, para os filósofos, se estende além da capacidade bélica nômade. Ele instaura um pensamento estratégico da ação que visa a resistência aos aparelhos de captura pelos quais se define o capitalismo contemporâneo. A exterioridade é sua forma definidora e faz com que a máquina de guerra só exista “nas suas próprias metamorfoses; ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 25). Mas um não independe do outro, suas relações se dão termos de coexistência e concorrência. O jornalismo hegemônico e as mídias alternativas; William Bonner e Rafucko; *Folha de S. Paulo* e *Mídia NINJA*.

O que são, exatamente, as máquinas de guerra? A bandidagem, por exemplo, é uma máquina de guerra, assim como o ativismo *black bloc*, os movimen-

tos contraculturais, as diversas maneiras de desobediência civil, alguns usos das técnicas jornalísticas, enfim, a resistência age como máquina de guerra. O hacker é um nômade contemporâneo e as armas de sua máquina são o anonimato, a pirataria digital, o ciberativismo, o *copyleft*, etc. Movimentos insurgentes como os que tomaram praças e ruas em cidades europeias, árabes, americanas e brasileiras, se configuram como máquinas de guerra. Sua relação com o território os faz nômades. Esses grupos também encontraram meios diversos de projetar suas falas para o mundo. O protagonismo midiático dos que fizeram parte da Primavera Árabe é notável – e a tecnologia cumpriu seu papel nesses eventos. *Smartphones* contrabandeados, furos a bloqueios de internet por meio de redes anônimas, documentaristas engajados, a ação de veículos alternativos de mídia foi fundamental para que os protestos tomassem a proporção que tiveram. Às margens de cada grupo jornalístico reconhecido pelo Estado – e ser reconhecido significa, por exemplo, fazer parte do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – inúmeros veículos independentes se organizam com o objetivo de fazer ressoar outras vozes no espaço público. A internet otimizou o processo, mas como foi visto, a mídia tradicional sempre teve seus nêmesis.

O que é evidente é que os bandos, não menos que as organizações mundiais, implicam uma forma irreduzível ao Estado, e que essa forma de exterioridade se apresenta necessariamente como a de uma máquina de guerra, polimorfa e difusa. É um *nomos*, muito diferente da “lei”. A forma-Estado, como forma de interioridade, tem uma tendência a reproduzir-se, idêntica a si através de variações, facilmente reconhecível nos limites de seus polos, buscando sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta) (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 24-25).

Portanto, a existência da máquina de guerra está condicionada à sua ação. Ela não é o perpétuo enfrentamento. Pelo contrário, existe em momento específico, é a intensidade que demonstra sua materialidade. É isso que significa perceber a máquina de guerra como paradigma da resistência. Quando Adelmo Genro Filho (2012) propõe a reestruturação da notícia jornalística a partir de novas coordenadas que não eliminem a existência do sujeito e não resumam os fatos à universalidade descontextualizada, em certo sentido, é possível afirmar que ele teoriza um modelo de máquina de guerra. O mesmo ocorre em relação ao surgimento de coletivos midiáticos como a *Independent Media Center* em Seattle, ou os *Jornalistas Livres* em São Paulo, formas de mídia sob demanda bastante particulares. Enquanto

meio de circulação das informações e de produção de subjetividade, a internet restituiu ao espaço – mesmo que virtual – a lisura necessária para a ação nômade, de fuga, em relação ao Estado. Na definição de Castells (1999), trata-se de um meio polifônico, no qual cada indivíduo é produtor de informação; descentralizado, pois segue a lógica das redes, na qual cada nó gera novas possibilidades de conexão e expansão; e flexível, uma vez que sua capacidade de reconfiguração é infinita. Posteriormente, o autor chegará à definição de autocomunicação de massa, na qual cada indivíduo é capaz de se projetar para o mundo por meio das redes sociais. O impacto das tecnologias é inevitável.

No paradigma de resistência, as relações de poder não se estruturam de maneira arborescente, hierárquica, mas rizomática, labiríntica. “É por isso que os bandos em geral (...) são metamorfoses de uma máquina de guerra, que difere formalmente de qualquer aparelho de Estado, ou equivalente, o qual, ao contrário, estrutura as sociedades centralizadas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 21-22). Se é possível reconhecer algo de nômade no jornalismo, é em relação à sua capacidade de enfrentamento, em sua possibilidade de se configurar como máquina de guerra. A resistência pode acontecer de diversas modos, mas são necessários três aspectos para se pensar uma máquina de guerra: *um aspecto espacial-geográfico, um aspecto aritmético ou algébrico e um aspecto afetivo*.

Os autores confirmam o primeiro aspecto segundo a proposição de que “a existência nômade efetua necessariamente as condições da máquina de guerra no espaço” (DELEUZE, GUATTARI, 2012b, p. 53). Ao afirmarem que vida do nômade é *intermezzo*, ou seja, ocorre no intervalo entre pontos distintos, é a questão do movimento que se coloca. Os pontos são alternâncias num trajeto, mas o trajeto nômade não se confunde com um caminho, pois se trata de percorrer espaços lisos aos quais a ideia de fronteira é estranha. Para o nômade, nunca há retorno. É nesse sentido que os autores empregam o termo *nomos*, do grego, dotado de dois sentidos distintos: pode-se referir à lei geral, mas também aos modos de distribuição. Esse é privilegiado por Deleuze e Guattari. Significa “uma distribuição muito especial, sem partilha, num espaço sem fronteiras, não cercado. O *nomos* é a consistência de um conjunto fluido, é nesse sentido que ele se opõe à lei, ou à *polis*” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 54). A livre circulação do nômade se apoia em uma diferença de espaços: existe o espaço sedentário, estriado por muros, cercados e caminhos entre

os cercados, mas também delimitado pela floresta ou pelas montanhas; e também existe o espaço nômade, liso, em que os traços se apagam e se deslocam com o trajeto, a estepe ou o deserto. O que existe para o nômade é velocidade, pura intensidade; não se trata apenas de deslocamento, mas de uma relação com o espaço.

Ao afirmarem que o nômade é o “desterritorializado por excelência”, Deleuze e Guattari explicitam um dado importante sobre a reterritorialização: ela não se faz depois, nem em outra coisa, mas em sua própria relação com a terra. “A terra deixa de ser terra, e tende a devir simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 56). Pede-se um esforço intelectual que permita a aproximação deste aspecto espacial-geográfico ao jornalismo. O ponto de convergência se apresenta na percepção da imobilidade da mídia tradicional, conservadora no sentido estrito do termo. Quando se evocam movimentos como o *IMC* de Seattle ou os *Jornalistas Livres* de São Paulo, a territorialidade é um elemento marcante. Apenas a mídia hegemônica ambiciona a universalidade. A jornalista Laura Capriglione, uma das fundadoras do coletivo *Jornalistas Livres*, ressalta que uma das primeiras propostas do veículo era a de realizar uma cobertura das manifestações pró-impeachment de maneira horizontal, ou seja, em meio aos manifestantes, em um ir e vir constante. No espaço virtual das redes digitais, os jornalistas também mantiveram uma ação “nômade”, intervindo em páginas de redes sociais, produzindo conteúdos descentralizados sob licenças que abolem o *copyright*. No entanto, a percepção da mídia hegemônica sobre os veículos alternativos, desterritorializados, também é conservadora. Isto se percebe pela operacionalização das categorias adotadas pela grande mídia, que vê nas ações midialivristas, por exemplo, uma espécie de jornalismo amador (BEZERRA; GRILLO, 2014).

“A existência nômade implica necessariamente os elementos numéricos da máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 66). É a partir dessa proposição que os autores justificam o segundo aspecto, aquele aritmético ou algébrico. Ele é responsável pela organização dos indivíduos, mas Deleuze e Guattari percebem aquilo que chamam de “número numerante” como forma nômade: “(...) a organização aritmética autônoma não implica um grau de abstração superior nem quantidades muito grandes. Remete somente a condições de possibilidade que são o

nomadismo, e a condições de efetuação que são a máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 69). Nesse sentido, cada número devém singularidade. No exército, corpo institucionalizado pelo Estado, não existem indivíduos, mas *números numerados* descartáveis. O guerreiro nômade, por outro lado, mantém com os companheiros de batalha uma relação afetiva que reforça laços e constrói significados, existe um valor comunitário mesmo na guerra. A organização numérica garante a formação de um corpo especial distinto que se institui como elemento determinante de poder na máquina de guerra. E esse corpo é formado por figuras exteriores como os escravos, os estrangeiros, os raptados.

Há ao mesmo tempo uma desterritorialização e um devir próprios da máquina de guerra enquanto tal: o corpo especial, e particularmente o escravo-infiel-estrangeiro, é aquele que *devém* soldado e crente, mesmo permanecendo desterritorializado em relação às linhagens e em relação ao Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 75).

Este aspecto proporciona dificuldades de aproximação ao campo jornalístico, mas segue essencial para a definição daquilo que se pretende definir por jornalismo nômade. Do número-abstrato ao número-sujeito, o que se pretende é afirmar como o modelo capitalista de produção da informação torna cada repórter, cada editor, todo e qualquer funcionário da empresa jornalística tradicional, dispensável, substituível e desprovido de individualidade. Postula-se que o jornalismo nômade atua como a máquina de guerra também nesse sentido, ao conferir ao número um campo afetivo, tornando-o sujeito como explicam Deleuze e Guattari (2012b). A inversão proposta pelo modelo nômadico precisa reestabelecer as relações nos territórios em que se faz jornalismo. O número numerante não extingue a hierarquia – entre os guerreiros nômades ainda perdura a figura do líder – mas redesenha as relações e coloca em jogo os centros de poder constituídos por relações capitalistas e lucrativas. A emergência de “coletivos” ou “redes” de jornalistas demonstra uma propensão à horizontalidade possibilitada por essa relação que se constrói entre o nômade e o número. Novas formas de organização das mídias jornalísticas, apoiadas em modelos diversos de financiamento, consolidam essa tendência. É o caso do *jornalismo sem fins lucrativos* produzido por novos grupos como a *Agência Pública*, no Brasil, o *site* associativo *Voice of San Diego*, nos Estados Unidos, ou as versões do jornal *Le Monde Diplomatique* por diversos países.

Nos nichos da web, novos sites de informação desenvolvem-se e especializam-se sobre assuntos bem precisos. Distinguem-se várias tendências. Em primeiro lugar, o “jornalismo sem fins lucrativos” (*nonprofit news*), financiado por mecenas, fundações ou doações feitas por cidadãos (*crowdfunding*) que não desejam ver o desaparecimento da informação independente, um dos pilares da democracia (RAMONET, 2012, p. 78).

Finalmente, o terceiro aspecto se apresenta a partir desta proposição: “A existência nômade tem por ‘afectos’ as armas de uma máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 77). Neste ponto, uma das contribuições centrais é a diferenciação entre a ferramenta e a arma. Enquanto a primeira é instrumento de trabalho, a segunda é um elemento da guerra e da ação livre. A arma prevê um enfrentamento. Cabe ressaltar que sempre é possível transformar uma ferramenta em um objeto de ataque. Por essa comparação, o que os autores notam que todas as caracterizações são segundas em relação aos agenciamentos. É por intermédio destes “que o *phylum* seleciona, qualifica e mesmo inventa os elementos técnicos, de modo que não se pode falar em armas ou ferramentas antes de ter definido os agenciamentos constituintes que eles supõem e nos quais entram” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 81). Portanto, a distinção não pode ser feita apenas de acordo com o uso de um objeto, uma tecnologia ou uma atividade. É preciso levar em conta o aparelho de captura que a utiliza e a transforma segundo seus objetivos. Assim, ao se falar em ferramenta, pressupõe-se a realização de trabalho e este se efetua por meio de um modelo, um agenciamento “máquina de trabalho”. Para haver trabalho, é preciso captura da atividade pelo aparelho de Estado. Assim, Deleuze e Guattari opõem dois modelos motores ideais: o do trabalho e o da *ação livre*.

O trabalho é uma causa motriz que se choca contra resistências, opera sobre o exterior, se consome ou se despende no seu efeito, e que deve ser renovado de um instante a outro. A ação livre também é uma causa motora, mas que não tem resistência a vencer, só opera sobre o próprio corpo móvel, não se consome no seu efeito e se prolonga entre dois instantes (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 80).

Entretanto, o modelo de ação livre não se efetua pela existência das armas em si mesmas, mas pelo agenciamento “máquina de guerra”, que opera sobre o objeto como uma causa formal. A questão fundamental para a compreensão deste terceiro aspecto é a irrupção semiológica na constituição do aparelho nômade. Essa reflexão se consolida por meio da análise das transformações do aparato de guerra ao longo de séculos. A contribuição deste terceiro aspecto para uma teoria do jorna-

lismo nômade é a de que a lógica de ação dos veículos de resistência deve ser “bélica”, ou seja, deve propor enfrentamentos à tradição midiática consolidada ao longo de décadas. Esta proposta implica a percepção da atividade jornalística a partir do modelo de ação livre e, portanto, como *máquina de guerra*. A batalha se constrói em diversos níveis. Não é por acaso que Barthes intitula um de seus textos como *A Guerra das Linguagens*. Para o autor (2012, p. 134), esse tipo de combate “produz-se no lugar onde a sociedade transforma a diferença em conflito”. Esse conflito, como já foi apresentado, se estende à prática jornalística, inserida no campo social. Por sua vez, ela é produzida a partir de agenciamentos diversos que distinguem uma prática hegemônica de outra resistência, o *profissional* do *amador*. Enquanto o jornalismo da grande mídia é *encrático*; o jornalismo de resistência, nômade, é *acrático*. O primeiro é representado pelo aparelho de captura, o segundo pela máquina de guerra; ferramenta e arma.

A ferramenta está ligada essencialmente a uma gênese, a um deslocamento e a um dispêndio da força, que encontram suas leis no trabalho, ao passo que a arma concerne somente ao exercício ou à manifestação da força no espaço e no tempo, em conformidade com a ação livre. A arma não surge do céu, e supõe evidentemente produção, deslocamento, dispêndio e resistência (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 82).

Na proposição deleuze-guattariana, a existência nômade é relacionada aos *affectos* das armas de uma máquina de guerra. Qual o sentido desta afirmação? *Afecto* é uma palavra chave. E, para os autores, ela se diferencia radicalmente de sentimento. Este “implica uma avaliação da matéria e de suas resistências, um sentido da forma e de seus desenvolvimentos, uma economia da força e de seus deslocamentos, toda uma gravidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 84). O regime de trabalho, capturado pelo aparelho de Estado, é um regime passional do sentimento como “forma do trabalhador”. A paixão, como efetuação do desejo, é um elemento organizador dos agenciamentos⁵⁰, mas tipos diferentes de agenciamento – trabalho

⁵⁰ “Os agenciamentos são passionais, são composições de desejo. O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um desejo não existe sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 83). Um agenciamento se relaciona com o desejo, mas projeta-se primeiramente a partir de instituições fortemente territorializadas. Por isso, fala-se em agenciamento judiciário, familiar ou jornalístico, por exemplo. “Dir-se-à portanto, numa primeira aproximação, que se está em presença de um agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 9). Em outras palavras,

e guerra – mobilizam paixões de ordem diferentes. Logo, se são os afectos que regimentam a máquina de guerra, isso significa que ela se remete ao móvel, às composições de velocidade. “O afecto é a descarga rápida da emoção, o revide, ao passo que o sentimento é uma emoção sempre deslocada, retardada, resistente” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 84). Dessa maneira, este regime se aproxima das linhas de fuga, das minorias, do *fora*.

Ao devir nômade, o jornalismo pode se colocar em posição de enfrentamento às mídias hegemônicas, aos modos de produção capitalistas, ao eclipse do sujeito em nome da objetividade, ao regime de trabalho, à industrialização da informação, à concentração oligárquica dos meios de comunicação; mas também pode colocar em circulação palavras de ordem que subvertam as constantes linguísticas, propiciar novos pontos de ancoragem e objetivação para a construção de novas representações sociais e processos de subjetivação. São nômades os coletivos midialivristas, as rádios comunitárias ou piratas, as redes de jornalistas independentes. O objetivo aqui não é o de mapear todas as expressões nomádicas do jornalismo, mas o de construir um mapa teórico que dê contornos às práticas de contracomunicação e de enfrentamento à hegemonia no campo jornalístico. No entanto, não se trata da invenção de um modelo de jornalismo com o objetivo de superar outro que está ultrapassado – a sedentarização é sempre uma possibilidade. O que se cria com o jornalismo nômade são estratégias e espaços de experimentação – por vezes capturados pela grande mídia, transformando em regra aquilo que surge como exceção. O jornalismo nômade carrega uma proximidade com a definição de mídia radical dada por Downing (2004, p. 21): “com o termo *mídia radical*, refiro-me à mídia – em geral em pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. Pequenas e díspares como todas as minorias. Evoca-se o nômade, pois acredita-se que a resistência no jornalismo, entre outros campos, se produz por meio do paradigma proposto pela nomadologia.

Assim, o jornalismo nômade pressupõe um afastamento, uma fuga, dos centros ou focos de poder presentes no campo jornalístico. “Os centros de poder concernem, evidentemente, os segmentos duros. Cada segmento molar tem seu,

um agenciamento é o corte social que se molda no desejo em uma relação de codificação. É a partir de *Kafka: Por uma Literatura Menor*, que Deleuze e Guattari utilizam o termo para substituir a expressão *máquinas desejantes*, de *O Anti-Édipo*.

seus centros” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 115). No entanto, os autores apontam que esses centros também são moleculares, “exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe”. Enquanto o poder molar se dá pela soberania, pela construção de um aparato hegemônico de mídia que dificulta a movimentação de formas simbólicas distintas, o poder molecular age por meio de dispositivos disciplinares ou de controle – é a sutileza que interessa aqui, o molde de subjetividades que se produz com palavras de ordem. Logo, ele se realiza por micropolíticas: o manual de redação, os padrões estético-expressivos, a organização hierárquica, a modulação empresarial, o *status* social da profissão, os códigos deontológicos do jornalismo, todos esses dispositivos dispõem formas de controle. Contudo, há uma inversão definitiva neste campo quando qualquer indivíduo pode fazer seus discursos ecoarem por todo o mundo. É justamente o que vem acontecendo: o jornalismo tem sido penetrado por forças exteriores que colocam em questão seu próprio estatuto. “A confortável posição das mídias e dos jornalistas, em posição de monopólio da informação na sociedade, está chegando ao fim”, anuncia o jornalista galego Ignacio Ramonet (2012, p. 21).

Para se constituir como máquina de guerra, é essencial aos jornalistas e aos veículos a abertura plena à exterioridade, confirmada pelas metamorfoses que tem se esboçado na miríade de invenções jornalísticas que surgem na internet a todo instante. “Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma pura forma de exterioridade (...)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 15). Essa exterioridade, esse *fora*, significa uma busca além das fronteiras do jornalismo. Um jornalismo de resistência deve se alimentar de tudo aquilo que está além das fronteiras, elas devem ser ignoradas para que se possa encontrar novos modos de ação que ainda não tenham sido contaminados pela produção capitalista do trabalho-estado. Um modelo hegemônico corresponde ao que Deleuze e Guattari (2012a, p. 113) chamam de “máquina abstrata de sobrecodificação”. “Uma segmentaridade dura, uma macrossegmentaridade, porque ela produz, ou melhor, reproduz os segmentos (...)”. O jornalismo nômade, no entanto, se acopla à *máquina abstrata de mutação* que opera por descodificação e desterritorialização:

É ela que traça as linhas de fuga (...). Ela própria está em estado de fuga e erige máquinas de guerra sobre suas linhas. Se a máquina abstrata de mutação constitui um outro polo, é porque os segmentos duros ou molares não param de vedar, de obstruir, de barrar as linhas de fuga, enquanto ela não para de fazê-las escoar “entre” os segmentos duros e numa outra direção, submolecular (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 114).

Entre os polos, as relações podem ser suaves, de tradução, em um domínio de negociação. Mas também há plena possibilidade de conflitos que perpassam a violência simbólica ou mesmo efetiva. O poder não cessa de querer deter as linhas de fuga. Sua estratégia é a de tomar e fixar a máquina de mutação na de sobrecodificação. O movimento nômade se dá por *lignes de fuites*, mas há que se perceber o próprio risco que elas implicam. Tais linhas se apresentam como espécie de transformação, de criação, “traçando-se não na imaginação mas no próprio tecido da realidade social” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 122). Assim como outras segmentariedades, a linha de fuga deve se conectar a outras para compor redes, rizomas, sistemas abertos de modo a silenciar o desespero que ela carrega em si, aquele que prevê “que ela se transforme em destruição, abolição pura e simples, paixão de abolição”. A máquina de guerra é o agenciamento que as traça. O paradigma de resistência prevê a mudança, a passagem de fluxos, o povoamento por novos sujeitos. Um jornalismo que seja nômade não busca o fim das práticas jornalísticas, mas sua renovação. “Desse modo, deve-se dizer da guerra em si mesma que ela é somente o abominável da máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 123). Se ainda restam dúvidas sobre o que é a máquina de guerra, Deleuze resume a questão em uma resposta ao filósofo Didier Eribon:

Daí sua segunda observação: nós definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem absolutamente por objeto a guerra; ela tem por objeto um espaço muito especial, *espaço liso*, que ela compõe, ocupa e propaga. O *nomadismo* é precisamente esta combinação máquina de guerra-espaço liso. Tentamos mostrar como e em que caso a máquina de guerra toma a guerra por objeto (quando os aparelhos de Estado se apropriam da máquina de guerra que a princípio não lhes pertencia) (DELEUZE, 2013a, p. 48).

Muito mais que as essências, conceitos remetem a acontecimentos – pelo menos, essa é a posição de Deleuze e Guattari. Por esse motivo, a análise pretendida por este trabalho se volta para eventos marcantes na recente história social

brasileira e do jornalismo. As manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013 trouxeram com elas a urgência de novos modelos midiáticos, com a tarefa de preencher um certo esgotamento das mídias tradicionais, sua falta de abrangência, de modo a evitar as “hierarquias que reproduzam a velha lógica um-todos que dominou a comunicação da grande indústria da informação no século XX” (BEZERRA; GRILLO, 2014, p. 196). Aquele período turbulento viu crescer uma “guerra de narrativas” em torno de temas centrais, sobretudo a violência dos conflitos entre manifestantes e forças do Estado. Embora não se perceba uma novidade iminente, uma vez que os acontecimentos das ruas brasileiras, sobretudo de São Paulo, e suas versões midiáticas tenham semelhanças insuperáveis com a *Batalha de Seattle*, também não se pode desconsiderar o plano de imanência⁵¹ estabelecido por esse acontecimento. Os objetos a serem estudados no próximo capítulo têm cruzamentos com a *Mídia Ninja*, um modelo de uso da mídia que serve de esboço à proposta conceitual identificada nas máquinas de guerra. Como pontua Deleuze (2013a, p. 48), “uma máquina de guerra pode ser revolucionária, ou artística, muito mais que guerreira”. Os levantes brasileiros, no entanto, não se deram de maneira isolada. Portanto, cabe também traçar as linhas de fuga conectadas mundo afora, responsáveis por episódio contemporâneo, que permitiu uma redefinição da mídia contemporânea.

⁵¹ No projeto filosófico descrito por Deleuze e Guattari, o plano de imanência é estritamente correlativo ao conceito, mas é imprescindível não confundi-los. A diferenciação é feita da seguinte maneira: “Os conceitos são como as *ondas* múltiplas que se erguem e que se abaixam, mas o plano de imanência é a *onda* única que os enrola e os desenrola” (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 45). De maneira resumida, pode-se descrever o plano como aquilo que antecede o conceito. É nesse sentido que os autores trabalham com a noção de que deve-se considerá-lo como pré-filosófico, uma vez que a filosofia seja a criação de conceitos. Nesse sentido, as redes de poder são o plano de imanência do conceito de resistência. O jornalismo é o plano de imanência do jornalismo nômade.

3. AS SINGULARIDADES DA RESISTÊNCIA

“Se o capitalismo é comunicacional, a revolução terá que ser também midiática.”

Ivana Bentes

Dado que os universais nada explicam, a produção de conceitos se empreende a partir de acontecimentos, sempre singulares. Traçou-se até aqui uma longa explanação sobre a questão da resistência, sua formação conceitual e suas aplicações práticas em campos diversos. Para se discutir o significado de resistir, não se poderia desviar do problema do poder, sobretudo em suas configurações contemporâneas, que dizem respeito ao capitalismo e à produção de subjetividade. Um emaranhado de conceitos, sobretudo aqueles produzidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari, foram dispostos para a compreensão das dinâmicas sociais que se enunciam entre polos conservadores e resistentes – ou para manter a terminologia dos autores, entre planos molares e moleculares. Deste primeiro momento, em meio a tantas, uma ideia é central: são as minorias que escapam, que fogem e que resistem. Elas o fazem sobretudo em razão de sua singularidade, baseada na variação constante. “É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 56). No interior das redes de comunicação, percebe-se a existência de devires-minoritários expressos em ações como as dos grupos midiativistas, dos jornais independentes e de outros corpos coletivos que remodelam o campo jornalístico.

Do problema geral que enseja o poder e a resistência, passou-se à análise do jornalismo como dispositivo específico e o que significa resistir por meio de suas técnicas no seio da comunicação. A partir do pressuposto de que comunicar determina a circulação de palavras de ordem, estabeleceu-se que o jornalismo é uma arma/ferramenta essencial à constituição do tecido simbólico e social operada pela linguagem. Trata-se, portanto, de um dispositivo formado em um momento histórico, aliado às elites e à sociedade industrial burguesa, mas que posteriormente será invadido por outros grupos sociais. A composição de valores, códigos e regras que configura o jornalismo como atividade se adequou a determinados padrões vigentes de poder. No entanto, também se percebe uma longa história de rupturas e combates no campo jornalístico, que serviram não apenas a remodelá-lo, mas também a expandi-lo, permitindo a entrada de novos atores em um jogo que ainda se

desenha. As lutas empreendidas pelos resistentes se inserem em fenômenos de contracomunicação. É possível uma aproximação entre tais formas de ação e o “desvio de fala” proposto por Deleuze (2013a) em sua entrevista à Antonio Negri. Estas são as bases sobre as quais se erige o conceito de *jornalismo nômade*, correspondente à produção de uma máquina de guerra jornalística, ou seja, um composto de linhas de fuga que visa escapar à captura da atividade realizada pelo estado-burguês.

Este percurso se aproxima do fim. É hora de colocar em marcha a aproximação conceitual ao plano empírico, para elucidar as questões que ainda se anunciam. Em termos metodológicos, o que se pretende é cumprir uma cartografia social e identificar as linhas de fuga jornalísticas. “Assim, a cartografia aqui apresentada não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações, diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas” (FILHO; TETI, 2013, p. 47). Já foi dito que não é objetivo deste trabalho traçar um modelo que permitiria a reprodução infinita. Pelo contrário, busca-se um mapeamento, uma cartografia das resistências jornalísticas que se desenrolam em redes digitais de comunicação. É a efemeridade do desvio, do grito, da ruptura que interessa descobrir. Nesse sentido, pretende-se a construção de um diagrama, uma imagem conceitual de um acontecimento dinâmico, afinal, o devir não pertence ao âmbito das narrativas. Uma vez que resistir, para Deleuze, é um ato criativo (2013b), há que se considerar a resistência como produção de singularidades. Não se trata da construção de modelos, da busca por universais, mas de um enfrentamento da abstração por meio de ações disruptivas. No entanto, para a compreensão plena do que se expressa é importante não incorrer na confusão entre singular e unidade. “A noção de unidade aparece unicamente quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente de subjetivação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 24). A unidade é apenas uma ilusão propiciada pela linguagem.

Por sua vez, a singularidade se constitui como uma rede de multiplicidades. Pode-se sugerir a existência do único apenas por subtração do múltiplo ($n-1$), mas o singular se dá por meio de uma individuação impessoal e imanente, proposta por aquela noção de Duns Scotus, a *hecceidade*. “Desse modo, não guardando nada de subjetivo ou objetivo, ela se refere à paisagem ou atmosfera e circunstâncias que engloba, algo que é composto originalmente como uma imagem-movimento”

(SANTOS, 2013, p. 137). Logo, o que interessa é a relação de força, a relação de movimento e repouso ou de velocidade e lentidão. Todas essas relações se dão no interior e no exterior dos fenômenos e não seria diferente com os objetos analisados nas próximas páginas. As dinâmicas interiores se expressam nos discursos articulados pelos jornalistas que lideram as ações de cada um dos veículos. Neste ponto, o trabalho tem como foco os depoimentos concedidos por Bruno Paes Manso, Laura Capriglione e Bruno Torturra à jornalista Eliane Brum na mesa *Narrativas de Transição* durante a realização do encontro *Série Repórter 2*, em dois de setembro de 2015, no prédio do Itaú Cultural em São Paulo. Como exterioridade, têm-se o plano estético-expressivo, aquele do conteúdo e de sua apresentação, dos veículos *A Ponte*, *Jornalistas Livres* e *Fluxo: Estúdio de Jornalismo*. A análise visa a possibilidade de discorrer com mais propriedade sobre este jornalismo nômade que tem se delimitado. Se no processo, algumas hipóteses forem levantadas, tanto melhor.

Agrupar estes três veículos de informação em uma mesa intitulada “Narrativas de Transição” não é uma ocorrência sem importância. Pelo contrário, o ato realizado pelos curadores do Itaú Cultural determina um recorte, que será aproveitado nesta pesquisa. Pode-se inferir que se trata de um recorte temporal e local. Esses três grupos surgem a partir do início de 2014. Eles estão baseados em São Paulo. Também são veículos estruturados ou em processo de estruturação, o que os afasta de insurgências – às mídias sob demanda (ANTOUN, 2001) – como a *Mídia Ninja* ou o *Independent Media Center*. De certo modo, pode soar como contrassenso a escolha de veículos em processo de “sedentarização” em uma análise sobre jornalismo nômade. Contudo, postula-se que a desterritorialização realizada por esses veículos se dá no plano simbólico e nas redes digitais. Ainda cabe notar que nomadismo e sedentarização implicam modos de se relacionar com um território, ou seja, ao se propor mudanças estruturais no jornalismo – uma produção sem fins lucrativos, a observação das questões de grupos minoritários, a aplicação da noção de *work in progress*, etc. – excluem-se valores caros ao jornalismo hegemônico e sedentário.

É neste sentido que o nômade não tem pontos, nem trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...) (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 56).

O que a afirmação dos autores franceses expõe? A sedentarização diz respeito à forma como um grupo se relaciona com o território – no caso, o jornalismo. Ou seja, embora veículos como a *Ponte* ou os *Jornalistas Livres* contem com uma sede fixa e um site específico, a sua própria maneira de agir é desterritorializada. “O nômade, o espaço nômade, é localizado, não delimitado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 57). O resultado da ação *nomadizada* de cada um destes grupos é uma polifonia na comunicação, que coloca em questão a organização dos poderes e do controle. Essas são considerações preliminares. Nas próximas páginas, procurou-se oferecer uma análise aprofundada das particularidades de cada um dos objetos em relação à maneira como produzem resistência à hegemonia jornalística e às formas de subjetivação capitalística.

No entanto, antes de se passar aos objetos em si, é necessário ater-se ao *background* social, cultural e midiático que antecedeu o surgimento destes fenômenos. As manifestações de junho de 2013 deixaram entrever um forte descontentamento com diversos setores, em particular com a mídia. “Cada vez mais questionada, a mídia deixou de desempenhar o papel de canalizar a insatisfação” (NOBRE, 2013). No lugar da mídia tradicional, centralizada e vertical, a internet e as redes sociais instauraram outro espaço de diálogo povoado por muitos e capaz de fomentar a ação. Elas “de um lado, tiraram da mídia tradicional o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações. (...) E, de outro lado, criaram seus próprios canais de enfrentamento do sistema, levando a revolta para as ruas” (NOBRE, 2013). A proximidade e a semelhança com os levantes em países do Oriente Médio, do norte da África, da Europa e dos Estados Unidos demonstrou a força das organizações em rede, sobretudo quanto ao uso das formas de comunicação virtuais. Elas permitiram uma reconfiguração das mídias em favor de grupos que, na maior parte do tempo, existiam como invisíveis, como *häftling*, para os grupos hegemônicos.

3.1. JUNHO DE 2013 E A URGÊNCIA DE NOVAS MÍDIAS

Se é verdade que a revolução se tornou uma ideia obsoleta⁵² (CASTRO, 2015), não se pode dizer o mesmo da revolta. Enquanto a primeira se apresenta

⁵² Durante o colóquio “Os mil nomes de Gaia – do Antropoceno à idade da Terra”, Eduardo Viveiros de Castro (2015) afirmou sua palestra “A revolução faz o bom tempo” tinha um título irônico, mas apenas parcialmente. “Irônico porque as duas coisas não existem mais, nem revolução, nem bom

como potência do devir, a segunda se inscreve na história como um movimento inesquecível. Suas marcas atingem setores diversos da sociedade: organizações corporativas, economia, política, cultura e, como é evidente, a mídia. As insurgências que tomaram de assalto alguns países entre 2009 e 2013 apontam para a desconfiança da multidão em relação às instituições. Entre elas, os meios de comunicação tradicionais. Como afirma Castells (2013, p. 11), os acontecimentos que começam a se desenrolar no Oriente Médio em 2009, demonstraram um esvaziamento da confiança responsável por aglutinar a sociedade, o mercado e as instituições. “Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita”. Uma característica comum a levantes como o da pequena cidade de Sidi Bouzid na Tunísia, da Praça Tahir no Egito, da ocupação de Wall Street nos Estados Unidos e das passeatas por ruas brasileiras em 2013 é o papel desempenhado pela internet como espaço de autonomia para a organização de grupos e de canal para a veiculação de produções contracomunicativas. Redes sociais e tecnologias digitais como câmeras, tablets e smartphones redesenharam a maneira de protestar e informar, de modo semelhante ao que ocorreu em Seattle em 1999. Redes anônimas como a Tor desempenharam funções estratégicas, sobretudo em países onde a liberdade na *web* era cerceada.

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões (CASTELLS, 2013, p. 13).

Jornadas de Junho. Assim ficaram conhecidas as manifestações que tomaram as ruas de cidades brasileiros em 2013. No entanto, antes de eclodirem na variedade de *slogans* que caracterizaram as manifestações, os protestos tiveram como causa a luta contra o aumento das tarifas do transporte coletivo⁵³. Estes havi-

tempo. São duas ideias, de certa maneira, obsoletas. E todo o nosso problema é como revivê-las, como fazê-las ganhar novamente algum sentido”. Uma colocação importante a tudo aquilo que se pretende como resistência.

⁵³ As datas se baseiam nos artigos *Uma Cronologia das Manifestações*, publicado no site da Revista Fórum e *Os Protestos de São Paulo em 7 Atos*, publicado no site da Revista Vice. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/09/uma-cronologia-das-manifestacoes/>> e <http://www.vice.com/pt_br/video/os-protestos-de-sp-em-7-atos-parte-1>. Acessado em: 20/06/2016.

am sido iniciados em São Paulo, no mês de outubro de 2012, pouco antes das eleições municipais e foram organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL). Trata-se de um movimento social defensor da adoção da tarifa zero no transporte coletivo, formado no Fórum Social Mundial de 2005 em Porto Alegre. De acordo com a revista on-line *Vice*, que realizou um documentário sobre as ações do movimento, os atos do MPL sofriam dura repressão policial, mas não tinham espaço nos jornais. “Apesar de grandes protestos que ocorrem em todo o Brasil, eles são ignorados pela grande mídia — mas não pelos cassetetes da polícia”⁵⁴. Foi durante esses protestos que o coletivo afirmou que pararia a capital paulistana no ano seguinte. Depois de um curto hiato, as manifestações voltaram a acontecer em Natal e Goiânia, em maio de 2013, como resposta aos aumentos realizados pelo poder público em parceria com empresas privadas. Em São Paulo, o primeiro grande ato foi convocado para 3 de junho, um dia após o aumento da passagem de ônibus, trem e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20. O protesto ocorreu às 7h, na Estrada do M’Boi Mirim, zona sul da capital paulista, e uma das faixas foi ocupada pelos ativistas. No mesmo dia, no Rio de Janeiro, também foram realizadas ações nas quais manifestantes ocuparam a Avenida Rio Branco.

Uma diferença se anunciava entre esses e outros atos do MPL. “Ao invés de uma campanha longa e com muitos atos, como havia acontecido em ocasiões anteriores, o planejado era uma campanha de menor duração e maior intensidade” (SOUTO, 2015, p. 54). Em 6 de junho, uma nova manifestação foi convocada em São Paulo e reúne cerca de cinco mil pessoas em frente ao Teatro Municipal da capital paulista. Ocorre o primeiro grande confronto com a Polícia Militar e 15 militantes foram presos. Neste ato, aparecem pessoas ostentando a máscara baseada no revolucionário britânico do século XVII, Guy Fawkes, símbolo da revolta política tornado popular na ficção pela *graphic novel* “V de Vingança”, escrita por Alan Moore e desenhada por David Lloyd e Tony Weare. O disfarce cartunesco se tornaria uma das marcas do grupo hackativista *Anonymous*, em atividade desde 2003. No dia seguinte, mais protestos. Dessa vez, a Marginal Pinheiros foi fechada por duas mil pessoas. Em 11 de junho, outro protesto terminou em conflito com a PM. O governador, Geraldo Alckmin, e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que participa-

⁵⁴ A cobertura multimídia da *Vice* contou com registros fotográficos, textos e uma série de reportagens audiovisuais. O material está reunido sobre o título “Teenage Riot São Paulo”. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/video/teenage-riot-em-sao-paulo/>. Acessado em 20/06/2016.

vam de evento em Paris, criticaram os protestos. Dois dias depois, em 13 de junho, a Folha de S. Paulo também fez críticas aos manifestantes em seu editorial. Segundo o texto, 87 ônibus foram danificados e os prejuízos chegavam a R\$ 100 milhões, além de transtornos a quem depende de ônibus e metrô na cidade.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 – abaixo da inflação, é útil assinalar – não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?⁵⁵

No entanto, ao entardecer deste dia, a repressão policial atingiu o ápice durante o Quarto Grande Ato Contra o Aumento da Passagem. Manifestantes foram feridos, assim como jornalistas. Cerca de 15 mil pessoas foram às ruas, lotando vias centrais de São Paulo. O registro feito por profissionais da imprensa, independentes ou não, começou a transformar a opinião pública e colocaram em xeque a versão de que os manifestantes eram apenas vândalos destruindo o patrimônio público. Sete jornalistas foram feridos e mais de 200 militantes acabaram presos. “É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais”, pedia o editorial da Folha de S. Paulo e, ao que parece, foram atendidos. Pessoas carregando frascos de vinagre também sofreram repressão – foi disseminada pela internet a informação de que o líquido poderia ser usado para aliviar os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo utilizadas pela PM. A noite ficou conhecida como “Revolta do Vinagre”. Segundo Souto (2015, p. 58), “a história da militância do Movimento Passe Livre não começou em junho de 2013. Mas pode-se dizer que a história das *Jornadas de Junho de 2013* começou com o MPL”.

O dia 13 de junho marcou a virada que daria início a manifestações reunindo dezenas de milhares de pessoas e uma miscelânea de reivindicações, com direito a *slogans* como “Não era pelos 20 centavos” e “O gigante acordou!”. Em Brasília, no dia 15 de junho, oito mil pessoas marcharam da Avenida Eixo Monumental ao estádio Mané Garrincha. Aconteceria ali o primeiro jogo da Copa das Confedera-

⁵⁵ O editorial “Retomar a Paulista” foi publicado em 13/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acessado em 20/06/2016.

ções. Houve confronto com a PM antes da partida e 27 manifestantes foram feridos, 24 presos. No mesmo dia, o editorial da Folha de S. Paulo reconheceu os abusos policiais do dia 13. Sob o título “Agentes do caos”, o texto discorria “sobre um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir”⁵⁶. Apesar de tudo, era impossível imaginar o que aconteceria em 17 de junho. Em São Paulo, estimou-se que 65 mil pessoas foram às ruas protestar pelas causas mais variadas. Também houve manifestações no Rio de Janeiro, em Curitiba, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Novas figuras emergiram dos protestos: pessoas vestindo camisetas da seleção brasileira e portando bandeiras do Brasil. Partidos políticos, sobretudo os de esquerda, são criticados por manifestantes, que afirmavam se tratar de um protesto apartidário. De atos contra o aumento da passagem de ônibus, passou-se a manifestações contra a corrupção, fomentada pelo desprezo e a reprovação contra os políticos. Essa mudança definiu os dias vindouros dos protestos, que continuaram a acontecer até o final de junho. O objetivo inicial dos protestos, quando ainda liderados pelo Movimento Passo Livre, foi alcançado. “Após duas semanas de manifestações, em 19 de junho, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, em São Paulo; Eduardo Paes, no Rio de Janeiro; e governantes de mais quatro cidades revogaram o aumento da passagem” (SOUTO, 2015, p. 18). No Rio de Janeiro, em 20 de junho, teve início o movimento “Ocupa Cabral”, em que um grupo de aproximadamente 30 jovens montou acampamento em frente à casa do governador carioca, no Leblon, permanecendo por lá durante alguns meses. No dia seguinte, a presidente Dilma Rousseff se pronunciou oficialmente, anunciando um pacto pela melhoria de serviços públicos a partir de três ações: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o uso de 100% dos royalties do petróleo para a educação e a busca por médicos de outros países para ampliar o atendimento no Sistema Único de Saúde. Ainda se fez o comprometimento de trabalhar em uma reforma política que ampliasse a participação popular. Segundo Solto (2015), o recuo acontece somente em julho, mas alguns focos de resistência se mantiveram.

⁵⁶ O editorial “Agentes do Caos” foi publicado em 15/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml/>>. Acessado em 20/06/2016.

Diferentes interpretações foram feitas sobre os protestos. Para Peixoto (2014, p. 139), o mais importante é entender se as manifestações “pretendiam mudar a realidade ou eram apenas uma espécie de catarse consumidora, uma iniciação política de uma geração formada e conformada na prática do consumo”. Segundo o autor, a enxurrada de reivindicações foi enfraquecida por uma escassa expressão política e pela falta de profundidade da compreensão popular a respeito da causa de seus problemas. Os manifestantes foram às ruas para pedir mudanças, mas “não visaram como alvo, pelo menos não com abrangência, contundência ou consistência explícitas, ao questionamento do modelo econômico, a proeminência do capital financeiro, os preços de imóveis e aluguéis ou a relação capital trabalho” (PEIXOTO, 2014, p. 141). Mas se houve algo que aglutinou os grupos de indivíduos que estiveram nas ruas – e isso se estende às manifestações em diversas regiões do globo – foi a recusa de permitir que as coisas continuassem como estavam. O autor conclui que junho de 2013 foi marcado por uma ampla manifestação por direitos de consumidor, “muito longe de uma aspiração plena por direitos de cidadania. (...) O recall do eleitor-cliente contra deputados e senadores. E do telespectador-cliente contra o jornalismo midiático” (PEIXOTO, 2014, p. 147).

Contudo, não se pode ignorar a força que os movimentos de junho tiveram. Para Nobre (2013), “as revoltas de junho de 2013 surgem como ‘desorganizadas’ para gerações que ainda experimentaram polarizações efetivas”. A medida em que as ruas foram tomadas por dezenas de milhares de pessoas, houve quem se apressasse para rotular as manifestações como “de direita”. No entanto, o autor alerta que “a rotulação apenas tentava neutralizar a dissonância das irrupções segundo teorias da conspiração interessadas, assustadas com a perda de sustentação do governo e com as eleições de 2014”. Diversos campos sociais foram afetados pelas *Jornadas de Junho*, das instituições políticas à mídia. O uso da internet para a organização dos protestos demonstrou a sua força para aglutinar pessoas com interesses semelhantes. Da mesma forma, a rede também fez circular imagens, textos, áudios e vídeos, que colocaram as forças do Estado contra a parede. A internet e as redes sociais, segundo Nobre (2013):

De um lado, tiraram da mídia tradicional o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações. Não por acaso, a mídia tradicional foi atacada em muitas palavras de ordem dos protestos. E, de outro lado, cria-

ram seus próprios canais de enfrentamento do sistema, levando a revolta para as ruas.

As experiências midiáticas desenvolvidas em meio aos protestos, entre elas, as brasileiras, correspondem diretamente ao que se chamou de *midialivrismo ciberativista*. Isso compreende a radicalização dos direitos fundamentais de liberdade de expressão, assim como o uso das tecnologias para sua efetivação. Embora a *Mídia Ninja* tenha se tornado a expressão mais visível, houveram outras iniciativas coletivas como *Rio na Rua*, *Carranca*, *Voz das Ruas*, *Projeção*, *12pm*, entre outros. O que estes agentes colocaram em jogo? “O medialivrismo e o midiativismo encontram-se numa linguagem e experimentação que cria outra partilha do sensível, experiência no fluxo e em fluxo, que inventa tempo e espaço, poética do descontrole e do acontecimento” (BENTES, 2014, p. 332). Além de colocarem em questão as estruturas organizacionais e econômicas da mídia tradicional, assim como a “cultura da empresa”, os grupos alternativos estabelecem por meio da linguagem outros campos de subjetivação que, por sua própria forma de organização, se horizontalizam e oferecem outras configurações da experiência, novos modos de sentir e novas formas de subjetividade política.

A noção de partilha do sensível proposta por Jacques Rancière (1995) é um ponto de conversão dos efeitos da multiplicação de narrativas propostas pelos coletivos. O termo *partilha* (do francês, *partage*) prevê dois significados quase contraditórios, ou seja, “(...) a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões” (RANCIÈRE, 1995, p. 7). O autor definirá a partilha do sensível como o modo pelo qual se determina no sensível a relação entre um conjunto partilhado e a divisão de partes exclusivas. Anos depois, ao retomar o conceito em uma entrevista a dois filósofos para a revista *Alice*, Rancière o explica da seguinte maneira:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2009, p. 15).

Quando outros agentes midiáticos entram em cena, disputando espaço e público com as narrativas midiáticas tradicionais, também se coloca em jogo essa partilha. São novas palavras de ordem que entram em disputa, mudanças de enfoque, outras visibilidades. Mas também uma outra forma de fazer, que modifica os códigos deontológicos que delimitavam o que se podia entender por jornalismo, assim como os padrões estéticos e expressivos. Perguntou-se, muito, se o que a *Mídia Ninja* fazia poderia ser considerado jornalismo. Houve respostas positivas e negativas, mas isso pouco importa aqui. O que interessa é o impacto que esse deslocamento provocou no campo jornalístico. Se as críticas aos meios tradicionais de comunicação foram tão pungentes, abrindo espaço para o surgimento de outra forma de veicular informações que fosse capaz de cobrir os acontecimentos que tomavam lugar nas ruas de tantas capitais, cabe compreender o que foi esse fenômeno e o que ele deixou como herança. “O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a possui” (RANCIÈRE, 2009, p. 16). Com a internet, aqueles que não possuíam o espaço ou as ferramentas para se expressar, encontraram meios que não dependiam da mídia corporativa e hegemônica para fazer com que seu ponto de vista ecoasse por um grande público. A rede mundial de computadores inaugura uma transformação importante, chamada por Castells (2013) de *autocomunicação de massa*. Ela revoluciona a partilha do sensível uma vez que mais pessoas têm acesso às ferramentas que permitem fazer circular informações.

A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta) (CASTELLS, 2013, p. 16).

Dos vídeos produzidos por celulares e divulgados em *streaming* em redes sociais às análises produzidas por blogueiros e *youtubbers*, o campo jornalístico passou a ser disputado por novos grupos, que sem a internet não poderiam angariar um público. Se, até então, havia um espaço bem delimitado do que se entendia por mídia e quais eram os atores sociais qualificados a fazê-la funcionar, a lógica das redes embaralha tudo isso. O consumidor também pode se tornar produtor e, com

uma câmera de celular, conseguir tantas visualizações quanto um veículo consagrado como o *Jornal Nacional*. Sua horizontalidade em relação aos processos, como no caso das manifestações, inclusive, lhe garante acesso a espaços que os repórteres institucionais não têm. O caso dos editoriais da *Folha de S. Paulo* é emblemático. Aquilo que o jornal imprimiu em sua página de opinião logo foi desqualificado, com um retumbante abuso de força realizado pela polícia que, inclusive, vitimou alguns de seus funcionários. A pergunta nunca terá resposta, mas serve como provocação: um texto como “Retomar a Paulista” poderia ter sido escrito por alguém que estava inserido no dia a dia dos protestos? De acordo com Bezerra e Grillo (2014, p. 204), a grande mídia “surpreendeu-se com o descrédito que mergulhou e acabou retificando algumas de suas versões e opiniões, diante da impossibilidade de conter o fluxo de informações que circulavam na internet”. Para os autores:

Embora persistam as divergências de orientação política e acusações recíprocas entre coletivos distintos, o repórter independente conquistou um papel social no cenário da militância real e virtual que lhe confere legitimidade e credibilidade junto ao conjunto total dos manifestantes. Isso se deve, principalmente, à sua prestigiosa atuação no combate à hegemonia do discurso da grande mídia, pelo menos do ponto de vista dos próprios ativistas (BEZERRA; GRILLO, 2014, p. 207).

Em algumas situações, as narrativas midiativistas desmentiram versões oficiais dadas pela polícia militar, como foi o caso do manifestante Bruno Ferreira, detido injustamente durante uma manifestação em 11 de julho no Rio de Janeiro. O jovem foi acusado de portar mochila com coquetéis molotov e de ferir um policial com um dos coquetéis. Integrantes da Mídia Ninja solicitaram a todos que registraram o momento que enviassem imagens de Bruno antes de sua prisão. Por meio dessa ação, foi possível provar que o manifestante não estava portando mochila durante o ato, assim como se percebeu que um homem, acusado pelos internautas de ser um policial infiltrado, havia lançado o artefato que atingiu o policial (BEZERRA; GRILLO, 2014). Com bases nessas imagens, a denúncia contra Bruno teve de ser arquivada e os jornais que haviam noticiado a prisão foram obrigados a desmentir as versões apresentadas. A lógica P2P (*peer-to-peer*, pessoa para pessoa) passa a dominar a rede, mudando a dinâmica de consumo dos portais da internet, pensados até então como grandes *hubs* ou centros de difusão da informação. A agência norte-americana Quartz divulgou em 2015 que 67% da população brasileira busca infor-

mações, prioritariamente, no *Facebook*⁵⁷. Há também uma inversão da ordem, uma vez que os agentes do Estado, aqueles que deveriam vigiar, passam a ser vigiados graças à multiplicação de câmeras, *smartphones*, etc.

Se a mídia é um dispositivo de poder isso se dá porque a linguagem é um espaço de produção do simbólico – e o domínio também se faz por meio da construção de significados e sua *partilha*. “As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder” (CASTELLS, 2013, p. 16). Portanto, quando coletivos assumem seu espaço de influência dentro do processo, o que surge é um contra-poder que coloca o campo comunicacional em disputa. Uma guerra de linguagens. Por essa razão é possível pensar veículos independentes, midiativistas, a partir do paradigma das máquinas de guerra proposto por Deleuze e Guattari. Um coletivo como a *Mídia Ninja*, por exemplo, se define mais pelas linhas de fuga que estabelece. Por isso é tão difícil localizar este fenômeno dentro de um campo bem delimitado como o jornalismo. Mas suas narrativas foram fundamentais ao desenrolar de um fenômeno, construindo olhares sobre os acontecimentos, promovendo partilhas do sensível.

No entanto, o objetivo aqui é captar o impacto das *Jornadas de Junho* em três veículos posteriores a ela, mas que se relacionam de uma maneira ou de outra aos coletivos que estiveram no cerne da comunicação das manifestações. *Ponte Jornalismo*, *Jornalistas Livres* e *Fluxo: Estúdio de Jornalismo* são veículos que aparecem depois de 2014. O primeiro tem como foco a cobertura de temas como segurança pública, justiça e direitos humanos. O segundo surge como coletivo de jornalistas em defesa da democracia, contra a “manipulação política da mídia tradicional”, com foco naquilo que chamam de “narrativas independentes”. O terceiro, capitaneado por Bruno Torturra, um dos organizadores da *Mídia Ninja*, tem foco no audiovisual e na experimentação jornalística. Contudo, antes de prosseguir, cabe notar que durante o período em que essa pesquisa foi realizada percebeu-se o surgimento de um número considerável de veículos independentes, entre os quais, aqueles que utilizam apenas redes sociais como *Medium* e *Facebook* para divulgar sua produção. A maioria pode ser encontrada no Mapa do Jornalismo Independente produzido pela Agência Pública, citado anteriormente. Entre os mais instigantes estão o coletivo pa-

⁵⁷ As informações estão disponíveis em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>>. Acessado em 01/07/2016.

ra a produção de reportagens *Brio*, a rede de comunicação independente *Democratize* ou a revista *Berro*, que cobre temas diversos como cultura, sociedade, política e comunicação a partir de um olhar mais irreverente. Ainda há outros grupos que não se encontram no mapa, mas trazem propostas de ruptura como os coletivos *Periferia em Movimento* ou *Guerrilha Mídia Independente*.

Dos jornais distribuídos clandestinamente durante a ditadura militar às centenas de blogs, sites e coletivos que oferecem narrativas alternativas à grande mídia, o que se percebe é a resistência enquanto maneira de constituir outros campos de possibilidades, por meio de agenciamentos que agitam o tecido social, os espaços de partilha. Com a multiplicação de vozes, de segmentos moleculares, o que se questiona é, justamente, a existência de palavras tão caras ao jornalismo tradicional como “verdade”, “imparcialidade” e “objetividade”. Os olhares sobre um único fato podem ser tão variados de acordo com a quantidade de atores que dedicam-se a analisá-lo e a narrativa, por mais hegemônica que se queira, está aberta a ruídos que insistem em demonstrar a necessidade de ir além do lugar-comum, do *cliché* e das simplificações. As semelhanças percebidas entre os veículos escolhidos para a análise é, justamente, a capacidade de deslocar o olhar sobre as histórias e produzir narrativas que destoem. É neste sentido que pode-se falar de resistência na comunicação, um modo de resistir que sempre será singular. São experiências que, de alguma maneira, “curto-circuitam o *modus operandi* midiático ao dar visibilidade a um conjunto de notícias que não aparecem em grandes jornais” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 115). Não significa que os coletivos substituirão os portais de notícias na internet ou mesmo que esses tenham se tornado supérfluos, mas os deslocamentos realizados pelos veículos independentes apresentam outros “modos de fazer” capazes de chegar a públicos diferentes que, por vezes, não se sentem representados pelos agentes tradicionais.

É possível supor que a relativa coesão que coloca em relação tantas entidades e coletivos aprioristicamente incompatíveis seja resultante do trabalho midiativista de produção de consenso entre as narrativas independentes. As constantes reuniões presenciais entre as mídias livres e sua circulação pelas diversas plenárias e assembleias populares assumem um papel mediador e conciliador. Embora persistam as divergências de orientação política e acusações recíprocas entre coletivos distintos, o repórter independente conquistou um papel social no cenário da militância real e virtual que lhe confere legitimidade e credibilidade junto ao conjunto total dos manifestantes. Isso se deve, principalmente, à sua prestigiosa atuação no combate

à hegemonia do discurso da grande mídia, pelo menos do ponto de vista dos próprios ativistas (BEZERRA; GRILLO, 2014, p. 207).

A polifonia é necessária e a internet permitiu que vozes discordantes se propaguem e atinjam quem lhes interessa. Em meio a este cenário, novos riscos se anunciam. Os filtros utilizados por algumas redes sociais, como é o caso do *Facebook*⁵⁸, para decidir o que um usuário visualizará em sua página traz a eminente questão em torno da eliminação da diferença. Embora seja possível superá-los, essa questão não será aprofundada, uma vez que depende de outras discussões. Mas cabe notar que instaura-se um novo foco que demanda resistência. O uso da internet feito por jornalistas insatisfeitos com a forma como a mídia tradicional se cristalizou ou por aqueles que perceberam a crise de um certo modelo jornalístico, trouxe novos sentidos à resistência. “Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente” (ANTOON; MALINI, 2013, p. 142). O objetivo agora é perceber que formas de resistência se anunciam no campo empírico das práticas jornalísticas presentes nos veículos que serão analisados.

3.2. PONTE JORNALISMO

Uma vez que a resistência se dá entre os limites do poder (FOUCAULT, 2014a), há que se compreender que é dentro das fronteiras jornalísticas que *A Ponte* propõe seus modos de resistir. O veículo criado em março de 2014, em São Paulo, não objetiva a abolição do jornalismo – o que seria a expressão máxima da característica mais radical de uma máquina de guerra: “*destruição, abolição pura e simples, paixão de abolição*” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 122) –, mas a utili-

⁵⁸ O *Facebook* é uma rede social mantida por uma empresa privada interessada não apenas no lucro, mas no domínio simbólico que exerce. Não deixa de ser alarmante a quantidade de pessoas que tem a rede como principal canal de acesso às informações. O anúncio feito pelo porta-voz da empresa no final de junho confirmando que serão feitas alterações no algoritmo que decide o que cada usuário vê em sua linha do tempo demonstra o poder da rede social para o controle da opinião pública. “Tome-mos como exemplo a explosão midiática em torno do Brexit, o referendo realizado no Reino Unido para determinar sua saída da União Europeia: um usuário a favor do “Fico” no Facebook explicou quão complicado foi para ele encontrar postagens dos opositores já que, no dia em que o “Deixo” ganhou, buscou por postagens celebrando a vitória e surgiram poucos resultados”, escreveu Federico Nejrotti (2016), jornalista da revista on-line *Motherboard*. É importante ressaltar que, embora as tecnologias sejam neutras, o *Facebook* não é uma tecnologia em si, mas o uso da capacidade de realizar conexões por meio da internet. Esse uso, no entanto, não é nada neutro.

zação de suas técnicas para a realização de um compromisso ético que se estabelece entre jornalistas, leitores e fontes. A *Ponte Jornalismo* vem oferecendo narrativas sobre três temas específicos: segurança pública, direitos humanos e violência. Um de seus objetivos centrais é trabalhar de maneira mais consistente pautas consideradas “policiais”, apontando para a desterritorialização de uma das pautas mais tradicionais, a cobertura policialesca. É por estabelecer outro “regime de verdade” (FOUCAULT, 2014b), que a produção do coletivo paulistano demonstra possibilidades de resistência. As histórias são contadas tendo como personagens principais figuras minoritárias – jovens da periferia de São Paulo, vítimas de abuso policial, detentos do sistema prisional, trabalhadores sexuais, entre outros – e busca-se dar voz a esses grupos que estão às margens dos poderes tradicionais. É neste propósito de enfretamento das narrativas tradicionais que percebe-se um primeiro foco de resistência.

Uma breve descrição sobre o objeto: trata-se de um coletivo que conta com 13 autores e seis colaboradores, embora essa divisão não seja esclarecida. Além do site, há um canal no *Youtube*, uma página no *Facebook* e um perfil no *Twitter*. Os assuntos principais se desdobram em outras subcategorias. Dentro da aba de “direitos humanos” estão as de “gênero” e “racismo”. Em “segurança pública” encontra-se a subcategoria de “violência policial”. A seção “Mural” é dedicada a artigos de opinião escritos por Cláudia Belfort, charges de Junião e textos de autores convidados. São professores, pesquisadores, jornalistas, advogados que escrevem sobre os temas abordados pelo veículo. Chama a atenção um último hiperlink com o nome do poeta Sérgio Vaz que leva a uma página com um único poema escrito por ele, intitulado “Somos Nós”. Não há periodicidade na produção das matérias: há dias em que nenhuma matéria é colocada no ar, mas em outros entram dois, três ou até quatro textos. Maria Carolina Trevisan⁵⁹ conta que o coletivo foi batizado em referência à música “Da Ponte pra Cá”, do grupo de rap Racionais MC, uma das 40 instituições apoiadoras do projeto:

⁵⁹ Maria Carolina Trevisan é jornalista, repórter do coletivo Jornalistas Livres, coordenadora de projetos da ANDI, pesquisadora do Núcleo de Estudos Sobre o Crime e a Pena da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e Jornalista Amiga da Criança. Em entrevista para a Rede TV!, ela falou sobre aspectos diversos do coletivo, inclusive os motivos que levaram à sua criação e as formas como se organiza a produção jornalística. A entrevista foi realizada em 19/11/2014.

A gente escolheu esse nome, *Ponte*, porque a gente acha que o jornalismo tem se omitido para falar de questões relacionadas à periferia. Então, nosso papel seria de fazer essa ponte e as questões que são geralmente não noticiadas na grande imprensa com a população em geral (TREVISAN, 2016).

De acordo com a jornalista, a maior parte do coletivo já passou por veículos da grande imprensa paulistana como Folha de S. Paulo ou Estadão e contam com uma trajetória importante. “A gente é especializado em segurança pública, justiça e direitos humanos. Alguns são especializados em alguns temas determinados, mas todo mundo sabe fazer cobertura dessas três áreas que eu estou mencionando”. Ela afirma que também há profissionais mais jovens trabalhando junto ao coletivo, uma vez que “a *Ponte* também tem um DNA de formação de jornalistas para trabalhar nessa área, que não é simples de cobrir” (TREVISAN, 2016). Na entrevista, Maria Carolina explica que os jornalistas não se dedicam exclusivamente ao coletivo, porque ainda não há financiamento. A maioria se divide entre outros empregos ou trabalhos autônomos que garantam alguma renda. Todas as terças-feiras à noite há reuniões de pauta para as quais todos os jornalistas são convidados. No encontro, definem-se as pautas que serão trabalhadas e, durante a semana, os profissionais se comunicam pelas redes sociais. Contudo, se houver algum acontecimento importante durante a semana relacionado à área de cobertura no qual se percebe que a presença da *Ponte* poderia trazer um outro olhar, há um remanejamento das pautas e os jornalistas são realocados para acompanhar o fato.

Quanto à recepção do público, Trevisan (2016) ressalta que o trabalho da *Ponte* demonstrou a existência de um “vácuo de cobertura” em assunto ligados às questões de segurança pública, justiça e direitos humanos. De acordo com a jornalista, a experiência dos colaboradores é um diferencial, por trazer maior profundidade e abrangência aos temas, sobretudo quando exigem conhecimentos especializados. Sobre a maneira como o coletivo se mantém financeiramente, a jornalista brinca: “na raça”. Todos os profissionais trabalham voluntariamente e cada um paga uma quantia mensal para a manutenção de uma sala, localizada em um edifício comercial no bairro do Bexiga, em São Paulo. Na entrevista, Trevisan afirma que a *Ponte* estava em processo para se tornar uma organização social, o que garantiria a possibilidade de conseguir doações de fundações e institutos que financiam projetos do tipo. “Eu acho que a nossa receita vai vir mais disso do que, por exemplo, de

vender reportagem (...). Por isso, estamos buscando outros tipos de financiamento” (TREVISAN, 2016).

Até aqui o que se percebe é a existência de um veículo independente, que tem se organizado ou, em termos deleuze-guattarianos, estriado um espaço. De fato, há alguma delimitação. Essas fronteiras que vão se construindo demonstram um conflito que incessante: os movimentos de desterritorialização levam a reterritorialização, formas complementares deste fluxo. Da mesma maneira, o molecular irrompe no molar e vice-versa. Não existe movimento puro, universal. Contudo, as sutilezas do pensamento de Deleuze e Guattari apontam para outras possibilidades de interpretação. A proposta do coletivo é enunciada claramente: cobrir as áreas de segurança pública, direitos humanos e justiça, utilizando-se técnicas jornalísticas, sobretudo a reportagem. Entretanto, essa demarcação de fronteiras é antes um modo de se localizar do que de se sedentarizar. Em certo ponto de seu *Tratado de Nomadologia*, os autores (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 60) afirmam que o espaço liso se situa, sempre, entre espaços estriados. “Mas ‘entre’ significa igualmente que o espaço liso é controlado por esses dois lados que o limitam, que se opõem ao seu desenvolvimento e lhe determinam, tanto quanto possível, uma função de comunicação (...)”. Contudo, os ocupantes do espaço liso, por sua vez, também podem se voltar contra os limites que lhes cercam. As técnicas jornalísticas e as necessidades financeiras são algumas das fronteiras que limitam os atos de desterritorialização da *Ponte*, mas as relações entre dentro e fora não são pacíficas. Muito pelo contrário, o conflito é sua marca. Bartleby (MELVILLE, 2015) se recusa, mas depende da linguagem para fazê-lo. Beckett desmonta a literatura, mas não se desvencilha da língua, mesmo quando se desterritorializa escrevendo em francês. Kafka faz da literatura sua arma, com ela compõe uma máquina de guerra, que o permite enfrentar o labirinto sem fim da vida burocrática em Praga. Se o coletivo paulistano pretende construir outras formas de narrar os problemas ligados à justiça, aos direitos humanos e à segurança pública, isso não significa desvencilhar-se totalmente do “modo de fazer” jornalístico. Resistir não significa abandonar, mas reinventar, criar outras potências.

De acordo com o jornalista Bruno Paes Manso⁶⁰, foi a partir de verba levantada pela Agência Pública para uma série de reportagens sobre violência policial que surgiu a *Ponte*. O coletivo recebeu uma quantia de R\$ 4,5 mil durante quase um ano, doado pela *Open Society* – uma fundação internacional que fomenta organizações relacionadas aos temas de direitos humanos, segurança e políticas públicas. “O dinheiro era utilizado para pagar o salário de uma pessoa fixa que cuidava da operação editorial do dia a dia, bancava custos de infraestrutura do site e cobria parte do aluguel da sede da organização” (ESSENFELDER; GOMIDE; VITURI, 2015, p. 2). Um dos desafios encarado pelo coletivo em 2015 foi a manutenção da redação, uma vez que as fontes de renda eram escassas. Seriam necessários cerca de R\$ 120 mil para cobrir os custos de manutenção do veículo – incluídos os salários fixos de cada profissional e os custos de cobertura. “O desafio agora é encontrar formas de sustentar a *Ponte*. (...) nosso desafio agora é virar um modelo de negócio e tornar a redação autossustentável, é o nosso foco hoje” (MANSO, 2016).

Questões financeiras se levantaram em diversas ações de mídia e jornalismo, não necessariamente apenas às que visam resistir aos modelos tradicionais de mídia. Ramonet (2012) aponta como possibilidade o *jornalismo sem fins lucrativos*, que é mantido por doações de mecenas, fundações ou doações do público por meio de ações de financiamento coletivo. Essas são possibilidades, mas apontam apenas para o caráter criativo da resistência. Ao fugir dos modelos tradicionais de mídia, também é preciso encontrar soluções para questões básicas à existência de um veículo. Para levantar fundos para a realização de reportagens e outros materiais, Manso afirma que além da função de repórter, também é preciso buscar patrocinadores e “negociar a grana”. Ainda há questões sobre o financiamento sendo discutidas. Uma delas diz respeito a verbas que venham do governo federal, algo que é visto de maneira crítica pelos integrantes do coletivo. Em 2015, o veículo se sustentou com o dinheiro de uma poupança criada com fundos dos próprios jornalistas. Outra parte da verba veio de um projeto desenvolvido por um grupo de psicólogos que

⁶⁰ Bruno Paes Manso é o presidente da Ponte Jornalismo e um de seus fundadores. Tem graduação em Jornalismo (PUC-SP) e Economia (USP). Atuou nos veículos Revista Veja, Folha da Tarde, Folha de S. Paulo e O Estado de SP, no qual trabalhou por dez anos como repórter. Desenvolve pesquisa de pós-doutorado junto ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Foi o convidado para palestrar durante o evento “Série: Repórter II”, promovido pelo Itaú Cultural, em setembro de 2015. Discutiu temas relacionados ao jornalismo, sobretudo em relação à importância da função em meio à democracia e aos novos modelos que se anunciam com a crise do modelo industrial das redações.

desenvolve trabalho com moradores de rua. A Prefeitura de São Paulo contratou integrantes da *Ponte* para ministrar oficinas de jornalismo.

“A *Ponte* tem ainda uma parceria com a ONG Artigo 19, instituição formada por advogados alinhados à linha editorial do grupo” (ESSENFELDER; GOMIDE; VITURI, 2015, p. 4), que tem garantido apoio jurídico ao coletivo. Projetos e outros meios de financiamento têm sido discutidos, mas segundo o estudo de caso realizado por Essenfelder, Gomide e Vituri (2015), a *Ponte* recusou propostas de parceria com representantes da grande mídia como Uol, Folha de S. Paulo e Estadão. Os autores ressaltam que parcerias com veículos tradicionais foram uma das estratégias utilizadas pelo *Marshall Project*, um projeto de cobertura de segurança pública idealizado por Bill Keller, que saiu do *The New York Times* para fundá-lo. O veículo norte-americano conta com um orçamento anual de US\$ 5 milhões. Contudo, Trevisan (2016) lembra que as tentativas de vender conteúdo para outros veículos não foram bem sucedidas, principalmente em razão dos valores negociados.

O núcleo de resistência expressado pela *Ponte* se caracterizou desde as primeiras reuniões. Em vez de grandes reportagens especiais, decidiu-se usar a verba da *Open Society* para cobrir cotidianamente assuntos policiais que, segundo Manso (2016), “estavam sendo mal cobertos pelos jornais”. Com a redução das redações, o tema deixou de ser atraente, sobretudo por não gerar cliques. “A cobertura de segurança pública não desperta o interesse a não ser de jornais sensacionalistas, Datenas da vida, que apelam para o lado macabro das pessoas, para o medo, que reforçam os estereótipos”, afirma Manso. Para o jornalista, nesses casos, não se trata de jornalismo, mas de entretenimento. Durante a primeira reunião, verificou-se que os presentes achavam importante se contrapor a esse tipo de cobertura. Estavam presente os fundadores do veículo: André Caramante, Bruno Paes Manso, Caio Palazzo, Claudia Belfort, Fausto Salvadori Filho, Joana Brasileiro, Laura Capriglione, Luis Adorno, Maria Carolina Trevisan, Marina Amaral, Milton Bellintani, Natalia Viana, Paulo Eduardo Dias, Tatiana Merlino, Rafael Bonifácio e William Cardoso. Concordou-se, então, que a diferença de tom seria imprescindível.

Ao se contrapor ao modelo hegemônico, a *Ponte* resiste. Essa resistência oferece leituras de mundo que, embora jornalísticas, esforçam-se para perceber a complexidade de fenômenos estigmatizados socialmente como os direitos humanos, a violência na periferia, o racismo, etc. “Eu brinco que o meu leitor imaginário é o ta-

xista, então, eu estou escrevendo sobre violência policial pensando em como eu vou conseguir convencer aquele taxista que acha que direitos humanos defende bandido”, argumenta Manso (2009). O que se oferece, afinal, é outro campo de partilha do sensível, em que se coloca em evidência a fragilidade de alguns discursos propagados, sobretudo, por programas televisivos como *Brasil Urgente*, *Cidade Alerta*, entre outros, considerados sensacionalistas⁶¹ por transformarem a violência em espetáculo e seguirem uma lógica maniqueísta e simplificada segundo a qual os policiais são heróis e os perseguidos serão, sempre, os vilões.

De acordo com Essensfelder, Gomide e Vituri (2015, p. 2), programas como os apresentados por José Luiz Datena ou Marcelo Rezende ganham variantes regionais e “constituem o padrão de cobertura de notícias relacionadas à violência no País. Em jornais e sites noticiosos, essas pautas são geralmente integradas às editoriais de ‘cidades’ e acabam diluídas entre assuntos diversos”. De acordo com os autores, o espaço para reportagens investigativas sobre esses temas é pequeno ou inexistente. Flausino (2003, p. 5) aponta que programas como os citados acima se especializaram em “cobrir os fatos violentos da cidade – acompanhados de comentários críticos e interpretativos de seus apresentadores. Em geral, mostram quase simultaneamente as mesmas imagens”. Com garantia de retorno financeiro, programas como esses se tornaram hegemônicos – as figuras que os comandam exercem papéis de liderança. Mas os conflitos micropolíticos são incessantes e, embora à máquina de guerra não interesse o conflito direto, as disputas não cessam. Diante das imagens de violência, que já incluíram execuções ao vivo, a *Ponte* se vale das técnicas jornalísticas para compor um quadro mais detalhado das questões que se expressam. Apesar de se tratar também de uma questão de endereçamento, o veículo questiona a maneira como são abordados os temas policiais

⁶¹ O termo *sensacionalismo* é utilizado sem muito rigor teórico para caracterizar alguns segmentos populares da grande imprensa, como os citados anteriormente. “O conceito de sensacionalismo, frequentemente utilizado para definir os produtos jornalísticos populares, já não tem servido pela sua amplitude, pelos equívocos teóricos que normalmente o acompanham e pelas novas formas de popularização” (AMARAL, 2005, p. 2). Outro ponto criticado é um certo elitismo que a palavra pressupõe, como se a maneira correta de oferecer informações jornalísticas ao público fosse apenas aquela dos jornais de referência. No entanto, *sensacionalismo* também conota uma simplificação da notícia em seu grau mais radical de mercantilização que torna a manchete mais importante que o desenvolvimento (MARCONDES FILHO *apud* AMARAL, 2005). Atualmente, utilizam-se conceitos como “modo de endereçamento”, que consiste, segundo Ellworsth (2001, p. 47), na “diferença entre o que poderia ser dito – tudo o que é histórica e culturalmente possível e inteligível de se dizer – e o que é dito”. Apesar das discussões optou-se por manter o uso de *sensacionalismo*, de modo a respeitar a fala do jornalista Bruno Paes Manso.

em uma crítica expressa e direta, que norteia sua produção. Nota-se um caminho para a resistência, portanto, nessa desterritorialização proposta pela *Ponte* em relação à cobertura de temas como o jornalismo policial.

Consciente do panorama empobrecido do jornalismo policial e de cobertura de direitos humanos, justiça e segurança pública no País, um grupo de jornalistas com experiência na área passou a se encontrar regularmente em março de 2014 para construir uma iniciativa independente de mídia: um portal on-line que tratasse exclusivamente do assunto em artigos, notícias e reportagens e que expandisse o debate em torno do tema, aprofundando a discussão (ESSENFELDER; GOMIDE; VITURI, 2015, p. 2).

Este é o *ethos* que corresponde à maneira de fazer jornalismo proposta pelo coletivo. “O jornalismo tem o papel de ser uma espécie de contrapeso dos poderosos”, acredita Manso (2016). De acordo com ele, o papel da prática jornalística é o de revelar os abusos e as distorções no exercício do poder. Os jornalistas da *Ponte* buscam realizar esse objetivo por meio da produção de reportagens, notícias, entrevistas, artigos de opinião e outros gêneros jornalísticos para contar a história de personagens que, por vezes, não aparecem na mídia tradicional. A resistência se dá por escolhas, às vezes sutis, mas que ressaltam o objetivo de oferecer aos leitores uma alternativa à mídia tradicional. Uma das escolhas centrais, que diz respeito à linha editorial, é o posicionamento que se faz na cobertura de casos policiais, “sempre dando ênfase para o lado mais fraco da cadeia – em outras palavras, às vítimas de abusos de autoridade e de falhas processuais, pessoas cujas vozes geralmente não encontram espaço na mídia” (ESSENFELDER; GOMIDE; VITURI, 2015, p. 3). O texto de apresentação da *Ponte* descreve esse objetivo:

Queremos dar visibilidade a questões que passaram a ser omitidas pela mídia comercial, contar histórias que não estão no dia-a-dia, levar à sociedade informações sobre o que está silenciado e encoberto. Histórias como a de José, 17 anos, negro, preso na própria casa por um crime que não cometeu e cujas provas que atestavam sua inocência foram ignoradas pela polícia, pela promotoria e pelo tribunal. Ou a de mais um José, 20 anos, que segundo a polícia, atirou contra a própria cabeça mesmo estando algemado com as mãos para trás. E de tantos outros Josés, Amarildos e Claudias.⁶²

No entanto, há limites que os jornalistas da *Ponte* não pretendem superar. As estruturas narrativas e os padrões estético-expressivos do jornalismo represen-

⁶² Disponível em <<http://ponte.org/contact/>>. Acessado em 03/07/2016.

tam o estriamento do espaço. “O espaço liso ou nômade situa-se entre dois espaços estriados: o da floresta, com suas verticais de gravidade; o da agricultura, com seu quadriculado e suas paralelas generalizadas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 60). O coletivo age de modo a nomadizar o jornalismo, mas os limites estão sempre ali. O conceito de pirâmide invertida, que concentra as informações mais importantes no *lide*, é uma constante. O mesmo acontece no uso da linguagem distanciada para a construção narrativa, baseada em documentos como boletins de ocorrência, entrevistas com fontes oficiais (da Polícia Militar, por exemplo). Mas há momentos em que a estrutura do texto jornalístico ganha outros contornos estéticos e realiza provocações – os limites estão sempre em jogo. A voz das vítimas ou de pessoas próximas a elas também costuma ser o gatilho de muitas reportagens. É o que acontece no texto intitulado “Estudante sai para comprar coxinha, é espancado, detido pela PM e desaparece”, escrita por André Caramante⁶³. Publicado em 1º de julho de 2016, o texto se inicia com a seguinte frase: “A gestão do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), não sabe responder onde está o estudante Wallace Araújo Souza, 18 anos”.

A reportagem se baseia no relato de um amigo de Wallace, identificado sob o pseudônimo de Jota. Junto a outro amigo, os dois iriam comprar coxinhas, mas foram abordados por um homem armado que dizia ser policial militar. Por estar sem documentos, Wallace foi separado dos amigos e, posteriormente, espancado. As principais fontes de informação são Jota e imagens das câmeras de segurança instaladas em rua próxima ao local onde o jovem foi parado. Caramante toma o relato de Jota como verdadeiro, o que fica claro ao substituir o condicional – modo verbal que indica possibilidade – pelo pretérito perfeito do indicativo, que demonstra certeza. “Enquanto se afastavam de Wallace e do motorista, Jota e o menino de 11 anos *viram que ele foi conduzido para uma parede*, onde passou a ser esmurrado e chutado”, relata o jornalista e aponta que os dois meninos são testemunhas oculares, fato corroborado pelas imagens gravadas pelas câmeras de segurança. Esse deslocamento é importante pois demonstra a desterritorialização de elementos cons-

⁶³ Disponível em <<http://ponte.org/estudante-sai-para-comprar-coxinha-e-espancado-detido-pela-pm-e-desaparece/>>. Acessado em 04/07/2016. A reportagem “Estudante sai para comprar coxinha, é espancado, detido pela PM e desaparece” foi publicada seis dias depois do desaparecimento de Wallace. No mesmo dia da publicação, também entrou no site outro texto, que trata de como a família encontrou o jovem, sob o título: “Sem apoio do Estado, família encontra jovem que havia sumido após ser levado em carro da PM”. Disponível em <<http://ponte.org/16177-2/>>. Acessado em 04/07/2016.

tituintes da linguagem jornalística. A palavra de dois adolescentes, moradores de uma favela, se torna essencial para a construção de um discurso tomado como verdadeiro por um jornalista. Não é algo que se vê todos os dias na imprensa.

Contudo, Manso (2016) ressalta que o trabalho da *Ponte* é pautado pelo jornalismo e não pela militância caracterizada no midiativismo. Segundo ele, o jornalismo se define por uma técnica e um compromisso com a verdade, enquanto a militância tem papel mais político. Ao invés de utilizar termos característicos dos códigos deontológicos jornalísticos como objetividade e imparcialidade, Bruno Paes Manso opta pelo conceito de justiça para qualificar aquilo que se busca na produção do coletivo. Sobre a postura dos jornalistas da *Ponte*, defende que é necessário buscar “um olhar crítico e, de alguma forma, afastado, desestereotipado, não maniqueísta, para que a gente consiga olhar a coisa com a devida justiça. A história tem de ser contada de uma maneira justa”. Um desafio que se impõe ao trabalho dos jornalistas do coletivo é tratar temas como a violência policial de maneira crítica sem, no entanto, se tornar “os caras que não gostam da polícia”, o que segundo Manso, enfraqueceria o veículo. Ele pontua que esse é o ideal, mas eventualmente há deslizos. Nesse sentido, a reportagem se torna um lugar privilegiado pelo coletivo. O uso de técnicas de apuração e investigação são a maneira encontrada para garantir que os textos apresentem, de alguma maneira, a complexidade dos fenômenos.

Jornalismo é comprometimento com os fatos, busca de ser justo com a história, busca de fazer uma narrativa que seja real, que seja fiel e que faça com que a pessoa que está sendo citada nessa matéria sinta-se constrangida e mude a forma de agir porque o que a gente escreveu é uma verdade, então, eu acho que é um comprometimento do jornalismo com uma apuração bem-feita, com história bem escrita, bem contada para outras pessoas, não só as pessoas que já concordam com o que você fala (MANSO, 2016).

Embora haja críticas constantes sobre os abusos da polícia, os jornalistas também relativizam questões como o despreparo, a falta de formação e os erros administrativos que colocam os policiais em situações exaustivas. Um exemplo é o artigo “PM contesta poder de Polícia à GCM”, assinado por Claudia Belfort. Nele, a jornalista informa que o posicionamento do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares do Brasil, contrário ao projeto de lei que daria poderes semelhantes aos da PM às Guardas Civis Municipais. De acordo com o texto, o presidente do conselho militar, coronel Mário Sant’anna, afirmou que “o projeto não era

a melhor solução para o reforço da segurança pública nacional”. Belfort também evoca trechos da entrevista realizada com Luiz Eduardo Soares, antropólogo e ex-secretário Nacional de Segurança Pública, que acreditava no aumento de disputas, conflitos e rivalidade. Desse modo, se percebe que o trabalho feito pela *Ponte* não se limita às críticas aos abusos policiais, mas à cobertura de temas diversos que se relacionam ao universo da segurança pública, justiça e direitos humanos⁶⁴.

Outro aspecto de resistência presente na *Ponte* é a maneira horizontal na qual o veículo se organiza. De acordo com Essenfelder, Gomide e Vituri (2015, p. 3), o veículo não segue a hierarquia clássica de uma redação. “Não há editor, redator-chefe, repórter especial ou outros cargos preestabelecidos como há em jornais e revistas”. A estrutura hierárquica existe apenas juridicamente, mas os integrantes do coletivo se esforçam para que ela não se reflita nas decisões práticas e editoriais. A experiência dos jornalistas, no entanto, é levada em conta, mas com o objetivo de garantir que o material final tenha qualidade. Os textos costumam ser lidos por diversos integrantes antes de serem publicados e as informações são checadas por mais de um jornalista.

Esses pontos de inflexão apontam para outros caminhos que podem vir a ser cruzados pelo jornalismo contemporâneo. A *Ponte* se ergue como uma expressão molecular, capaz de produzir novos campos de subjetividade ao colocar em circulação outras palavras de ordem. A visibilidade que se oferece aos grupos periféricos da sociedade por meio das reportagens, artigos, entrevistas, etc, realizados pela pública representa um enfrentamento ao *status quo*. Mesmo com as limitações impostas por um modelo de negócios que ainda não é sustentável, o veículo consegue fazer repercutir suas informações nas redes sociais e em sites da grande mídia. A notícia sobre Wallace Araújo de Souza, o jovem que saiu para comprar coxinhas e foi espancado por policiais militares, é um exemplo. Após a divulgação da reportagem de André Caramante, jornais televisivos também divulgaram os abusos policiais, o que garantiu a pressão sobre a PM. Os deslocamentos realizados pelo coletivo, que atingem diversos aspectos do campo jornalístico, parecem essenciais para a compreensão do que é definido neste trabalho como jornalismo nômade.

⁶⁴ O artigo “PM contesta poder de polícia à GCM”, foi publicada em 07/08/2014. Disponível em <<http://ponte.org/pm-contesta-poder-de-policia-a-gcm/>>. Acessado em 04/07/2016. A reportagem que traz a entrevista do antropólogo Luiz Eduardo Soares, “Senado aprova poder de polícia às guardas municipais”, foi publicada em 17/07/2014. Disponível em <<http://ponte.org/senado-aprova-poder-de-policia-as-guardas-municipais/>>. Acessado em 04/07/2016.

Resistência não implica revolução. Embora não seja o exemplo mais radical, a *Ponte* coloca em disputa elementos hegemônicos e regimes de verdade. Os enfrentamentos possíveis se efetuam às margens, mas assim reconfiguram territórios. Colocando-se uma questão apresentada no primeiro capítulo, a ação do coletivo parece responder a um problema essencial à questão do poder. “Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder (...), mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento”, afirma Foucault (2012b, p. 54), sobre o papel do intelectual nas lutas cotidianas. A afirmação diz muito sobre o papel de um jornalismo nômade, resistente. Como se viu anteriormente, a mídia é um dispositivo disciplinar de suma importância aos modos de produção de subjetividades, elemento central ao domínio hegemônico e ao controle. Tomá-la de assalto, mesmo que com timidez, é uma estratégia essencial para ressignificar a existência de tantos que estão à margem dos poderes contemporâneos. Dar a palavra aos que estão fora é uma inversão nas estruturas de poder. Apesar das limitações, a *Ponte* tem seguido essa trilha rizomática.

3.3. JORNALISTAS LIVRES

“Os Jornalistas Livres, em um certo sentido, foi um produto dessa incomformidade com o fato de que a Folha e o Estadão, entre outros, estão fazendo o jornalismo deles. Mas nós podemos fazer um outro jornalismo”, defende a jornalista Laura Capriglione⁶⁵ (2016), uma das responsáveis pela organização da rede de coletivos criada em 12 de março de 2015 para a cobertura das manifestações que pediam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Para ela, tanto os *Jornalistas Livres* quanto a *Ponte*, assim como os veículos que se propõem a oferecer narrativas diversas às da grande imprensa, são uma resposta à crise de representatividade que atingiu parte da mídia brasileira. Um dos sintomas se apresentou durante as

⁶⁵ Laura Capriglione é jornalista. Atuou como repórter especial na Folha de S. Paulo entre 2004 e 2013. Também foi diretora de redação no Notícias Populares e diretora-executiva da Veja. Em 1994, foi vencedora do Prêmio Esso de Reportagem com a matéria “Mulher, a grande mudança no Brasil”, produzida para “Veja” em parceria com Dorrit Harazim e Laura Greenhalgh. Graduiu-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e chegou a iniciar o curso de Física, mas abandonou-o. Na década de 1970, participou da organização Liberdade e Luta, uma tendência do movimento estudantil fortemente ligada ao pensamento trotskista. Foi uma das principais responsáveis pela organização dos *Jornalistas Livres*, com o objetivo de trazer mais pluralidade para a mídia brasileira.

manifestações de 2013, uma vez muitos dos que participaram dirigiram suas críticas e protestos aos veículos tradicionais. Com uma anedota, a jornalista define o que pode se entender por “crise de representatividade”. Ela conta que quando começou a trabalhar na Folha de S. Paulo, de onde foi demitida em novembro de 2013, todo jornalista era obrigado a recitar o seguinte lema: “Nós, jornalistas da Folha, somos pluralistas, apartidários e independentes”. Contudo, para Capriglione, esse mantra oculta os interesses sociais e econômicos e ideológicos que agem por detrás da produção jornalística da empresa. “Não é ilegítimo que esse veículo tenha interesses. Eu sou das pessoas que defendem a legitimidade de qualquer veículo para defender os seus pontos de vista, mas acho importante que tenha clareza, que tenha transparência em relação a isso” (CAPRIGLIONE, 2016). Ela discorda de que seja isso o que ocorre na grande imprensa brasileira:

Eu acho que a imprensa tradicional é preconceituosa em relação aos evangélicos. É preconceituosa em relação a periferia. É preconceituosa em relação aos movimentos sociais. É preconceituosa em relação a um monte de coisas porque ela reflete um determinado grupo político – político no sentido amplo da história – e uma determinada classe social (CAPRIGLIONE, 2016).

De acordo com Capriglione (2016), há coletivos de Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro participando dos *Jornalistas Livres*. “Estamos nos organizando para montar grupos em outras cidades”. A rede conta com um canal no Youtube, uma página no Facebook e no Twitter, além de um site criado por meio de uma campanha de *crowdfunding*, na qual foram levantados R\$ 132.730,00. A campanha no site Catarse.me foi encerrada em julho de 2015, superando o valor pedido pelo coletivo. O dinheiro arrecado por meio do financiamento coletivo foi utilizado para cobrir os custos com uma sede – localizada na rua Conselheiro Ramalho, 945, no Bexiga, em São Paulo; a criação de um site do coletivo, o que garantiria maior independência em relação a tecnologias de terceiros como as redes sociais nas quais o coletivo veiculou sua produção desde sua criação; e o custeio da produção de reportagens especiais, que incluíam gastos com viagens, diárias, hospedagem, entre outras despesas. Duas reportagens sobre os conflitos entre produtores rurais e integrantes do povo Guarani-Kaiowá, depois de uma tentativa de retomada da terra Ñanderu Marangatu na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, foram produzidas com parte do valor arrecadado. “Guarani Kayowaa: a dolorosa retomada”, assinada

por Adriana Carvalho, e “O que sabemos até agora sobre a situação dos Guarani-Kaiowá no MS”, de Giovanna Consentini, foram publicadas em 26 de agosto e 22 de setembro de 2015. A primeira traz falas de indígenas envolvidos na retomada e contextualiza as questões políticas e socioculturais em torno da disputa, enquanto a segunda faz um retrospecto dos ataques sofridos pelos indígenas a partir de uma profusão de dados levantados pela reportagem.

O uso da palavra “retomada” é um recorte importante para compreender o tipo de cobertura pretendida pelos *Jornalistas Livres*, pois coloca em pauta outra palavra de ordem que corresponde àquela potencialidade revolucionária invocada por Deleuze e Guattari (2011a, p. 62): “(...) transformar as composições de ordem em componentes de passagens”. A escolha deixa clara a intenção de sinalizar que a história está sendo contada pelo ponto de vista dos indígenas, pois estes consideram que a terra lhes foi retirada. A posição se respalda no universo simbólico do povo Guarani-Kaiowá, que agiria segundo o seu direito constitucional às terras que pertenceram aos povos ancestrais do Estado. Como foi apresentado anteriormente, veículos da mídia hegemônica costumam tratar a questão em termos de “invasão” e “ocupação”, este último tido como a opção neutra, que não agride nem um grupo, nem outro. A escolha de contar a história a partir da experiência indígena, no entanto, não é uma sutileza que se dá apenas na escolha de palavras carregadas de simbolismo. O primeiro parágrafo do texto de Giovanna Consentini aponta para os rumos que serão tomados em sua reportagem:

Expulsos de suas terras nos anos 1940 e 50, não é novidade que o povo Guarani-Kaiowá vive um cotidiano de guerra civil no Mato Grosso do Sul. O conflito com grandes proprietários de terra, reflexo da falha política indigenista brasileira, vem se arrastando por décadas e acumulando cada vez mais vítimas.⁶⁶

Junto ao lançamento da campanha de financiamento coletivo no Catarse foi divulgado o manifesto dos *Jornalistas Livres*. Uma série de desterritorializações propostas pela rede, que vão desde a busca por uma organização horizontal, sem hierarquias administrativas, a princípios norteadores à sua produção jornalística. Os termos apresentados no manifesto respaldam um jornalismo ancorado na luta por

⁶⁶ A reportagem “O que sabemos até agora sobre a situação dos Guarani-Kaiowá no MS” está disponível em <<https://jornalistaslivres.org/2015/09/o-que-sabemos-ate-agora-sobre-a-situacao-dos-guarani-kaiowa-no-ms/>>. Acessada em 21/07/2016.

causas de grupos minoritários. Como se viu no exemplo da cobertura sobre as disputas de terra em Mato Grosso do Sul, o trabalho feito pelos jornalistas da rede assume um lado, o das minorias. As intenções parecem se concretizar nos textos presentes no site, justamente ao colocar em circulação palavras de ordem normalmente ignoradas. Entre os princípios, afirma-se:

#JornalistasLivres acreditamos que a história da qual participamos, todos os dias, precisa ser contada a partir de muitos pontos de vista. Somos ambicios@s a respeito das narrativas do nosso tempo. Fazemos o registro da história e das histórias e não aceitamos que a realidade seja registrada somente pelos que detêm o poder econômico, político e cultural.

#JornalistasLivres não observamos os fatos como se estivéssemos deles distantes e alienad@s. Sabemos que a mídia, o jornalismo e @s jornalistas interferem diretamente naquilo que documentamos, reportamos e interpretamos. Não nos anulamos, não nos apagamos das fotografias, não nos escondemos atrás dos fatos para manipulá-los. Nos assumimos como participantes ativ@s dos fatos que reportamos. Participamos da realidade como cidadãos e cidadãs movid@s pelo interesse coletivo: transparentes, franc@s, abert@s, democrátic@s.⁶⁷

É bastante claro o objetivo de oferecer contra-narrativas ao que se vê cotidianamente nos grandes veículos das capitais em que o coletivo está presente. Assim, *Jornalistas Livres* se tornou voz das dissidências em um momento no qual as polarizações políticas e sociais se acirravam ferozmente. O coletivo reuniu em sua formação profissionais da imprensa como os jornalistas Bia Abramo, Carolina Trevisan, Haroldo Ceravolo, Larissa Gould, Laura Capriglione, Pedro Alexandre Sanches e Victor Amatucci, os fotógrafos Rafael Vilela e Vinícius Souza, o ativista Adriano Diogo, a advogada Eliane Dias e a produtora Louise Akemi. Em “Seja Jornalista Livre”, um vídeo de divulgação do projeto que convidava as pessoas a doarem para a campanha de *crowdfunding*, as imagens evocam os personagens que serão os protagonistas das histórias contadas pelo coletivo: uma transexual, um povo indígena em um ritual tradicional na aldeia, manifestantes da Frente de Luta pela Moradia, entre outros. É a partir de um recorte bastante específico e claro que se reorganizam noções como os critérios de noticiabilidade e os códigos deontológicos, visto que não se tratam dos mesmos valores da imprensa tradicional. As *tags* que organizam o conteúdo no site demonstram outra desterritorialização. Ao lado de assuntos cobertos tradicionalmente pela mídia hegemônica como política, economia, saúde e edu-

⁶⁷ O manifesto #Jornalistas Livres está disponível em <<https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>>. Acessado em 21/07/1986.

cação, também estão elencados temas relacionados aos negros, ao feminismo, aos indígenas, à comunidade gay e transexual e às questões pertinentes ao Rio Doce, sob o qual foram reunidas matérias da extensa cobertura sobre o rompimento de uma barragem no município de Mariana, em Minas Gerais.

Considera-se a rede *Jornalistas Livres* como um exemplo desta categoria compreendida como jornalismo nômade porque se percebe nos modos de ação e organização do coletivo uma orientação em torno dos devires-minoritários pensados por Deleuze e Guattari. Ao se organizar para dar voz aos grupos socialmente excluídos, o veículo se aproxima à concepção de máquina de guerra deleuze-guattariana, ou seja, um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga, espaços de transitoriedade e transformação. Reinventa-se o próprio modo de fazer jornalismo para que seja possível trazer para o centro aqueles personagens que estavam à margem. Assim como *A Ponte*, os jornalistas livres buscam contar a história a partir de um olhar para as singularidades que compõem o tecido social. “Quando a gente trabalha na grande imprensa é como se a gente fosse aqueles paulistas que chegam à Bahia e os baianos falam: você tem um sotaque forte, ein” (CAPRIGLIONE, 2016). O jornalista, segundo ela, não percebe a maneira como mobiliza o campo simbólico de uma determinada maneira à medida que corresponde às expectativas do público-leitor de determinado veículo.

Como Zourabichvili (2004, p. 24) explica, *desterritorializar* significa deixar o território e duas perguntas são fundamentais para a compreensão dessa ideia proposta por Deleuze e Guattari: “Que relação com o estranho, que proximidade do caos suporta o território? Qual é seu grau de fechamento ou, ao contrário, de permeabilidade (crivo) ao fora (linhas de fuga, pontas de desterritorialização)?”. A noção de território é geográfica, mas também existencial. Um nome, por exemplo, é um território na acepção dos pensadores franceses. Enquanto campo de expressividade, os *Jornalistas Livres* permitem descodificações e recodificações, novas possibilidades de representação. Por isso, o uso de palavras – pólos de expressão – como “golpe” ou “retomada” apresenta um outro modo de significar o mundo, de recortar o real. Essa mudança é significativa. Operada da maneira como é realizada pelos jornalistas do coletivo, ela apresenta uma maneira de resistir aos discursos hegemônicos oferecendo em seu lugar uma narrativa alternativa, que ressalta outras possibilidade de partilha do real. A comunicação é um espaço de

ação do poder, um espaço em constante disputa, porque é um elemento essencial da produção e modulação das subjetividades. Dai a importância de ações como as performadas pelos *Jornalistas Livres*. Em sua fala no encontro do Itaú Cultural, Laura Capriglione (2016) resume as questões teóricas e éticas levantadas aqui de maneira mais simples:

As pessoas perguntam: mas a Frente de Luta pela Moradia não vai escrever do ponto de vista pessoal da FLM? Está bem. Mas o Aécio (Neves) escreve de que ponto de vista universal na Folha? Ele escreve do ponto de vista do Aécio, do ponto de vista do PSDB. Nós achamos que esses caras, os não-representados, são os caras aos quais nós queremos dar voz e direito de falar, de se expressar e de se comunicar.

O modo de produção jornalístico e a própria linguagem jornalística são dois territórios que passam por desterritorializações no trabalho que tem sido realizado por essa rede de coletivos. Outro ponto a ser analisado é o financeiro. Anuncia-se, logo, outra frente de resistência. A proposta, segundo Laura Capriglione, era construir um meio de financiamento independente de grupos econômicos tradicionais como empresas imobiliárias, automobilísticas, entre outros. Com a campanha de financiamento coletivo, 1.292 pessoas contribuíram para que o veículo desse seus primeiros passos – o nome de todos os que contribuíram foi publicado na seção “Quem Somos” do site. O sucesso do projeto fez com que os integrantes tivessem a oportunidade de “sonhar”, afirma a jornalista. “Quem se sente representado por essa mídia, vai querer sustentar essa mídia” (CAPRIGLIONE, 2016). Esse modelo, segundo ela, tem fortalecido a mídia independente de países como a Espanha ou os Estados Unidos. Por enquanto, os jornalistas atuam como voluntários e ainda mantêm atividades paralelas para garantir o sustento pessoal.

Há, finalmente, um episódio que se destaca nos primeiros meses da história dos *Jornalistas Livres*, por apresentar uma ruptura com padrões deontológicos e estéticos do jornalismo. Em 16 de agosto de 2015, dias depois de episódios de chacinas realizadas em Osasco e Barueri, por grupos de extermínio que poderiam estar ligados à Polícia Militar, foi publicada a reportagem “Marcha Fúnebre Permanente”, na página mantida pelo coletivo no *Medium*. Nela, a jornalista Maria Carolina Trevisan conta que, em meio a um protesto pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff com participação de mais de 135 mil pessoas na Avenida Paulista, não se via nenhum cartaz pedindo justiça pelas mortes, o que deixava claro o abismo social

entre a periferia paulistana e os atos que vinham sendo realizados em uma das principais vias de São Paulo. Esse foi o cenário para a performance das atrizes Isis Carolina Vergílio e Alessandra Santos, registrada pelas lentes do cineasta Ricardo Targino. “Sobre a bandeira do Brasil, o sangue – obviamente, vermelho – encharcava a roupa da moça negra que jazia na avenida mais importante do país. A mãe, desesperada, banhava o corpo de pipocas, oferenda ao orixá Omulu”⁶⁸, escreve a jornalista. Ao final do ato, um cartaz com a frase “falta vermelho nessa bandeira!” era colocado ao lado do corpo da atriz.

Figura 9: Performance da atriz Isis Carolina Vergílio



Fonte: Mídia Ninja

O texto é informativo, mas fica claro o seu objetivo: expor o contraste social e demonstrar o racismo velado dos grupos conservadores que tomaram a avenida. As atrizes, inclusive, foram expulsas sob gritos que as acusavam de serem “petistas” e “sem trabalho”. A jornalista encerra o texto da seguinte maneira:

A carne mais barata do mercado segue sendo a carne negra. O mais espantoso é que isso não causa repulsa, indignação, revolta. Segundo o Mapa da Violência 2015, cerca de 70% dos assassinados por arma de fogo são jovens e negros. Enganam-se os manifestantes que dizem “nossa bandeira jamais será vermelha”. Nossa bandeira é vermelha, sim. Vermelha manchada de sangue. Somos todos responsáveis pelo país racista que seguimos tolerando. Que mata. Somos filhos deste solo.

⁶⁸ A reportagem está disponível em <<https://medium.com/jornalistas-livres/marcha-f%C3%BAnebre-permanente-b8fc247af349#.idofxweq1>>. Acessada em 21/07/2016.

O tom do texto chama a atenção ao romper com ideais de objetividade aos quais o jornalismo tradicional busca se ater, garantindo assim um texto asséptico e *dessubjetivado*. No entanto, outra informação subverte ainda mais a lógica jornalística: as atrizes que encenavam o desespero da mãe ao perder um filho são integrantes dos *Jornalistas Livres*. O ato ressalta a porosidade entre jornalismo e ativismo presente nas ações do coletivo. Embora não se trate de novidade o uso de recursos cênicos na produção jornalística, é interessante perceber a mobilização estética utilizada pela rede para sensibilizar (e provocar) o público. A resistência se dá, agora, em um novo plano. De acordo com o fotojornalista Matheus José Maria, que cobria os protestos, a performance das atrizes incomodou – e muito – boa parte dos transeuntes. “É claro que não sou ingênuo de achar que essa ação por mais que tenha um fundo crítico e politizado, teve sua parte de provocação”, afirma o fotógrafo, e continua: “Mas até então isso não deveria ser problema já que todos batiam no peito ao dizer que era um protesto pacífico e democrático (...)”⁶⁹.

A performance, o ato, a provocação, ou como se queira denominar o episódio, demonstra a maleabilidade das fronteiras do jornalismo – observado enquanto campo molar, macropolítico, delimitado por códigos deontológicos e padrões estético-expressivos. Seria o teatro um meio para construir a narrativa jornalística? E, numa perspectiva mais ampla, o que diferenciaria o ato performático das atrizes dos *Jornalistas Livres* do uso de câmeras escondidas em situações simuladas para reportagens investigativas? O engajamento político e social? Essas são algumas das questões que se anunciam diante dessa ruptura e, apesar de instigantes, as respostas não cabem a esta pesquisa. No entanto, é importante notar que o protesto, como aponta a pesquisadora Paula Guimarães Simões (2015, p. 84), “não conseguiu sensibilizar aquelas pessoas, não impulsionou a indignação delas diante das mortes em Osasco e Barueri, diante da violência na periferia contra a qual a intervenção protestava”. Ao contrário, a ação das atrizes propiciou ataques violentos, acusações de que eram “petistas” e, portanto, inimigas daqueles que protestavam contra o partido. Em seu relato, José Maria afirma que uma senhora, após ter sido interpelada sobre

⁶⁹ Sob o título “O dia em que me tornaram petista”, Matheus José Maria relata sua experiência em meio às manifestações que aconteciam na Avenida Paulista, sobretudo depois de ver as reações do público à performance realizada pelas atrizes Isis Carolina Vergílio e Alessandra Santos. O artigo está disponível em <<https://medium.com/@matheusjosemaria/o-dia-em-que-me-tornaram-petista-e5faa2b4e91#.isuaq0gxx/>>. Acessado em 22/07/2016.

a validade de uma manifestação contra os assassinatos, teria respondido que “coisa da periferia tem de ser resolvida na periferia”.

O objetivo que norteou a criação da rede *Jornalistas Livres* parece continuar presente na performance de agosto. Como lembra, ironicamente, Laura Capriglione (2016): “Não sei se todo mundo reparou, a TV Globo fez uma cobertura incrível em 15 de março. As câmeras eram de cima de prédios, de cima dos helicópteros e pouco se viam os manifestantes”. Foi uma cobertura molar, distanciada, abstrata. Em oposição, a cobertura dos repórteres do coletivo – motivada, inclusive, pela falta de recursos – foi feita à maneira mais simples: bloquinhos na mão, observação e conversa com os manifestantes. O aparato tecnológico mais útil era os aparelhos celulares, que serviam como câmeras para as transmissões ao vivo nas redes sociais. Capriglione (2016) explica que cerca de 100 profissionais participaram da cobertura, todos haviam escolhido participar de maneira voluntária depois de uma convocação feita pela internet. “A gente teve a possibilidade de fazer pela internet o relato do que estava acontecendo por dentro dessa manifestação (...). A gente atingiu três milhões de pessoas nessa articulação”, aponta, ressaltando o poder que a rede mundial de computadores oferece ao permitir que um veículo que acabava de iniciar suas atividades atingisse esse público. O trabalho dos *Jornalistas Livres* demonstrou a miscelância do público presente nas ruas. Se de um lado “havia democratas e pessoas interessadas em acabar com a corrupção no Brasil (...)”, de outro encontravam-se figuras que tomavam por herói o delegado aposentado da Polícia Civil de São Paulo, Carlos Alberto Augusto, também conhecido como Carlos Metralha, acusado de envolvimento em casos de desaparecimentos e torturas de presos políticos durante a Ditadura Militar. “Aquela história de que toda essa turma era a favor da democracia começou a cair por terra”, pontua. Da cobertura molar de um dos maiores grupos de mídia do mundo à cobertura molecular de um veículo independente recém-criado, o que se confirma é que a pluralidade de narrativas só é possível caso exista pluralidade de narradores.

3.4. FLUXO: ESTÚDIO DE JORNALISMO

O terceiro exemplo destas narrativas de transição tem como idealizador o jornalista Bruno Torturra. O projeto é um desdobramento das ações promovidas pela

Mídia Ninja e pela *Pós-TV*, ambos ligados à rede colaborativa *Fora do Eixo*. De acordo com o seu idealizador, embora os projetos tenham obtido relevância durante as manifestações de Junho, eles se afastaram de uma proposta inicial, que viria a ser retomada com o *Fluxo*. O estúdio surgiu como uma resposta a um dos principais desafios enfrentados pelo jornalismo contemporâneo, na visão de Torturra (2016): “A viabilidade de uma redação é o que está realmente em xeque hoje em dia”. Para ele, o modelo industrial de produção de notícias precisa ser repensado antes de se declarar a morte do jornalismo. Criada em abril de 2014, a iniciativa tem buscado diferentes maneiras para financiar a produção jornalística que independa dos modelos tradicionais baseados em publicidade e anunciantes. A proposta de Torturra é a de que o público seja responsável por financiar o trabalho dos jornalistas com doações ou assinaturas. O site do estúdio descreve três possibilidades: apoiadores, com custo mensal de R\$ 15; membros, restrito a 100 pessoas que passam a fazer parte do conselho editorial do veículo ao custo de R\$ 100 mensais; e doadores, que podem oferecer contribuições em dinheiro ou em equipamentos para a manutenção do veículo. Atualmente, além de Bruno, o coletivo conta com a participação da cinegrafista e fotógrafa Fernanda Lingabue e a repórter e produtora Maria Shirts, entre outros colaboradores creditados nas entrevistas e documentários disponíveis nas páginas do grupo. A produção é veiculada no site do *Fluxo*, em sua página no Facebook e no Youtube.

“Redação independente, estúdio de streaming no centro de São Paulo para experiências em jornalismo e não-ficção”. A apresentação rápida permite entrever algumas características que colocam o *Fluxo* como um veículo capaz de oferecer algo à compreensão dos conceitos propostos. Enquanto espaço de experimentação de linguagens, o estúdio se coloca como um campo de possibilidades. “Quanto ao possível, você não o tem previamente, você não o tem antes de tê-lo criado” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 335). Em comum, os três veículos analisados neste trabalho têm em comum essa capacidade de imaginar “novos campos de possíveis” – assim como outros espaços de partilha do sensível – para o trabalho jornalístico, que respondam a formas de organização da linguagem e da técnica orientadas pelo *de-vir*. O jornalista afirma se tratar de uma resposta ao monopólio dos grandes grupos de mídia. Assim como também é uma tentativa de manter uma redação por outras vias que não sejam a de anunciantes comerciais (TORTURA, 2016). Segundo ele,

esse foi o motivo que o levou a sair da *Mídia Ninja* e criar uma outra organização com foco em jornalismo. “A ideia de estrutura-la financeiramente, editorialmente, recompor a ideia de uma redação – que era o meu sonho – pra mim já parecia um pouco impossível. Foi daí que eu resolvi montar o Fluxo”. É curioso que a fragmentação de sua criação anterior seja justamente o que fez com que Torturra se voltasse a uma necessidade mais sedentária, *territorializada*, que é a de criar uma redação.

Repensar o jornalismo econômica e esteticamente, essa é uma proposta central ao fluxo. Cabe notar, que esse é um movimento que acontece no interior das fronteiras do que se chama jornalismo, por mais abstrato que esse conceito se apresente. De qualquer maneira, é interessante explorar os meios pelos quais isso vem se esboçando. A produção, embora irregular, é dividida em programas (ou playlists, para conservar a linguagem do Youtube): “Fluxo”, que reúne entrevistas de Bruno Torturra com figuras políticas; “Fluxo de Consciência”, um programa de literatura em que dois escritores dialogam mediados por Ronaldo Bressane; “Cortéx”, longas conversas de Torturra com convidados em passeios a pé por São Paulo; além de transmissões de *streaming* com encontros ou eventos que se aproximem ao conteúdo do *Fluxo*. “Aposto muito no streaming e no audiovisual como linguagens em ascensão. Acho que falta muito experimentalismo e aposta na qualidade da conversa, isso é outra coisa que eu sinto muita falta na reportagem e nos debates hoje em dia, tempo para a gente conversar”, explica Torturra (2016). As entrevistas do “Cortéx”, por exemplo, têm mais de uma hora de duração em uma espécie de “plano-sequência” jornalístico. Não há interrupção da conversa, a edição apenas seleciona quais enquadramentos serão utilizados – os passeios costumam ser filmados por duas câmeras, o que confere algum dinamismo à cena. Os produtos audiovisuais dialogam diretamente com personagens e temas marginais: da literatura menores⁷⁰ de Marcelino Freire e Lourenço Mutarelli aos debates sobre drogas, conflitos sociais nas favelas, questões raciais entre outros tantos.

Torturra defende o jornalismo como um elemento essencial à expansão da consciência pública. No entanto, o jornalista percebe o momento contemporâneo

⁷⁰ No sentido proposto por Deleuze e Guattari (2015, p. 39) em “Kafka: por uma literatura menor”. Obras como “A arte de produzir efeito sem causa”, de Lourenço Mutarelli, ou “Contos Negreiros”, de Marcelino Freire, se aproximam das características descritas pelos autores franceses: “a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação”.

como uma crise para a profissão, que não é apenas financeira, mas existencial e de relevância. Algo que tem a ver, na opinião de Torturra (2016) com o monopólio estabelecido pelas corporações de mídia operantes no Brasil – e fora dele. No entanto, foi justamente a abertura da produção midiática ao público – na era da *autocomunicação de massa*, como define Castells (2013), ou no sistema *eu-cêntrico* de que fala Ramonet (2012) – que colocou em perigo a noção tradicional de imprensa e jornalismo. “Quer dizer, a comunicação social, que era monopólio nosso, monopólio midiático, ela se tornou uma atividade de todos. Subitamente. Isso abalou o chão industrial sobre o qual o jornalismo estava estabelecido” (TORTURRA, 2016). A *Mídia Ninja* se consolidou em meio a este ambiente e o *Fluxo* foi uma espécie de continuação neste processo. A crise do modelo industrial e oligárquico do jornalismo não é nenhuma novidade e demonstra se acentuar anualmente com o fechamento de veículos, demissões em massa, queda no número de leitores e anunciantes, etc.

O problema já estava presente nas reflexões de Ramonet (2012) e, segundo ele, a concentração excessiva dos veículos em poucos grupos financeiros é o que coloca em risco a pluralidade das informações⁷¹. Um dos desdobramentos desse processo é o esgotamento da comunicação enquanto quarto poder, ou seja, aquele que deveria fiscalizar os poderes republicanos. Outro problema que se anuncia é o que o autor chama de “insegurança informacional”, algo paradoxal para uma sociedade supermediatizada. No entanto, o tamanho fluxo de notícias que preenchem o cotidiano dos cidadãos acaba por criar um ambiente em que informações se mostram falsas com extrema rapidez. “O leitor, o espectador, o ouvinte ou o internauta não sabe, ao receber uma informação, se ela não vai finalmente se revelar falsa algumas horas mais tarde” (RAMONET, 2012, p. 133). Nesse sentido, é possível analisar uma entrevista de uma hora, em que o entrevistador e o entrevistado dialogam tranquilamente pelas ruas de uma metrópole, como um ponto de inflexão. A conversa com especialistas também pode reduzir a sensação de insegurança, so-

⁷¹ Ramonet (2012) traz dados sobre o cenário midiático francês. Segundo ele, a imprensa francesa de grande público é dominada por cinco grupos. No Brasil, os dados sobre a concentração de mídia são escassos. O site “Donos da Mídia”, criado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação, integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, uma importante ferramenta para compreender os oligopólios midiáticos no país está fora do ar. De acordo com a pesquisadora Eula Cabral (2015, p. 18), “tem-se um modelo de exploração de emissoras de rádio e TV por grupos privados comandados por políticos, famílias e igrejas, sendo que a Rede Globo é líder em audiência e concentra as verbas publicitárias”. Ela também ressalta a ausência de marcos regulatórios para o setor, o que ter permitido a concentração de meios de comunicação por poucos grupos, relacionados às elites econômicas, políticas e religiosas brasileiras.

bretudo quando as conversas tratam de temas que eclodem na grande mídia como a epidemia do vírus zika que acometeu a população brasileira no início de 2016.

De todos os veículos abordados, o *Fluxo* é o que mais se aproxima da construção da informação como *work in progress* de Ramonet (2012, p. 17), ou seja, “uma matéria que se desenvolve, uma espécie de conversação, (...) mais que um produto finalizado”. Isto porque o veículo vem sobrevivendo por meio de projetos e, a cada um deles, é necessário reinventar a linguagem de modo a dar conta da particularidade de cada abordagem. A referência de Torturra ao estúdio como um espaço de experimentação aponta para essa ausência de fechamento em si. A medida que se experimentam modos de produzir conteúdo, também se buscam alternativas econômicas para a manutenção do projeto. Este é outro ponto de alta complexidade como foi visto anteriormente. Todos esses veículos desterritorializados continuam a existir sem grandes garantias de quanto tempo ainda terão pela frente. A crença de que o público leitor será o responsável pela manutenção dos veículos é grande, mas ainda se tateia no escuro em buscas de modelos de rentabilidade que permitam a autossuficiência. Para Torturra (2016), o apoio de instituições filantrópicas como a *Open Society Foundations* e *Ford Foundation*⁷² é importante em um primeiro momento, contudo há que se questionar o risco de que fundações como essas passem a pautar os veículos de apoio. Afinal, tratam-se também de grupos hegemônicos, com agendas bem definidas.

Embora os modelos de negócio ainda estejam sendo discutidos, há empenho da equipe do *Fluxo* para oferecer uma resposta diferente àquelas da mídia comercial. Torturra cita um exemplo que ilustra bem um caminho que não pretende seguir com o estúdio. Alexandre Caldini, presidente da Editora Abril, depois de uma demissão em massa de funcionários – entre eles, jornalistas que ocupavam cargos de direção na empresa, fez uma declaração reveladora em um dos releases divulgados pela assessoria de imprensa da empresa: “Estamos adotando um novo posicionamento perante o mercado, com foco nas necessidades atuais dos anunciantes, que vêm exigindo mais agilidade e, sobretudo, flexibilidade de formatos e mídias pa-

⁷² *Open Society Foundations* e *Ford Foundation* são duas instituições estado-unidenses sem fins lucrativos. A primeira foi criada pelo filantropo George Soros, em 1993, com a missão de apoiar organizações que trabalhem pela promoção de direitos civis e justiça social. A segunda nasceu em 1934, subsidiando ações culturais, artísticas e sociais. Ambas as fundações têm fundos específicos para a promoção de atividades jornalísticas independentes.

ra chegar a resultados mais eficientes de negócio”⁷³. Segundo Torturra, alguns veículos têm borrado as fronteiras entre produção editorial e conteúdo comercial. Enquanto o conteudismo se torna o modelo prioritário de negócios, o jornalista defende a separação radical entre os dois campos. No *Fluxo*, não há anúncios comerciais – a não ser nos vídeos, mas é o próprio *Youtube* que os fornece. O posicionamento do veículo quanto às formas de se manter financeiramente é interessante por demonstrar mais um aspecto de desterritorialização – um ímpeto, sobretudo, criativo.

Preocupados com a continuidade de seu gigantismo e com a conquista de novos mercados que os obrigam a cortejar os outros poderes, os grandes grupos midiáticos não se propõem mais, como objetivo cívico, a ser um “quarto poder” nem a denunciar os abusos contra o direito ou corrigir as disfunções da democracia. Eles não querem sequer se apresentar como um “quarto poder”, e ainda menos *agir* como um contra-poder (RAMONET, 2012, p. 60).

Há um aspecto de resistência da mídia independente – pelo menos no caso do *Fluxo* e dos outros veículos presentes neste trabalho – que se dá contra a concentração do poder econômico e da mídia. Ao dar espaço a assuntos que não geram tantos cliques, o estúdio idealizado por Torturra (2016) cumpre um papel importante, alinhado ao propósito de “retomar a origem filosófica da função social do jornalismo”, traduzido em sua visão de que à imprensa compete a expansão da consciência pública. A aposta de que o público será o mantenedor da produção jornalística é arriscada, mas cabe uma superação da noção de consumo da informação. Torturra propõe a necessidade de reeducação do público e isso deve ser feito também pelos jornalistas. É papel deles explicar novos modelos de financiamento, ressaltar a importância dos leitores e lembrá-los de que a produção de informação tem custos. O que se percebe, afinal, é uma rede na qual diversos elementos estabelecem conexões: financiamento, conteúdo, posicionamento político, modos de agir, etc. Todos confluem para demonstrar campos de possibilidades. Enquanto a mídia tradicional, este grande campo molar, envereda por caminhos que a distanciam do papel jornalístico de espaço aberto para lutas moleculares, cabe aos veículos

⁷³ Publicado no site da editora em 2 de junho de 2015, o release “Editora Abril promove mudança na estrutura editorial e reinventa modelo comercial” detalha as mudanças pelas quais a empresa passará. Palavras como “jornalismo” e “público” não aparecem no texto. Em seu lugar, “conteúdo”, “mercado” e “anunciantes” são as palavras de ordem que saltam aos olhos. O texto está disponível em <<http://grupoabril.com.br/pt/imprensa/releases/editora-abril-promove-mudanca-na-estrutura-editorial-e-reinventa-modelo-comercial/>>. Acessado em 10/08/2016.

de resistência ocupar esse vazio. O *Fluxo* tem explorado essas modalidades e seu conteúdo permite entrever uma alternativa aos discursos hegemônicos, sobretudo nas entrevistas que permitem conversas mais fluidas sobre assuntos periféricos aos veículos tradicionais.

O vídeo mais recente publicado durante a realização deste estudo foi o sexto episódio do “Córtex”: “Racismo, guerra às drogas e o vício da opressão. Um passeio com Deborah Small”⁷⁴, que entrou no *Youtube* em 27 de julho de 2016. Nele, Bruno Torturra conversa com a advogada e ativista estado-unidense em meio a uma caminhada pela antiga área portuária do Rio de Janeiro. O espaço não foi escolhido por acaso. “A antiga região do porto, que era o centro da escravidão no Rio. Onde os escravos não só chegavam, mas trabalhavam muito na carga e descarga dos navios que chegavam por aqui”, explica Torturra na introdução do episódio. A equipe para a realização do projeto é pequena. São quatro pessoas dividindo as funções. As câmeras, uma Go Pro e um smartphone, são operadas por Susana Jeha, que dirige o episódio, e Maria Shirts, que também cuida do áudio. Enquanto caminham pela região, as câmeras acompanham o trajeto e percebe-se a preocupação de enquadrar não apenas o jornalista e a ativista, mas também o entorno, os transeuntes e o contraste entre regiões revitalizadas e áreas abandonadas. Embora a proposta seja de uma conversa sem cortes, as transições entre uma câmera e outra, entre plano e contraplano, colocam em questão a veracidade do longo plano-sequência pretendido por Torturra. Por outro lado, é interessante perceber que o destino se constitui à medida em que a equipe caminha – há locais aos quais chegar, como a Pedra do Sal e o grafite de Zumbi dos Palmares feito ali, mas entre eles, não existe um mapa específico.

No plano estético e expressivo, esses desvios operam resistências e demonstram que talvez os próprios limites da linguagem jornalística não sejam tão fechados quanto se quer. O que há de bem delimitado é o espaço das micropolíticas que se chocam entre formas diferentes de fazer jornalismo. Quando uma empresa

⁷⁴ O “Córtex” estreou em 16 de fevereiro de 2016. A primeira conversa foi com o professor titular da Faculdade de Medicina da USP, Paulo Saldiva. Em meio ao surto do vírus zika, o médico patologista conversou com Torturra sobre os problemas da saúde pública brasileira e os modos de pensar a cidade e a medicina. Outros quatro episódios foram produzidos entre março e abril, com entrevistas do jornalista Raull Santiago, o professor e sociólogo Ricardo Abramovay, a atriz chilena e militante pelo livre uso da cannabis Ana Maria Gazmuri, e o educador Reinaldo Nascimento. Depois disso, a produção entrou em hiato, sendo retomada em julho, com a entrevista de Deborah Small. Este episódio está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=x107NfiiH7M/>>. Acessado em 13/08/2016.

se constitui como modelo de produção jornalística – afinal, o que seria o “padrão Globo de jornalismo”? – é a delimitação de um campo molar, a consolidação macropolítica, a instalação de uma segmentaridade dura que se vê. Capaz de ditar regras e moldar subjetividades, há algo de danoso na aposta de que “bom jornalismo” é aquele feito segundo os padrões da grande mídia. As linhas de fuga que compõem a máquina de guerra, identificada com o jornalismo nômade, organizam-se em um fluxo criativo e criador, que não se deixa conter pelos limites. Parafraseando Deleuze (2013a, p. 218), poder-se-ia dizer que a resistência “é sempre uma minoria criadora, e que permanece tal, mesmo quando conquista uma maioria”. Entretanto, como se tentou explicitar anteriormente, a minoria não cria para si modelos – assim como a resistência – pois ela é devir. O que é o passeio de Torturra, como experiência jornalística, senão um meio para ressignificar o espaço-tempo da entrevista? A máquina de guerra tem menos a ver com a guerra do que com esses outros modos de ocupar, de fazer escapar. Ao levar Deborah Small para conhecer uma região histórica, abalroada de afectos e perceptos, erige-se também uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa – do jornalismo.

Figura 10: “Córtex” com Bruno Torturra e Deborah Small



Fonte: Estúdio Fluxo

A conversa, entretanto, não deixa de ser uma entrevista. Bruno assume o papel de anfitrião, mas não abandona o de entrevistador. Há que se chegar a algum lugar, há que se extrair algo que atraia o público. Contudo, existe espontaneidade marcante na maneira como os dois se comunicam. Com mais de uma hora de dura-

ção, o episódio dá espaço para que Deborah exponha suas opiniões de maneira prologada. Às vezes, uma referência como um documentário assistido pelos dois gera novas inquietações e daí se prossegue. As falas da entrevistada são longas, mas as interrupções do jornalista se fazem presentes para direcionar os assuntos. A comunicação entre os dois jamais é rasa, sobretudo quando se encaminha para um terreno em que ambos têm militado: a revisão de políticas contra as drogas. Deborah é fundadora da organização *Break the Chains: Communities of Color and the War on Drugs*, nos Estados Unidos. Em determinado momento da conversa, ela afirma:

Este país, como o meu, foi construído sobre a dependência. Pegue o açúcar, é uma droga. Cafeína, café é uma droga, tabaco é uma droga. As colônias dependiam desses produtos para a sua sobrevivência. (...) O Brasil é rico hoje porque promoveu o vício para obter lucro. O tráfico de escravos foi criado para servir ao vício, para disponibilizar mais açúcar para mais pessoas e para que as pessoas pudessem fazer dinheiro com isso. Então, a ideia de fazer da droga o inimigo público número um, enquanto esse país não existiria se não fossem as drogas – a América não existiria se não fossem as drogas – é absolutamente perverso para mim.

Não se trata de argumentar que uma afirmação como essa poderia ser feita apenas em um veículo independente, mas justamente de perceber que ela se deu em um espaço alternativo à mídia tradicional. É a potencialização criativa do espaço virtual que interessa aqui, porque isso central ao jornalismo de resistência – sua força criativa, seu uso do espaço liso, seu movimento constante. Essa máquina de guerra nômade opera, portanto, contra a institucionalização jornalística. Não há, para ela, um padrão específico – uma vez que ele se constitui de acordo com o que se apresenta. Contudo, Deleuze e Guattari (2012b, p. 192) reconhecem que a plena independência de um modelo em relação ao outro nunca se completa: “(...) devemos nos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso”. Tal fenômeno é perceptível em uma tentativa de delimitação realizada por Torturra com o *Fluxo* diante à fragmentação do coletivo *Mídia Ninja*. Neste sentido, a nova empreitada é mais sedentarizada do que a anterior, embora ambas objetivem escapar do aparelho de captura capitalista.

O que se tentou cartografar nestas páginas foi o conjunto de características possíveis em veículos que operam na lisura do espaço, mesmo que nunca se afastem completamente do estriamento jornalístico, que se confirma a partir de seus códigos deontológicos, suas palavras de ordem, seus padrões estético-expressivos. O nomadismo absoluto, assim como todos os conceitos que se pretendem universais, não resiste às materialidades singulares. Entretanto, a singularidade permite considerar, pelo menos em parte, todo um conjunto de questões simultâneas que se anunciam:

As oposições simples entre os dois espaços, as diferenças complexas, as misturas de fato, e passagens de um a outro; as razões da mistura de que modo algum são simétricas e que fazem com que ora se passe do liso ao estriado, ora do estriado ao liso, graças a movimentos inteiramente diferentes (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 192).

Talvez, haja mistura porque um não pode existir sem o outro. Historicamente, o jornalismo de resistência é tão antigo quanto a própria imprensa. Tensionamentos entre grupos diversos que, pela disputa das narrativas demonstram os embates incessantes entre poderes, clamam pela reconfiguração dos modelos de imprensa. Falar-se-ia de embates, simplesmente, caso se dessem entre poderes equivalentes. Contudo, há narrativas que merecem cantos de página e jamais se tornam manchetes. Sem resistência, não há fuga. Na arte, esses confrontos parecem ter gerado movimentos rebeldes – nas artes visuais e na literatura, dadaísmo, situacionismo; nas artes da cena, o teatro pós-dramático e a dança contemporânea; na música, a atonalidade e o dodecafonismo – que surgem na vanguarda das comunicações. O que esses campos têm em comum com a ideia de jornalismo nômade? Justamente, o enfrentamento de modelos estriados, hierárquicos, que passavam por crises de representação. Essa é a contribuição que o *Fluxo* traz com sua linguagem pretensamente *acrática*, que como apontou Barthes (2012), pode vir a ser *enocrática*, mas sempre será o outro termo nas relações de poder.

Finalmente, o *Fluxo* – assim como a *Ponte* e os *Jornalistas Livres* – são exemplos daquilo que Ramonet (2012, p. 27) chama de *mídias-poeira* que vem invertendo a lógica da comunicação: do predador solitário à estratégia de enxame. “Nós passamos da era das mídias de massa para a era da massa de mídias. Antes, as *mídias-sol*, no centro do sistema, determinavam a gravitação universal da comunicação e da informação em torno delas”, afirma o autor. Embora ainda haja um cen-

tro, os grupos espalhados pelo conjunto do sistema, as *mídias-poeira*, “são capazes de se aglutinar para constituir, em certas ocasiões, superplataformas midiáticas gigantescas”. Não são apenas indivíduos que decidiram usar a tecnologia para informar, mas coletivos organizados – o que lhes confere maneiras de estratificar o espaço, apesar de serem definidos sobretudo por suas linhas de fuga. As linguagens continuam divididas, fragmentadas – as divisões demonstram que não há unidade, o que existe são jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para muitos outros, ao contrário, aqueles que continuam insistindo romanticamente (para usarmos o insulto de praxe) que um outro mundo é possível, a propagação da peste neoliberal e a consolidação tecnopolítica das sociedades de controle – o Mercado serve ao Estado, o Estado serve ao Mercado: não há por que ‘escolher’ entre os dois – só poderão ser enfrentadas se continuarmos capazes de conectar fluxos de desejo que subiram à superfície por um fugaz momento, já lá vai quase meio século.”

Eduardo Viveiros de Castro, “Metafísicas Canibais”

A tríade elencada para a análise de um fenômeno tão fugaz e dinâmico quanto a resistência traz apenas um recorte mínimo de um processo em expansão, mas permite operar empiricamente os conceitos reunidos até esse ponto. O objetivo central, então, era o de constatar a possibilidade do que definiu-se como “jornalismo nômade”, ou seja, os movimentos de desterritorialização e descodificação empreendidos por certos veículos, que escapam aos modelos tradicionais de mídia e oferecem abertura para agenciamentos distintos – *máquinas abstratas de mutação*. Logo, o que se buscou determinar por meio da reflexão sobre os três veículos foi a matéria sobre a qual se deu o trabalho conceitual. “Não há conceito em si, ele é o resultado de um trabalho sobre a matéria”, afirma Bento Padro Jr. (2014). Esse movimento seguiu em direção à uma tentativa de resolução do problema inicial, conforme a questão trazida por Traquina (2005). O esforço para a produção de uma resposta evidenciou a complexidade das disputas sociais, políticas e econômicas que se dão no interior do campo da comunicação.

Duas possibilidades foram constatadas para a pergunta de Nelson Traquina. O jornalismo, enquanto dispositivo disciplinar, serve à reprodução de agenciamentos dos grupos que lideram o sistema – é um espaço fechado, molar, que atende a interesses hegemônicos e que se expressa de acordo com a lógica socioeconômica dos poderes que dominam o tecido social. Entretanto, vislumbrou-se também a possibilidade de produção de informações jornalísticas de acordo com o paradigma descrito por Deleuze e Guattari (2012b), de uma máquina de guerra nômade. Este é um espaço aberto aos agentes sociais nas lutas biopolíticas, capaz de inserir no plano molar coordenadas semióticas para a produção de diferença, *palavras de ordem* diversas daquelas produzidas de acordo com os poderes hegemôni-

cos que visam o controle das redes micropolíticas. A técnica serve aos discursos en-cráticos, embora os que estejam à margem do poder também possam tomá-la para seus próprios fins. Um aspecto menos explorado da palavra de ordem, conforme os autores franceses (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), é a fuga – representada por sua variação contínua.

A multiplicidade dos sistemas de intensidades se conjuga, se rizomatiza, em todo o agenciamento, desde o momento em que este é conduzido por esses vetores ou tensões de fuga. Pois a questão não era: como escapar à palavra de ordem?, mas como escapar à sentença de morte que ela envolve, como desenvolver a potência de fuga, como impedir a fuga de se voltar para o imaginário, ou de cair em um buraco negro, como manter ou destacar a potencialidade revolucionária de uma palavra de ordem? (DELEUZE, GUATTARI, 2011a, p. 62).

Tratou-se de responder a essas perguntas não com universalidades, mas buscar *hecceidades* que permitam compreender a maneira como cada veículo se relacionou com essas problematizações. Desde o início, pontuou-se que o efetivo resultado desse trabalho não era a produção de um modelo de resistência, uma vez que cada modo de resistir é singular – mas estabelecer os desdobramentos pelos quais se resiste e propor, assim, conceitos que se abram sobre os objetos de modo que sempre se possa iniciar a labiríntica trilha em direção ao que é chamado de jornalismo de resistência. Nestas páginas, é possível perceber a construção de uma ética da resistência. Diante da magra bibliografia sobre o tema, a sistematização teórica dos conceitos e componentes que o formam se apresentou como justificativa eminente para a sua realização. Como maior contribuição, têm-se a aproximação do pensamento de Deleuze e Guattari – sobretudo a partir de proposições centrais ao desenvolvimento de *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* – ao campo comunicacional e, em maior profundidade, ao jornalístico. Sem dúvidas, a desconfiança dos autores (DELEUZE; GUATTARI, 2011a) em relação ao papel desempenhado pelos jornais – e outros meios de informação – nas sociedades contemporâneas abriu espaço para uma inquietação determinante. O que, afinal, há de potência na comunicação e no jornalismo? Nas disputas simbólicas, que se desenrolam no plano linguístico, eles também podem se apresentar como máquinas de guerra para a resistência – o que ficou demonstrado não apenas nos veículos analisados, mas também nos exemplos citados ao longo do texto, como na apropriação feita pelos Guarani Kaiowá de uma rede social como o *Facebook* (MALDONADO, 2014).

Quando o jornalismo é invadido por micropolíticas que lhe são estranhas, abre-se a possibilidade de devir. Um campo altamente estriado é perpassado pelo movimento nômade de descodificação, por linhas de fuga que abrem buracos em sua malha. Propaga-se o espaço liso, no qual o hábitat está subordinado ao trajeto. Como se percebeu, a relação entre esses dois tipos de investimento é incessante e ambos se relacionam com os mesmos objetos, mas de maneiras diferentes. Para tratar dessa relação – e tentar apreender as sutilezas que a contornam – foi proposto o conceito de “jornalismo nômade”, que nada mais é do que a construção teórica de uma máquina de guerra jornalística. Nômade, nesse caso, se estabelece como aquilo que mantém com o território ocupado relações de desterritorialização e reterritorialização a partir de conjuntos de singularidades. Observou-se que os veículos têm objetivos diversos ao conflito direto – à guerra. Não se busca a aniquilação do campo jornalístico, muito pelo contrário, algo comum a todos é a tentativa de criação de formas capazes de se adaptar ao período de crise enfrentado pelo jornalismo. Nesse sentido, eles se distanciam daquela característica apontada por Deleuze e Guattari (2012a, p. 123), como o perigo que mais lhes interessa referente às linhas de fuga: ao invés de se conectar com outras linhas, ela se tornaria puro ímpeto destruidor. Isso não significa, no entanto, que tais agenciamentos não existem – apenas não são o foco deste estudo. “A guerra é que é como a queda ou a sequela da mutação, o único objeto que resta à máquina de guerra quando ela perdeu sua potência de mudar”. As linhas de fuga são substituídas por uma pura e fria linha de abolição, quando a máquina de guerra objetiva unicamente a destruição. A *Ponte*, os *Jornalistas Livres* e o *Estúdio Fluxo* são investidos por potências criativas – e é nesse sentido que produzem resistência, é assim que se nomadizam.

Ao voltar o olhar para essas singularidades, o que se tentou esboçar foram esses pontos de mutação entre os dois espaços: liso e estriado, nômade e sedentário. Sempre haverá o risco de que o nômade se converta em sedentário, mas não se deve esquecer que o comportamento nômade abriga algum grau de sedentarização. Uma proposição não deve ser confundida com a outra. Elemento central a esta proposta é a possibilidade de que esses veículos produzam modos de subjetividade originais e singulares – o sucesso ou a falha neste processo poderá vir a ser tema de um estudo futuro. Como pontuam Guattari e Rolnik (1996, p. 25), o controle social se faz por meio dessa produção de subjetividades – os autores estabelecem

um paralelo com as linhas de montagem para exemplificar o modo como se configuram os indivíduos na contemporaneidade. “Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional”. A mídia e os jornais foram definidos, anteriormente, como dispositivos disciplinares justamente por serem fundamentais a esses modos de subjetivação. Por isso, afirma-se também que a palavra de ordem é uma sentença de morte – ela elimina possibilidades de existência de determinado indivíduo. Os *media* são, portanto, elementos constitutivos no processo de formatação do homem – Foucault (2010) argumenta que o resultado final é torná-lo dócil. Para Guattari e Rolnik, no entanto, trata-se também de uma reorientação do desejo.

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas. E se isso é verdade, não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social a nível macropolítico, macrossocial, diz respeito também à questão da produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 26).

São nômades, sobretudo no seio do capitalismo cognitivo, todos os movimentos que propõem subjetivações singulares. Eles atuam como máquina de guerra contra a produção serializada e modular de indivíduos. “Portanto, fundar, em outras bases, uma micropolítica de transformação molecular passa por um questionamento radical dessas noções de indivíduo, como referente geral dos processos de subjetivação” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 32). Há que se notar a diferenciação realizada pelos autores entre “individualidade” e “singularidade”⁷⁵. Existe individualização biológica, sexual e nas relações socioeconômicas, mas também existem processos de individualização que se realizam por meio das instituições sociais, pelas disciplinas e pelo controle, entre elas, a mídia. Cotejam-se, assim, diferentes ações de integração e normalização – o resultado são indivíduos semelhantes, empobrecidos e inseridos na lógica da sociedade de controle. Singularização, por sua vez, parte da potencialidade individual mediada pela experiência cotidiana que se afirma em maneiras diversas de ser, outras sensibilidades e percepções – esse processo se relaciona com a potência política das minorias e dos movimentos sociais. Embora o aparelho de captura capitalístico aja de modo a cooptá-los (ou eliminá-los), a ação molecular é uma forma de resgate e reapropriação da subjetividade. Guattari e

⁷⁵ A questão foi tratada anteriormente em nota de rodapé na página 68.

Rolnik (1996) tratam das rádios livres como possibilidade de reapropriação da mídia, o que significaria meios para subverter a modelização da subjetividade.

Este estudo procurou estender essas possibilidades a outros veículos de comunicação que oferecem deslocamentos em relação aos modelos tradicionais e hegemônicos de narrar jornalisticamente o mundo. Isso diz respeito não apenas às estruturas formais do texto jornalístico, mas também à busca por outras formas de financiamento, a questionamentos sobre o papel do jornalismo, a sua abertura a outros campos como a arte e a tecnologia, a escolha dos temas e a maneira como serão cobertos, a inversão do modelo hierático de organização, assim como diversos tópicos. A relação desses com a palavra de ordem é um ponto importante dentro dessas resistências. Se a *Ponte* resiste a um modelo de cobertura policial, ela o faz colocando em linha outras palavras de ordem, embora sua resistência não signifique a total ruptura com o modo de narrar noticioso – as estruturas do texto jornalístico, como foi apontado, permanecem. No caso dos *Jornalistas Livres* essa ruptura se expressa de maneira mais perceptível, colocando em crise códigos como a narrativa isenta, mas também estão lá as palavras de ordem que dão visibilidade às minorias que a rede toma como modelo operativo. Finalmente, os circuitos cartográficos das entrevistas do *Fluxo* permitem uma apropriação da cidade em busca de um diálogo possível – especificamente no caso do “Córtex”, mas também na escolha de outros temas e personagens. Cabe lembrar que, de acordo com Mayra Gomes (2004), a escolha de uma determinada palavra de ordem estabelece uma visada, uma ordenação de campo e um olhar específico sobre determinada situação. Do ponto de vista da linguagem, ela determina um polo de resistência molecular, que abre espaço para outras narrativas.

Há algo dos famosos versos de Antonio Machado, o poeta espanhol, nessa empreitada – e em toda a resistência: “Caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”⁷⁶. A proposta de um modelo de mídia de resistência não poderia ser frutífera. Da intenção ao gesto, da palavra de ordem aos componentes de passagem, colocam-se percursos inventados, inéditos, por vezes – embora também se recorra ao passado em busca de referências. É este o caminho que a resistência implica enquanto potência criadora e, por isso, Deleuze e Guattari (2011a, p. 62) se

⁷⁶ Os versos fazem parte dos “Proverbios y cantares”, do poeta espanhol Antonio Cipriano José María y Francisco de Santa Ana Machado Ruiz. Disponível em <<http://iesjimenezlozano.centros.educa.jcyl.es/sitio/upload/machado-antonio-poesias-completas.pdf>>. Acessado em 28/08/2016.

colocam a falar em termos de vida e morte. “Na palavra de ordem, a vida deve responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie”. Nessa lógica, o ato criativo é dessacralizado para se tornar um elemento necessário à resistência – embora não seja um ato simples, é um esforço possível que envolve a coordenação da prática e da reflexão em torno de um determinado objeto. Ao se configurar como máquina de guerra nômade, o que se coloca em marcha é uma possibilidade abstrata de mutação, de transformação de determinados códigos. Por isso, essas operações se dão por descodificação e desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). Entretanto, há um espaço de negociação, de tradução ou, como pontuam os autores, de transdução propriamente molecular, entre estes dois campos: o jornalismo de resistência e a mídia tradicional.

Alain Badiou (2000, p. 165) reconhece no pensamento de Gilles Deleuze – sobretudo em sua contribuição com Félix Guattari – o que ele chama de “otimismo ontológico”. Isso, principalmente, por ressaltar a maneira como o filósofo trata da questão da exterioridade. Esse é um dado fundamental para a compreensão da potência rebelde que perpassa obras como *O Anti-Édipo* e *Mil Platôs*. Ela se apaga em Foucault, uma vez que este deixa de imaginar um *fora* em relação ao capitalismo. No entanto, para Deleuze, sempre haverá exterior, uma vez que o ato de pensar significa um encontro com a exterioridade. O pensamento não é uma faculdade inata, porém o efeito de um encontro com o exterior – que se distingue da realidade do mundo exterior em sua configuração empírica, “mas se refere às forças heterogêneas que afetam o pensamento, que o forçam a pensar, que forçam o pensamento em direção àquilo que ainda não foi pensado, o incentivo a pensar de outra maneira”, descreve Pelbart⁷⁷. Segundo Deleuze e Guattari (2012b, p. 49), “a forma de exterioridade situa o pensamento num espaço liso que ele deve ocupar sem poder medi-lo, e para o qual não há método possível, reprodução concebível, mas somente revezamentos, *intermezzi*, relances”. Resistir, portanto, é um ato do pensamento – e um ato de criação. Assim, cabe estabelecer o que é criado por esse movimento da imprensa, que vem sendo chamado de jornalismo nômade.

⁷⁷ “Comme le souligne Zourabichvili, la pensée n’est pas une faculté innée, elle est toujours l’effet d’une rencontre, une rencontre est toujours rencontre avec l’extérieur, bien que cet extérieur ne soit pas la réalité du monde extérieur, dans sa configuration empirique, mais concerne les forces hétérogènes qui affectent la pensée, qui la forcent à penser, qui forcent la pensée vers ce qu’elle ne pense pas encore, la poussant à penser autrement” (PELBART, 2008, p. 23-24). A tradução é nossa.

A resposta, apresentada anteriormente, demonstra o papel destes veículos na instauração de outros planos de partilha do sensível – espaços heterotópicos, lisos, com abertura para o florescimento de processos de singularização. Ao dar voz aos moradores da periferia, às vítimas de abuso policial, às minorias sociais e políticas e ao rever questões cristalizadas pela interpretação do senso comum, os veículos analisados permitem a produção de agenciamentos que incorrem em uma atitude reconhecedora, ou seja, “uma resposta que busca direcionar a singularidade para a construção de um processo que possa mudar a situação, e talvez não só local” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 51). Nesse sentido, a singularidade é percebida pelos autores como um sintoma que pode ser estratificado e, portanto, anulado; ou entrar em uma micropolítica que fará dela um processo de singularização. Trata-se de contextualizar a singularidade como expressão de um campo, que mantém conexões com problemas maiores. Guattari e Rolnik usam um exemplo banal, mas ilustrativo: em uma sala de aula, uma criança atira chicletes e bolas de papel na cabeça dos outros.

Diante dessa situação, geralmente, o que fazemos é colocar a criança que está perturbando para fora da sala de aula, ou tentar fazer com que ela se manifeste o menos possível, ou ainda, se estivermos em sistemas mais sofisticados, encaminhá-la para um psicólogo. É muito raro nos perguntarmos se esse fato de singularidade não estaria dizendo respeito ao conjunto da classe. Nesse caso teríamos que questionar nossa posição na situação e desconfiar que talvez as outras crianças também estivessem de saco cheio, só que sem manifestá-lo do mesmo modo (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 51).

Os fatos de singularidade devem ser apreendidos pelo jornalismo. A proposta era preconizada por Genro Filho (2012, p. 137). “O resultado é que a singularidade é reificada pela compreensão espontânea do jornalista, que acaba aceitando implicitamente a particularidade e a universalidade sugeridas pela imediaticidade e reproduzidas pela ideologia dominante”. A cobertura sobre o desaparecimento de Wallace Araújo Souza, feita pelo jornalista André Caramante para a *Ponte*, ressalta o espaço que o singular tem para a cobertura jornalística de resistência. É apenas um dos exemplos que podem ser tirados dos veículos analisados, mas demonstra a importância do deslocamento realizado por eles por meio de reportagens, notícias, entrevistas, vídeos e outros materiais que produzem. Uma vez que esse material chega ao público, eles realizam um alargamento do “comum partilhado” de que fala

Rancière (2009). Isso significa a possibilidade de que os modos de produção da subjetividade se atualizem – e se singularizem. Produção, cabe notar, assume um sentido bastante específico se levado em conta o pensamento de Rancière (2009, p.67): “Produzir une ao ato de fabricar o de tornar visível, define uma nova relação entre o fazer e o ver”.

No início deste estudo foi citada uma passagem de *É isto um homem?*, do escritor italiano Primo Levi. O controle rudimentar e violento do campo de concentração é uma imagem poderosa dentro do relato em primeira pessoa escrito logo depois que deixou Auschwitz. Futuramente, o controle se sofisticaria em estratégias e artimanhas imperceptíveis, mas no campo tudo era exposto, visível. Em determinado momento, Levi (1988, p. 76) descreve:

(...) nos eternos dias vazios, a gente não fala apenas de fome e de trabalho; chegamos a considerar como nos transformaram, o quanto nos tiraram, o que é a nossa vida. Nesta Ka-Be, parêntese de relativa paz, aprendemos que a nossa personalidade corre maior perigo que a própria vida.

Se é verdade que a subjetividade se forma no campo social (HARDT, 2000), o que tanto aterrorizava Levi era o perigo de tê-la roubada de si, arrancada a chutes, socos e trabalho forçado em condições ultrajantes. Contudo, não se tratava de roubo, uma vez que nunca se cessa a produção dos sujeitos. Por isso, pais de família inescrupulosamente se tornavam ladrões de colheres e agasalhos no campo. A rivalidade se tornou um meio de controle naquele espaço rigorosamente estriado. Não se pretende aqui traçar um paralelo entre Auschwitz e a sociedade contemporânea, de controle, como fora definida por Deleuze. Contudo, há que se perceber no campo de concentração nazista a radicalização disciplinar – resistia-se somente com a morte. E mesmo ali, continuava a haver produção de subjetividade, mesmo que essa subjetividade introduzisse apenas “a vergonha de ser um homem” (DELEUZE, 2013a). Para o filósofo francês, é essa vergonha o ponto comum entre as sociedades de controle e o campo de concentração. O devir, em ambas, é despotencializado, perde suas forças moleculares, que o afirmam como possibilidade de transformação criativa. “E quanto à vergonha de ser um homem, acontece de a experimentarmos também em circunstâncias simplesmente derrisórias: diante de uma vulgaridade grande demais no pensar, frente a um programa de variedades, face ao discurso de um ministro (...)” (DELEUZE, 2013a, p. 217).

Acontece que para Deleuze, a vergonha é um dos mais poderosos motivos da filosofia. Talvez seja também da resistência. Fazer o jornalismo se desterritorializar indica a ignomínia ultrajada pela grande mídia, um espaço que, por vezes, provoca também vergonha. O autor questiona quem pode manter e gerar a miséria, “e a desterritorialização-reterritorialização das favelas, salvo polícias e exércitos poderosos que coexistem com as democracias? Que social-democracia não dá a ordem de atirar quando a miséria sai de seu território ou gueto?” (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 129). A isso, poderia se adicionar uma terceira pergunta: como todas essas ações – cotidianas – seriam validadas sem a mídia? Enquanto programas “jornalísticos” como os apresentados por “Datenas da vida” se multiplicam, os atos nômades de um jornalismo que resiste esforçam-se para continuar a existir, para produzir algum tipo de diferença no circuito midiático. “Não nos falta comunicação, ao contrário, nós temos comunicação demais, falta-nos criação. *Falta-nos resistência ao presente*”, ressaltam Deleuze e Guattari (2013, p. 130), em sua última obra conjunta. Enfrentar a vergonha, recuperar o ato criativo, abrir espaço para produção de singularidades: eis a vocação do jornalismo nômade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e trabalhos acadêmicos:

ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADGHIRNI, Zélia Leal e PEREIRA, Fábio Henrique. **O jornalismo em tempos de mudanças estruturais**. In: Intexto, v. 1, n. 24. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Editora Argos, 2009.

ALVIM, Davis Moreira. **A megamáquina política: poder, resistência e deserção**. In: Revista Kinesis, v. IV, n. 07. Marília: UNESP, 2012.

AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo, um conceito errante**. In: Intertexto, v. 2, n. 13. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ANTOUN, Henrique. **Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia**. In: Revista FAMECOS, n. 16. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

ANTOUN, Henrique e MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

ARAGÃO, Maria Lúcia P. de. **A paródia em A força do destino**. In: Revista Tempo Brasileiro, n. 62. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BADIOU, Alain. **Da vida como nome do ser**. In: ALLIEZ, Éric. (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

_____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BECKETT, Samuel. **O inominável**. São Paulo: Editora Globo, 2009.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo, SP: Edusp, 1990.

BENTES, Ivana. **Estéticas insurgentes e mídia-multidão**. In: Liinc em Revista, v. 10, n. 1. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2014.

BEZERRA, Arthur Coelho e GRILLO, Carolina Christoph. **Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações**. In: Liinc em Revista, v. 10, n. 1. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **Mídia no Brasil: concentração das comunicações e telecomunicações**. In: Revista Eptic, v 17, n. 3. Aracajú: UFS, 2015.

CARVALHO, Ricardo. **Precursores dessa história**. In: CARVALHO, Ricardo (coordenador); ROIO, José Luiz del; SACCHETTA, Vladimir; OLIVEIRA, José Maurício de (orgs.). As capas desta história. A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à Anistia). São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da arte**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COSTA, Caio Tulio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta: e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006

_____. **Crítica e clínica**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Conversações: 1972-1990**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013a.

_____. **O que é o ato de criação?** In: DUARTE, Rodrigo (org.). O Belo Autônomo: Textos Clássicos de Estética. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Crisálida, 2013b.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 1**. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 2**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 3**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, v. 5. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

_____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

_____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. **Henry David Thoreau: homem de várias épocas**. IN: THOREAU, Henry David. *Desobedecendo: desobediência civil e outros escritos*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

ELLSWORTH, Elisabeth. **Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FADUL, Anamaria. **Hegemonia e contracomunicação: por uma práxis da comunicação**. In: MARQUES DE MELO, José (org.). *Pensamento comunicacional uspiano: impasses mundializadores da Escola de Comunicação e Artes (1973-2011)*, v. 2. São Paulo: ECA/USP, 2011.

FILHO, Kleber Prado e TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. In: *Barbarói*, n. 38. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de setembro de 1970**. 5ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 1999.

_____. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Ditos e escritos, v. 5 – Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da sexualidade, v. 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014a.

_____. **Microfísica do poder**. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014b.

_____. **O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista**. In: ROLNIK, Suely (org.). *Cadernos de subjetividade*. v. 1. n. 1. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas de Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica/PUCSP, 1993.

_____. **Outros espaços.** In: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos, v. 3 – Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões.** 38ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2012.

GILBERT, Jeremy. **Hegemony now? An unfinished article on Hegemony and Schizoanalysis.** 2008. Disponível em <<https://jeremygilbertwriting.wordpress.com/2013/12/19/hegemony-now-gramsci-guattari-deleuze-unfinished-article/>>. Acessado em 10/05/2016.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e filosofia da comunicação.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses.** Florianópolis: Insular, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 3.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle.** In: ALLIEZ, Éric. (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. **The age of empire, 1875-1914.** Vintage Books: New York, 1989.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KAFKA, Franz. **O processo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O veredito/Na colônia penal.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** São Paulo: Editora Rocco, 1988.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1963. (Clássicos da Democracia, v. 11).

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Por uma genealogia do poder**. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

MALDONADO, Caroline. **Os conflitos entre Guarani e Kaiowá e fazendeiros em MS: análise discursiva na mídia on-line**. 2014. 117f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, 2014.

MANUAL da redação: Folha de S. Paulo. 17ª ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Contracomunicação oficial e espontânea**. In: MARQUES DE MELO, José (org.). *Pensamento comunicacional uspiano: impasses mundializadores da Escola de Comunicação e Artes (1973-2011)*, v. 2. São Paulo: ECA/USP, 2011.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MENEZES, Antônio Simão. **Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: LUCA, Tânia Regina e MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NEGRI, Antonio. **A constituição do comum**. In: Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade, 2005.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Império**. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2001.

NIEZSTCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia – razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. *E-book*.

OLIVEIRA, José Maurício de. **Imprensa clandestina**. In: CARVALHO, Ricardo (coordenador); ROIO, José Luiz del; SACCHETTA, Vladimir; OLIVEIRA, José Maurício de (orgs.). *As capas desta história. A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à Anistia)*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011.

PEIXOTO, Ovidio Mota. **2013, o ano em que a geração y debutou nas ruas como consumidora**. In: Liinc em Revista, v. 10, n. 1. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2014.

PELBART, Peter Pál. **Cartographies du dehors**. In: Rue Descartes, n. 59. Paris: Collège International de Philosophie, 2008.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?)**. In: Revista Matrizes. Ano 7, n. 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. **O direito de resistência na teoria política contemporânea**. In: Revista Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia, v. 19-20. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

PRADO JR., Bento. **A ideia de “plano de imanência”**. In: ALLIEZ, Éric. (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.

RANGEL, Eleazar Diaz. **A notícia na América Latina: mudanças de forma e conteúdo**. In: Comunicação & Sociedade, n. 5. São Paulo: Cortez/IMS, 1981.

RAMONET, Ignácio. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher, 2012.

RAMOS, Cesar Augusto. **Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo**. In: Revista Kriterion, nº 129. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SACCHETTA, Vladimir. **Imprensa alternativa**. In: CARVALHO, Ricardo (coordenador); ROIO, José Luiz del; SACCHETTA, Vladimir; OLIVEIRA, José Maurício de (orgs.). As capas desta história. A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à Anistia). São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011.

SANTOS, Zamara Araújo dos. **A geofilosofia de Deleuze e Guattari**. 2013. 355 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), 2013.

SOUTO, Luisa Santiago Vieira. **O Movimento Passe Livre e as Jornadas de Junho: mobilidade e direito à cidade em pauta nas ruas**. 2015. 94 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Paulo Clinger de. **A dialética da liberdade em Locke**. Londrina: Edue, 2003.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Editora Argos, 2002.

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação, hegemonia e contrainformação**. In: MARQUES DE MELO, José (org.). Pensamento comunicacional uspiano: impasses mundializadores da Escola de Comunicação e Artes (1973-2011), v. 2. São Paulo: ECA/USP, 2011.

SIMÕES, Paula Guimarães. **A (in)visibilidade dos acontecimentos e a lógica do condomínio na sociedade brasileira contemporânea**. In: Revista Rumores, n. 19, v. 10. São Paulo: USP, 2015.

THE STATE of broadband 2015: broadband as a foundation for sustainable development. A report by the broadband comission for digital development. Génova: ITU e Unesco, 2015.

THOREAU, Henry David. **Desobedecendo: desobediência civil e outros escritos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. v 1**. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Max. **A política como vocação**. In: GERTH, H. H. e MILLS, C. Wright (org.). Max Weber: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ZOURABICHVILI, François. **Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política)**. In: ALLIEZ, Éric. (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Campinas: Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação – Cienti, 2004.

Bibliografia eletrônica:

BURROUGHS, William S. **The limits of control**. In: Semiotexte, v. 3, n. 02, New York, 1978. Disponível em <https://monoskop.org/images/f/f9/Semiotexte_V_3_No_2_Schizo-Culture.pdf>. Acessado em 10/07/2015.

ESSENFELDER, Renato; GOMIDE, Camilo; VITURI, Gabriel. **Até onde vai a Ponte? Os desafios de um empreendimento jornalístico**. São Paulo: ESPM, 2015. Disponível em <http://www2.espm.br/sites/default/files/caso_ponte_jornalismo_1.pdf>. Acessado em 09/07/2016.

ESTES, Adam Clark. **Tor: a internet anônima é o que você realmente precisa?** 2013. Disponível em <<http://gizmodo.uol.com.br/giz-explica-tor/>>. Acessado em 20/02/2016.

FLAUSINO, Cristina Valéria. **Choro gratuito: a violência no telejornalismo brasileiro**. In: XXVI Congresso Anual de Ciências da Comunicação. *Anais...* Belo Horizonte, 2003. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/166890553321061745391940580688818077283.pdf>>. Acessado em 10/07/2016.

KNIBBS, Kate. **I2P: a rede super anônima que o Silk Road chama de lar**. 2015. Disponível em <<http://gizmodo.uol.com.br/i2p-rede-anonima/>>. Acessado em 20/02/2016.

MARQUES, Antônio. **Índios ocupam sedes, mas "cuidam" de fazendas e não quebram as xícaras**. 2015. Disponível em <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-ocupam-sedes-mas-cuidam-de-fazendas-e-nao-quebram-as-xicaras/>>. Acessado em 01/03/2016.

NEJROTTI, Federico. **A bolha de filtros do Facebook está deixando você cada vez mais burro**. 2016. Disponível em <http://motherboard.vice.com/pt_br/read/a-bolha-de-filtros-do-facebook-esta-piorando/>. Acessado em 07/07/2016.

Vídeos:

CAPRIGLIONE, Laura. **Narrativas de Transição, com Laura Capriglione – Série Repórter (2015)**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LpULUcRETc8/>>. Acessado em 20/07/2016.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A revução faz o bom tempo**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CjbU1jO6rmE/>>. Acessado em 21/09/2015.

GODARD, Jean-Luc. **Je vous salue, Saravejo**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LU7-o7OKuDg/>>. Acessado em 12/09/2015.

JORNALISTAS LIVRES. **Seja jornalista livre**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qLmfVUvvsfs/>>. Acessado em 26/02/2016.

MANSO, Bruno Paes. **Narrativas de Transição, com Bruno Paes Manso – Série Repórter (2015)**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=J0pYG5laH2c/>>. Acessado em 01/07/2016.

TORTURRA, Bruno. **Narrativas de Transição, com Bruno Torturra – Série Repórter (2015)**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XLD2rSfP15M/>>. Acessado em 06/08/2016.

TREVISAN, Maria Carolina. **Maria Carolina Trevisan apresenta o coletivo Ponte Jornalismo**. Disponível em <<http://www.redetv.uol.com.br/videos/redetvi-noticias/maria-carolina-trevisan-apresenta-o-coletivo-ponte-jornalismo/>>. Acessado em 01/07/2016.